

As FARC
Uma guerrilha sem fins?



Coleção *O Estado da Democracia na América Latina*
Dirigida por Bernardo Sorj e Sérgio Fausto

A coleção *O Estado da Democracia na América Latina* é parte do projeto Plataforma Democrática, uma iniciativa dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na região, através do debate sobre as transformações da sociedade e da política na América Latina e no mundo.

Outros títulos da Coleção

Usos, abusos e desafios da sociedade civil na América Latina
Bernardo Sorj (org.)

Silêncio, Cuba! A esquerda democrática frente ao regime da Revolução Cubana
Claudia Hilb

Democracia, Agência e Estado. Uma teoria com intenção comparativa
Guilherme O'Donnell

Poder político e meios de comunicação. Da representação política ao reality show
Bernardo Sorj (org.)





DANIEL PÉCAUT

As FARC
Uma guerrilha sem fins?



PAZ E TERRA





© 2010, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais e Instituto Fernando Henrique Cardoso

Traduzido do original em francês:
Les FARC. Une guérilla sans fins?

Tradução: Ivone C. Benedetti

Preparação: Maria José de Sant'Anna

Revisão: Pedro Paulo da Silva

Projeto gráfico: Gustavo S. Vilas Boas

Diagramação: Acqua Estúdio Gráfico

Capa: Miriam Lerner

Imagem de capa: Corbis

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

P377F

Pécaut, Daniel

As FARC : uma guerrilha sem fins? / Daniel Pécaut ; tradução Ivone C. Benedetti. – São Paulo : Paz e Terra, 2010.

160 p.

Tradução de: Les FARC : Une guérilla sans fins?

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7753-128-8

1. Fuerzas Armadas Revolucionárias de Colombia. 2. Guerrilhas - Colômbia. 3. Colômbia – Política e governo – 1974-. I. Título.

10-2179

CDD: 986.10634

CDU: 94(862)

019169

EDITORA PAZ E TERRA LTDA

Rua do Triunfo, 177

Santa Ifigênia, São Paulo, SP — CEP 01212-010

Tel.: (011) 3337-8399

E-mail: vendas@pazeterra.com.br

Home page: www.pazeterra.com.br

2010

Impresso no Brasil / Printed in Brazil





Sumário



Prefácio	9
1 Breve retrospectiva da formação das FARC	17
2 A evolução das FARC de 1966 a 2008.....	31
3 Bases rurais de apoio das FARC.....	53
4 Recursos financeiros.....	69
5 Estratégia militar: expansão, guerra de movimento, recuo....	83
6 Terror e prosaísmo: a guerra vivida pela população.....	105
7 Discurso e práticas políticas.....	113
8 O momento bolivariano	127
9 Incertezas do momento atual	141
Conclusão	151
Anexo – Pseudônimos e nomes verdadeiros dos guerrilheiros citados.....	155
Bibliografia	157







Devo os mapas e gráficos inseridos neste livro à gentileza de Camilo Echandía, membro do Observatório para a Paz e professor da Universidad Externado de Colombia, cujos livros sobre os fenômenos conflituosos colombianos são referências indispensáveis. A ele, meu profundo agradecimento. A generosidade com que põe à disposição dos pesquisadores os resultados de seus trabalhos nunca é desmentida.

Em recente viagem, recebi a valiosa colaboração da Fundação Ideas para la Paz e da Fundación Nuevo Arco Iris.

Ao longo da obra, sempre falei das FARC sem as letras EP (*Ejército del Pueblo*) que foram acrescentadas à sua sigla em 1982. Na imprensa e nos trabalhos que lhes são dedicados, quase sempre continua sendo mencionada sua antiga sigla, e pareceu-me inútil sobrecarregar o texto.

Designei todos os guerrilheiros por seus pseudônimos. É assim que são conhecidos. Caso o leitor esteja interessado, apresento seus verdadeiros nomes no anexo.





Prefácio

Esta obra trata da guerrilha colombiana das FARC. É frequente aludir-se à sua impressionante longevidade, e elas mesmas se gabam de quase meio século de existência. Mais difícil, porém, é dizer com precisão o que são e o que querem. Minha ambição é contribuir com elementos de resposta a essas indagações.

A obra trata de sua história e também de seus objetivos militares e políticos, mas visa sobretudo a descrever suas formas de inserção na sociedade, modos de recrutamento, recursos financeiros e meios de ação. Trata-se de compreender como uma guerrilha, que na origem era um pequeno grupo de resistência camponesa, se transformou em alguns momentos numa organização de quase 20 mil combatentes, presente em mais da metade do território da Colômbia, capaz de infligir derrotas clamorosas ao Exército, dando a impressão de conseguir efetivamente tomar o poder. Trata-se também de explicar como as FARC conseguiram preservar a coesão durante tanto tempo. Esse fato é ainda mais impressionante porque há muito elas estão comprometidas com a economia da droga e com práticas de sequestro e intimidação, o que, parece, deveria provocar o relaxamento de sua disciplina e a perda de seus objetivos políticos.





Para a França, a Colômbia até bem recentemente era uma *terra incognita*. Só começou a entrar na sua mídia com Pablo Escobar, o cartel de Medellín, a droga e alguns assassinatos espetaculares. Sua imagem passou então a ser de um país vítima da violência crônica, com todos os seus incertos meandros.

Ao se tornar uma causa nacional, o sequestro de Ingrid Betancourt fez com que os holofotes se voltassem mais para esse país. As FARC, Álvaro Uribe, os paramilitares são hoje personagens que aparecem incessantemente nos noticiários de televisão. À imagem anterior, veio somar-se a de um país imerso numa “guerra civil”. No entanto, a confusão subsiste. Como interpretar o fato de as FARC procurarem uma maneira de obter reconhecimento internacional fazendo reféns, se a prática de sequestros é um dos argumentos que levaram os Estados Unidos e a União Europeia a qualificá-las como “terroristas”?

Para quem conhece os protagonistas do conflito e algumas das suas modalidades de ação, é bem difícil determinar suas razões e o que está em jogo. As desigualdades sociais colombianas sem dúvida são muito profundas, mas não muito mais do que as de muitos países vizinhos, que não conhecem conflito semelhante. A Colômbia, nos últimos tempos, ficou apartada da evolução “para a esquerda” do restante da América Latina e atualmente é governada por um presidente que tem como orientação essencial o alinhamento com a política norte-americana. Mas não se pode ignorar que seus predecessores tentaram várias vezes negociar com as FARC, e que o regime não é absolutamente comparável aos regimes autoritários da década de 1970 no Cone Sul.

Será realmente uma “guerra civil”? Sim, se considerarmos as motivações de alguns dos protagonistas e o fato de que, localmente, os fenômenos de violência ganham o aspecto de confronto entre dois campos. E também, se observarmos a frequência de massacres e outras atrocidades e, sobretudo, se calcularmos as vítimas e as populações deslocadas. Entretanto, o uso do termo se tornará mais problemático se aplicado ao país como um todo. Raros são os colombianos que se identificam apaixonadamente com a causa de um ou de outro dos protagonistas. Nas cidades, o conflito nem sempre é perceptível. A economia da droga se traduz pela existência de zonas cinzentas nas quais as relações entre adversários não excluem conluios.

Neste prefácio, porém, acredito ser indispensável voltar brevemente ao contexto histórico mais amplo desse conflito.



Os fenômenos bélicos ou de violência na Colômbia não datam das últimas décadas. Desde a Independência, constituem grande parte da história desse país. No século XIX, ocorreram aproximadamente vinte guerras civis – regionais ou nacionais – entre o Partido Conservador e o Partido Liberal. A última, chamada de Guerra dos Mil Dias, durou de 1899 a 1902: fez cerca de 100 mil vítimas (incluindo-se as vítimas indiretas por doenças) numa população de menos de quatro milhões de habitantes e terminou com a perda do Panamá. Em seguida, houve uma calmaria, mas em 1946 começou entre os dois partidos uma nova guerra civil que só terminaria por volta de 1962. Conhecida com o nome de *La Violencia*, foi particularmente atroz. O conflito atual logo se concatenou com ela. A essas guerras políticas, cabe acrescentar os confrontos sociais frequentemente sangrentos.

A sucessão dessas guerras acabou por engendrar uma profunda impressão no imaginário coletivo. Muitos colombianos acabaram por considerar que a violência faz parte de sua história e até de sua natureza. Gabriel García Márquez descreve isso melhor que ninguém: a violência estaria fadada a repetir-se como uma sina. Enquanto o restante da América Latina nutria múltiplas concepções de progresso, a Colômbia vivia principalmente sob o signo do fracasso e da perda, cujo símbolo é o Panamá.

O paradoxo é que, no século XX, a Colômbia se distinguiu ao mesmo tempo por uma excepcional estabilidade institucional, econômica e social. Os mesmos partidos políticos, o liberal e o conservador, nunca deixaram de enquadrar a maioria da população. As elites civis dominaram constantemente a cena política. Fizeram prevalecer uma concepção profundamente civilista das instituições e não precisaram temer a intervenção de militares, com pouco prestígio e proibidos de tomar posições abertamente políticas. Houve um único golpe de Estado militar, em 1953, mas com o assentimento delas. Ocorreram duas mobilizações populistas em 1946 e 1970, brutalmente debeladas, porém. As elites civis recorreram frequentemente a disposições de exceção, mas tratava-se de violações passageiras, que não as impediam de falar em nome do Estado de direito e da democracia. A liberdade de expressão só raramente foi suspensa. No plano econômico, a Colômbia caracterizou-se por uma gestão ortodoxa e prudente; não passou pelos descontroles inflacionários dos países vizinhos nem pelos sobressaltos daí resultantes. Na esfera social, não escapou de várias turbulências, mas estas não acarretaram



conturbações importantes. Até mesmo a guerra de 1899-1902 e *La Violencia* redundaram no fortalecimento do *status quo* político e social.

Em suma, ordem e violência, estabilidade e turbulências não se mostram contraditórias, mas como duas faces de uma mesma história. Cabe propor alguns elementos de explicação.

Para começar, a geografia. Esse país de 46 milhões de habitantes tem uma longa costa para cada um dos dois oceanos, e é atravessado por três cordilheiras dos Andes com elevações que ultrapassam os 4 mil metros, com planaltos de mais de 2 mil metros de altitude e clima frio – Bogotá está situada a 2.600 metros –, entre os quais se encontram vales de clima tropical, como o do rio Magdalena, que durante muito tempo foi o principal eixo de comunicação entre a capital e o oceano Atlântico. Ir de leste a oeste pressupõe passar por gargantas de mais de 3.500 metros de altitude e descer várias vezes ao nível do mar. As comunicações, portanto, eram e continuam sendo difíceis. Nessas condições, a Colômbia é um país de regiões relativamente separadas e caracterizadas por fortes especificidades culturais. Ao contrário de outros países latino-americanos cujas capitais, muitas vezes portuárias, sempre concentraram grande parte da população e das atividades, Bogotá só se tornou polo realmente dominante nas últimas décadas. Outros polos urbanos, como Medellín, Cali e Barranquilla, desempenharam papel importante. A isso se soma hoje todo um conjunto de polos secundários, de 100 a 200 mil habitantes. Isso significa que durante muito tempo a Colômbia não dispôs de uma metrópole nacional em condições de se impor facilmente aos centros regionais, e, sobretudo, ressalta a fragmentação considerável do território.

Há outra observação geográfica não menos essencial. A ocupação do território ocorreu progressivamente, a partir dos altiplanos. Do século XIX até agora, desenvolveu-se um processo permanente de conquista de novas zonas fronteiriças. Zonas atualmente importantes, como Urabá (a costa de Antioquia para o Atlântico) ou o Médio Magdalena só foram maciçamente povoadas a partir de 1960. Já as regiões amazônicas começaram a ser ocupadas a partir de 1980. A leste do país, ainda subsistem imensas regiões de baixíssima densidade populacional.

Esses dois dados contribuem tanto para a violência quanto para a estabilidade. Entre as regiões, as tensões são frequentemente fortes. O Estado prima pela ausência nas zonas de fronteiras recentes, e o fenômeno



de colonização é sempre acompanhado pela violência. Teremos oportunidade de voltar a isso com mais vagar. Ao mesmo tempo, a fragmentação espacial implica a constituição de uma diversidade de elites que impede a concentração do poder e, frequentemente, limita as repercussões das turbulências periféricas sobre a vida nacional.

Outro elemento de explicação é a precariedade da simbólica nacional. A Colômbia esteve permanentemente dividida entre duas subculturas políticas. O Partido Conservador e o Partido Liberal são bem mais que simples organizações partidárias e só representam interesses econômicos ou sociais diferentes de forma acessória e limitada. Durante um século, a oposição entre os dois baseou-se sobretudo na função atribuída à Igreja católica. Os conservadores consideravam que a ordem social só podia repousar em princípios transcendentais, portanto, na garantia da Igreja; os liberais, embora quase sempre respeitassem a religião, enfatizavam o princípio de soberania popular. Essas duas subculturas foram transmitidas de uma geração a outra. Na origem, eram redes mais ou menos hierarquizadas de clientelas que enquadravam quase que a totalidade da população. A ideia de cidadania, entendida como pertencimento a uma mesma comunidade política, portanto, pouco conseguiu consolidar-se. Foi substituída pela de lealdade a grupos. A própria ideia de unidade nacional permaneceu muito incerta: estava fadada a não passar de abstração, enquanto prevalecia a lealdade para com a rede partidária. Aliás, sempre foram excepcionais as mobilizações nacionalistas.

Essa divisão, por sua vez, era um fator de violência tanto quanto de estabilidade. As guerras civis e *La Violencia* estão aí para demonstrar as discórdias a que ela pôde conduzir. Ela também possibilitou que as elites mantivessem seu domínio sobre as classes populares: estas, na maioria, estavam fortemente ligadas à lealdade partidária. Por outro lado, ao saírem dos confrontos, os partidos podiam decidir deixar de lado seus antagonismos “filosóficos” para privilegiar os interesses econômicos e sociais. A partir de 1903, foram numerosos os períodos em que eles realizaram coalizões de governo e, de 1958 a 1986, elaboraram uma fórmula de “Frente Nacional” que lhes garantia distribuição paritária de todos os cargos públicos, de alto a baixo. Divisão e associação no poder, portanto, alternaram-se. A segunda não marcou a cultura política menos que a primeira.

Como último elemento, temos a fraqueza das regulações estatais. Prevaleceu incessantemente uma visão “liberal” na esfera econômica e



social. Isso não era efeito de uma convicção doutrinal: essa visão podia perfeitamente ser acompanhada por uma luta feroz contra o liberalismo político. Era, em primeiro lugar, expressão da concorrência entre diversas elites heterogêneas e dos acomodamentos para levá-la em conta. Era também produto de sua desconfiança comum em relação à concentração do poder e à autoridade nas mãos do Estado. As elites econômicas sempre reivindicaram deste o benefício de medidas protecionistas rigorosas, mas, quanto ao resto, constantemente se insurgiram contra “a intervenção do Estado”. As diversas elites políticas, por sua vez, pretendiam manter nas mãos o controle das redes partidárias. Enquanto nos países do Cone Sul o Estado fortaleceu sua autoridade nas décadas de 1930-1940, ao organizar e controlar os sindicatos de tal maneira que aparecia como o representante do “povo”, nada disso ocorreu na Colômbia. Na conjuntura de crise econômica dos anos 1930, as elites recusaram a ingerência do Estado nas relações sociais. Agiram de tal modo que a cidadania social continuou tão precária quanto a cidadania política.

Aí está um terceiro fator que favoreceu tanto a violência quanto a estabilidade. Na ausência de uma regulação social global, as relações de força tenderam a reger as relações sociais, o que só podia acarretar conflitos frequentemente violentos. Em muitos aspectos, a própria formação de movimentos armados de contestação parecia inserir-se nessa paisagem ordinária. Aliás, o direito de rebelião política, de origem espanhola, continuou reconhecido até há pouco; as penas que a puniam eram das mais reduzidas. Mas essa contestação dificilmente conseguia adquirir expressão política de envergadura nacional por não ter diante de si um poder suficientemente coerente. A única tentativa de erigir um “Estado autoritário” desenrolou-se entre 1949 e 1953 e seu saldo foi o fracasso. Os antagonismos sociais estavam logo condenados a “privatizar-se”: a classe política recorria a milícias privadas para combater a contestação social, os rebeldes esqueciam sua causa à medida que conseguiam controlar certos recursos econômicos. Os conflitos sociais se dispersavam em múltiplas cenas locais ou só se mantinham nas periferias do país. Os fenômenos de violência social frequentemente acabavam por provocar como reação a demanda por ordem e por retorno à estabilidade.

Essa digressão histórica possibilita entender por que os fenômenos atuais de confronto armado não foram sentidos, pelo menos de



início, como uma ruptura radical com o passado: foram percebidos como parte de uma longa história. Essa digressão também possibilita compreender por que até agora eles não pareceram alterar gravemente o funcionamento do regime. Nem o terrorismo sem precedente dos narcotraficantes nem a multiplicação das frentes de guerrilhas e, depois, dos grupos paramilitares venceram a resistência das instituições. O uso da força pública e privada sem dúvida tem muita participação nisso. Mas a maleabilidade e a fluidez das estruturas de poder também contribuíram.

As instituições e a sociedade se modernizaram. O Estado atualmente é muito mais eficaz que nos países andinos vizinhos. Constituiu-se uma tecnocracia de grande qualidade. Os empresários muitas vezes têm um dinamismo notável. O nível educacional médio melhorou muito e surgiram universidades de alto nível em quase todo o país. As cidades transformaram-se.

No entanto, as desigualdades sociais estão mais pronunciadas que nunca. Elas não se dão apenas entre as zonas rural e urbana, mas também no interior de ambas. A corrupção, de que a Colômbia estava relativamente livre até 1970, adquiriu dimensões muitas vezes espetaculares, afetando não só a classe política e as instituições, mas também a sociedade. Os fenômenos de violência prosseguem. Como pano de fundo encontra-se a economia da droga que há trinta anos mantém seus efeitos corrosivos. Ela alimenta todos os protagonistas do conflito armado, exacerba as disparidades sociais, está por trás de novos modos de maleabilidade e fluidez institucionais que, em vez de contribuir para a estabilidade, engendram crises reiteradas.

Volto então à seguinte pergunta: caberá falar de “guerra civil”? Na realidade, a maioria da população apenas sofre suas consequências. Sempre que pode, ela manifesta seu desejo de paz. É mais um contraste. Por certo, as experiências de violência produziram, além de traumas duradouros, um imaginário amplamente difundido, mas não suscitaram, exceto entre grupos restritos, uma “cultura de guerra” que levasse a homologar a concepção global de uma oposição “amigo-inimigo”. Quando as circunstâncias o permitem, continua a prevalecer bem mais uma sociabilidade feita de tolerância e senso de conciliação: é o que se chama simplesmente “civildade”, o mais importante trunfo da Colômbia para sair da situação atual.





1

Breve retrospectiva da formação das FARC

*A via revolucionária na Colômbia pode chegar a ser
uma combinação de todas as formas de luta*
(Conclusão do IX Congresso do Partido Comunista
Colombiano, 1961)



As FARC (*Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia*) constituíram-se oficialmente com esse nome em setembro de 1966. Tratava-se, porém, da oficialização de um processo em curso havia algum tempo. Já em 1961, o Partido Comunista Colombiano, sob cuja égide elas se colocavam, adotou a tese da “combinação de todas as formas de luta”, que implicava o recurso simultâneo à ação política legal e à luta armada. Essa tese definiria sua linha até hoje.¹ Em 1964, tem lugar o acontecimento que posteriormente será apresentado por elas como fundador das FARC: o ataque do Exército a Marquetalia, de uma zona de “autodefesa” camponesa formada sob a influência dos comunistas no sul de Tolima. A resposta a esse ataque foi a criação de diversos focos de guerrilha

¹ Não foi retomada abertamente no último congresso, mas essa omissão ocorreu tão discretamente, que ninguém a notou: foi contradita pelas ações e proclamações das FARC.





naquela zona e nas zonas circunvizinhas que se reuniram no mesmo ano sob a denominação “Bloco Sul”. O nascimento das FARC, portanto, não foi de modo algum uma improvisação.

Na realidade, a formação das FARC só é inteligível à luz de dois dados anteriores. Por um lado, a história da Colômbia foi marcada desde 1920 por intensos conflitos agrários em várias regiões. Criado em 1930, o Partido Comunista neles desempenhou papel considerável e assim obteve bases duradouras numa parte do campesinato. A nova organização, portanto, dispunha de apoios já antigos. Por outro lado, o que é mais importante, a Colômbia saía do episódio de *La Violencia* – guerra civil que assolou o país a partir de 1946, provocando 200 mil mortes. Durante aqueles anos surgiram grupos armados de inúmeras orientações, alguns muito politizados, outros menos. Entre eles, grupos comunistas que se qualificavam ora como “autodefesas”, ora como “guerrilhas”, que, enquanto combatiam o regime, frequentemente prosseguiram na luta pela terra. A problemática da guerrilha se insere, pois, num contexto bem diferente do de outros países da América Latina.

Deve-se até mesmo acrescentar que a noção de “guerrilha” ali tem outra conotação. De meados do século XIX até o início do século XX, o apelo à ação de “guerrilhas” fez parte do repertório ordinário dos dois partidos tradicionais em sua rivalidade pelo poder. Durante as décadas seguintes, a referência não desapareceu completamente. A contestação social ou política assumia facilmente a forma de guerrilhas locais. Portanto, foi bem natural que *La Violencia* se manifestasse pela eclosão não coordenada de guerrilhas.

Não pretendemos, porém, fazer da constituição das FARC o coroamento desses diversos fenômenos anteriores. Essa constituição ocorreu numa conjuntura específica, da época imediatamente posterior ao sucesso do movimento castrista, quando em toda a América Latina só resoavam chamadas de vanguardas a tomar o poder pelas armas. Na própria Colômbia foram criadas quase simultaneamente três organizações “modernas” de guerrilha revolucionária. Para o Partido Comunista Colombiano, a formação das FARC era o modo de marcar presença naquela vasta efervescência de ideias e armas.

Os antecedentes colombianos, contudo, possibilitam compreender que os iniciadores das FARC tinham por que considerar que encontrariam terreno extremamente favorável.



Esses antecedentes também possibilitam aquilatar o caráter ambíguo das FARC no momento em que nasceram. Elas faziam parte da tradição das “guerras civis” colombianas e da contestação violenta da legitimidade do poder, portanto suas raízes estavam vinculadas a um longo período da história da Colômbia; situavam-se na continuidade dos conflitos agrários, portanto, num período mais recente da história; remetiam à experiência recente de *La Violencia*, isto é, a uma memória imediata e, por fim, inseriam-se na experiência contemporânea do radicalismo revolucionário anti-imperialista. Logo, eram ao mesmo tempo “tradicionais” e “modernas”. Estavam impregnadas da sociedade rural e de reivindicações camponesas e, ao mesmo tempo contidas na efervescência das concepções emancipadoras, mas também estavam subordinadas a um partido comunista vinculado à visão “clássica” da revolução, em que o proletariado desempenha o papel principal. Trata-se de registros que se sobrepõem sem necessariamente coincidir.

A tese da “combinação de todas as formas de luta”, nesse sentido, vai além da articulação entre legal e ilegal. Implica, do mesmo modo, a articulação de referentes e repertórios heterogêneos de ação.

Aqui nos limitaremos a fazer uma breve retrospectiva da relação com os movimentos agrários e da experiência de *La Violencia*.

Movimentos agrários e zonas de antiga implantação comunista

Na virada do século XIX para o XX, grande parte do território colombiano era constituída por terras livres ou públicas (*baldías*) com exceção de alguns setores dos Andes, nos quais o latifúndio tradicional estava estabelecido ao lado de um campesinato pobre. Grande parte da história rural da Colômbia no século XX gira ao redor da ocupação e da apropriação das terras ali situadas. O processo está longe de terminar, pois continua a ocorrer em certas zonas pouco povoadas, como as imensas planícies amazônicas.

O Estado só excepcionalmente tentou organizar as ondas de ocupação; frequentemente procedeu com atraso à regularização da propriedade nas terras ocupadas. Fortalecida por sua influência política sobre as autoridades locais ou nacionais, certa minoria conseguiu com frequên-



cia a atribuição de vastos domínios, sem se preocupar necessariamente em torná-los produtivos, limitando-se à prática da pecuária extensiva. Foi o que ocorreu em regiões inteiras como o vale do Magdalena – principal artéria fluvial do país –, e os departamentos da costa do Atlântico. Essas regiões nem sempre estavam desocupadas, mas os beneficiários dessas apropriações não hesitavam em desalojar frequentemente os pequenos camponeses ali instalados que, no entanto, não contavam com títulos de propriedade ou eram incapazes de fazê-los lavar.

Disso só podiam resultar conflitos e litígios.

A expansão da economia cafeeira do fim do século XIX e início do XX exacerbou ainda mais esses conflitos. Enquanto na região antioquiense essa expansão se efetuava em grande medida com base em pequenas e médias propriedades rurais, o mesmo não ocorria em Cundinamarca e no sul de Tolima. Lá prevalecia a mesma dinâmica, mas com modalidades ainda mais brutais: a formação de grandes latifúndios, baseada na posse frequentemente arbitrária da terra e nas práticas de sujeição ou expulsão dos numerosos camponeses que se haviam fixado ali e pretendiam cultivar café por conta própria. A resistência deles traduzia-se em vigoroso movimento agrário. Tal movimento foi suficientemente poderoso para provocar, por volta de 1930, a desagregação de vários daqueles grandes latifúndios e para incitar o governo a adotar em 1936 uma lei de reforma agrária que, na falta de efeitos concretos, teve um alcance simbólico considerável.

Diversas organizações sociais e políticas tentaram cooptar essa resistência em seu próprio benefício. Criaram-se ligas e sindicatos camponeses. O líder político Jorge Eliécer Gaitán, então à frente de uma dissidência do Partido Liberal (Unión Nacional Izquierdista Revolucionaria – UNIR), lá exerceu grande influência. Diversos líderes camponeses regionais de orientação socialista obtiveram forte prestígio. Por fim, o Partido Comunista, fundado em 1930, começou a ter presença importante, a tal ponto que aquela região se converteria num de seus baluartes camponeses mais sólidos; algumas zonas de população indígena, ao sul de Tolima, Huila e Cauca, que enfrentavam o mesmo problema de açambarcamento das terras pelos grandes proprietários, constituíram outro baluarte para o Partido Comunista.

Zonas como Viotá e Sumapaz, em Cundinamarca, como Chaparral no sul de Tolima, se tornariam famosas como centros de uma resistência





campesina orquestrada pelos próprios comunistas ou por dirigentes camponeses próximos ao partido. Essa resistência, na época, estava longe de ser sempre revolucionária: visava ao reconhecimento dos direitos camponeses e a frear o processo de concentração da terra. De 1936 a 1948, o Partido Comunista, aliás, tinha uma linha das mais moderadas: em muitos aspectos, mostrava-se como uma fração do Partido Liberal e, nos períodos de eleições, este último continuava carreando a simpatia de grande parte da população daquelas zonas.

Muitas zonas marcadas pelas lutas agrárias, porém, forneceriam anos depois algumas das bases sociais das FARC. Para isso, contribuiriam tanto a experiência das organizações agrárias quanto a sociabilidade desenvolvida pelas redes comunistas.

Gaitán, a mobilização popular e sua frustração

Na memória coletiva, contudo, um acontecimento preciso constituiu o ponto de partida dos fenômenos de violência e formação de grupos armados: o assassinato de Jorge Eliécer Gaitán em 9 de abril de 1948.

Depois de contribuir para a formação de organizações camponesas nos anos 1930, a partir de 1945 Gaitán provocou uma mobilização populista sem precedentes. Afirmando situar-se além da oposição entre os dois partidos tradicionais, ele inflamou grandes multidões urbanas com uma retórica “antioligárquica” no estilo de Perón. Tornando-se, depois de uma derrota na eleição presidencial de 1946, o líder indiscutível do Partido Liberal, parecia seguro que chegaria à presidência em 1950. Seu assassinato provocou uma comoção que se traduziu num motim de vários dias em Bogotá, conhecido como *Bogotazo*, durante o qual houve centenas de mortos e o centro histórico da cidade foi em grande parte destruído. Na província, o choque manifestou-se na implantação mais ou menos fugaz de “juntas revolucionárias”.

A aparência irresistível do movimento populista semeara nas elites o medo dos dois partidos. O motim deu-lhes mais ainda a impressão de terem descoberto o rosto da “barbárie popular”. As massas, por sua vez, não duvidavam de que a “oligarquia” era responsável pelo assassinato. O medo de uns e a frustração de outros só acentuaram o clima de



polarização social. Esse clima seria o pano de fundo para fenômenos de violência. A repressão abateu-se sobre os sindicatos e outras organizações urbanas formados a partir de 1930, que foram definitivamente destruídos. Na ausência de um líder que assumisse o lugar de Gaitán, a mobilização populista se desmantelou. O Partido Conservador aliou-se a um dirigente, Laureano Gómez, admirador de Franco e feroz detraitor da democracia liberal. Levado à presidência em 1950, seu projeto era instaurar um Estado corporativista e, para além disso, uma ordem social baseada num catolicismo fundamentalista.

Destruída nas cidades, a contestação transferiu-se para a região rural na forma de diversos grupos armados. Aliás, no *Programa Agrário* divulgado em 1964, os guerrilheiros que formariam o núcleo das FARC afirmavam que “o movimento revolucionário” decorria dos acontecimentos de 1948.

Se o 9 de abril continua sendo uma data mítica, é porque para muitos colombianos ela marca o momento de guinada, em que a modernização iniciada havia duas décadas foi interrompida, e uma história que parecia marcada pelo selo do progresso passou a parecer marcada pelo fracasso e pela regressão.

A experiência de *La Violencia*

Aquilo que é chamado *La Violencia* constitui na realidade, mais que o assassinato de Gaitán, é a experiência que alimenta a memória coletiva de muitos colombianos. Isso não chega a ser espantoso, porque o conjunto de fenômenos que a caracterizaram durante cerca de quinze anos se fecha com um saldo de 200 mil mortos, inúmeras migrações populacionais e, sobretudo, atrocidades comparáveis às da Guerra Civil Espanhola.

Trata-se realmente de um conjunto de fenômenos. O antagonismo político entre conservadores e liberais foi a princípio seu desencadeador — isso antes mesmo da morte de Gaitán — e continuará a ser um de seus motores ao longo do episódio. A partir de 1948-1950, associaram-se a esse fato a dimensão da contestação social, por um lado, e da reação das classes dirigentes, por outro. À medida que a violência se generalizava em muitas zonas rurais, os conflitos agrários cresciam e a formação

dos primeiros grupos guerrilheiros comunistas foi uma de suas manifestações. Na última fase, houve a justaposição de uma resistência agrária frequentemente radicalizada, de um banditismo social de dimensões inéditas e da ação de aproveitadores de diversos setores para acumular bens, rendimentos e influência.

Em muitos aspectos, *La Violencia* foi uma guerra civil, pois, por um motivo ou outro, toda a população se envolveu no conflito entre os dois partidos. No entanto, foi uma guerra civil fragmentada, sem *fronts* precisos: sem dúvida a repressão realizada pelo regime conservador, pela polícia e pelo Exército lhe deu um mínimo de unidade, mas ela se refratou por teatros dispersos, em alguns departamentos e povoados rurais. As atrocidades que lhe deram especificidade decorreram em grande parte das relações de proximidade. É verdade que, também nesse caso, o fanatismo ligado às identificações partidárias conferiu certa coerência aos confrontos, com os conservadores brandindo as imagens da Virgem e de Cristo-Rei em seus massacres, os liberais destruindo, em contrapartida, vários símbolos religiosos, enquanto o furor no ataque aos corpos, sua crucificação e o modo como eram despedaçados constituíam encaixes de sacrilégio das relações com o sagrado. Contudo a maioria desses atos ocorreu em teatros locais e foi obra de habitantes de localidades vizinhas: medo, ódio e desejo de vingança eram os sentimentos que os incitavam a recorrer a tais atos de destruição recíproca.

Foi nesse contexto que surgiram inúmeros grupos armados. Por um lado, os grupos conservadores, assassinos pagos por políticos conservadores, entre os quais aqueles que seriam conhecidos com o nome de *pájaros* (pássaros) no departamento de Valle del Cauca e em outros departamentos produtores de café. Por outro, as guerrilhas formadas em quase todo o país.

As mais importantes dessas guerrilhas eram as formadas em nome do Partido Liberal. Surgiram em diversas zonas do país. Entre elas, as organizadas nos Llanos orientais: algumas vezes, entraram em confronto direto com o Exército e chegaram a dominar a região. Sua reputação decorria sobretudo do fato de que em 1952 promulgaram “leis” dos Llanos referentes ao estatuto da propriedade da terra. As guerrilhas “comunistas” só aos poucos se distinguiram delas. O próprio Manuel Marulanda começou a carreira numa guerrilha liberal do sul de Tolima, antes de juntar-se às guerrilhas comunistas.

Estas últimas, aliás, tinham poucas relações com a direção do Partido Comunista como tal, partido muito fraco que, ademais, perdera crédito por conduzir durante muito tempo uma campanha contra Gaitán, que ele considerava fascizante.

As guerrilhas formaram-se espontaneamente naquelas zonas marcadas pelos conflitos agrários antigos e já impregnadas pela sociabilidade comunista. O partido estava longe de nelas depositar confiança cega. Durante um congresso realizado em 1952, ele estimou que “a extensão e o alcance da luta de guerrilhas foram exagerados por elementos aventureiros”, e que a Colômbia ainda estava longe de uma “situação revolucionária”. Era um modo de tentar lembrar sua supremacia sobre os focos de guerrilha camponesa.

A multiplicação das guerrilhas de diversas tendências comprova, em todo caso, a importância da resistência ao regime. No entanto, ficaram como iniciativas principalmente locais, e não chegaram a uma coordenação de conjunto, a despeito de algumas tentativas nesse sentido. Em 1952, os comunistas organizaram a chamada Conferência de Boyacá para superar essa dispersão, mas ela reuniu poucos grupos e não teve repercussão. De resto, entre comunistas e liberais as tensões eram cada vez mais agudas. Eram perceptíveis já em 1951 e se acentuaram depois, até darem ensejo a confrontos prolongados entre os grupos liberais, denominados como *limpios* (puros) e os grupos comunistas, denominados *comunes* (comunas).

Os guerrilheiros ligados ao Partido Liberal, porém, proclamavam-se “revolucionários” quase com a mesma frequência que os comunistas. O termo conservou a acepção que tinha no século XIX, a derrubada pelas armas do regime estabelecido. Para a maioria dos combatentes, o objetivo era pôr fim ao governo de Laureano Gómez; e os que visavam realmente a uma transformação das estruturas sociais eram minoria, inclusive nas fileiras comunistas. Prova disso é que em 1953, quando, impellido pela maioria das elites dos dois partidos tradicionais e por opinião quase unânime, o general Rojas Pinilla tomou o poder e ofereceu anistia aos guerrilheiros. Quase a totalidade deles decidiu pela desmobilização, ainda que muitos, especialmente os comunistas, conservassem suas armas. Se o conflito se reacendeu já em 1955 com as guerrilhas comunistas, foi porque o general Rojas Pinilla se mostrou decidido a liquidar as zonas de autodefesa por elas constituídas nos feudos comunistas e a mo-

bilização agrária decorrente. Começou assim uma nova fase de guerra que atingiu mais uma vez o sul de Tolima e o sul de Cundinamarca. Essa fase foi marcada por ações muito duras do Exército, cujos bombardeios atingiam os civis. Deu ensejo àquilo que se tornaria fato recorrente, a migração de habitantes para zonas de refúgio sob a égide das guerrilhas. Nesse sentido, ela foi ainda mais determinante que a fase anterior para fortalecer entre certos setores do campesinato o sentimento de que só as guerrilhas comunistas eram capazes de lhes dar proteção perante as elites dirigentes, políticos e grandes proprietários, que recusavam qualquer ideia de mudança no campo e sempre se mostravam prontos a recorrer à força para obter a submissão dos que reivindicavam tal mudança.

O ataque às zonas de autodefesa comunistas e a resistência da resposta não foram os únicos componentes dessa nova fase de violência. Desde o início da década de 1950, a violência também afetara as zonas cafeeiras mais recentes, situadas mais a leste, ao norte do Valle del Cauca, em Caldas e no sul de Antioquia. Ali, as guerrilhas haviam conquistado menor amplitude, mas os antagonismos políticos se combinavam a fatores econômicos associados à captação dos rendimentos do café, provocando também muitas atrocidades. Na nova fase, somou-se o surto de um banditismo meio social, meio político, às vezes subordinado aos dirigentes locais, às vezes independente, mas que se manteria e semearia terror durante muito tempo. Grande número de antigos grupos conservadores e liberais fazia parte dele, os quais eram movidos muitas vezes pelo desejo de vingança. Seus crimes, mas às vezes também seu comportamento de rebeldes sociais, valeram a alguns de seus chefes fama regional e até nacional. Essa última fase prolongou-se até o início da década de 1960, quando os dois partidos concluíram um acordo de reconciliação.

A importância do banditismo e dos atos de vingança na última fase da violência não manifesta a degradação do conflito político inicial: para começar, este se manifestou por meio de uma mistura de ações heteróclitas e fragmentadas. O Estado, especialmente no governo de Laureano Gómez, estava plenamente implicado nisso, mas a privatização da violência por intermédio de grupos locais opostos foi o que provocou sua refração na sociedade.

Cabe ressaltar novamente o que fez de *La Violencia* um fenômeno de conjunto. Em primeiro lugar, sua atrocidade. Foi uma sucessão de

atrocidades, que, em razão do papel da religião, frequentemente tiveram cunho de sacrilégio. Isso ficaria na memória de muitos colombianos.

Quanto ao resto, a “violência” é, antes de tudo, uma soma de acontecimentos dispersos, a desenrolar-se em microespaços. Por isso, ela não é facilmente passível de narração numa história global. As experiências individuais só parcial e dificilmente se inserem numa história coletiva que não atende a um critério geral “amigo-inimigo” nem a referenciais temporais precisos. Além de memória das atrocidades, logo se tem aquilo que passa a ser a memória de um fenômeno quase sem história, sem origem e sem fim. Em suma, um fenômeno traumático fadado à repetição.

Da “combinação de todas as formas de luta” a Marquetalia

Em 1957, preocupadas com as veleidades populistas do general Rojas Pinilla, as elites dos dois partidos (Liberal e Conservador) entraram em acordo para alijá-lo do poder. Apreensivas com a perpetuação e a degradação da violência, deram um passo a mais na reconciliação e na paz, instaurando uma fórmula de partilha do poder entre os dois partidos tradicionais. Em 1958, a fórmula chamada Frente Nacional foi submetida a um referendo e aprovada por mais de 90% dos votos. Ela instaurou rotatividade na presidência, representação igual dos dois partidos no Congresso, divisão dos cargos governamentais, distribuição paritária de todos os empregos públicos, dos mais prestigiosos aos mais humildes. Essa fórmula tinha tudo de um desafio. Prevista para durar dezesseis anos, na realidade duraria, com alguns pequenos ajustes, mais de trinta. Torna-se a pedra angular da estabilidade institucional.

Só pôde ser instaurada graças a um pacto de silêncio entre os partidos acerca de suas responsabilidades no que acabara de ocorrer. A Igreja católica dava-lhe caução para obter o esquecimento das suas. À experiência de *La Violencia*, assim, mais que nunca se vedava a simbolização. Esse não era o único limite da fórmula, e sua surpreendente longevidade não tardaria a manifestar seu reverso. No plano político: tendência ao imobilismo, recurso ao clientelismo para preservar as identificações partidárias, ceticismo de grande parte da opinião pública em relação à classe política. No plano social: ausência de transformações profundas vi-

sando à redução das desigualdades, frustração de todas as esperanças de uma reforma agrária significativa, recurso frequente à força e a dispositivos de exceção diante das reivindicações populares.

Na ocasião, os comunistas foram levados a homologar a fórmula. Limitaram-se a preconizar a abstenção no referendo. Um dos primeiros atos da Frente Nacional foi promulgar uma nova anistia para aqueles que haviam empunhado armas. O partido voltou a ter existência legal, ainda que não pudesse concorrer às eleições com esse nome, pois até 1972 o sistema só dava essa possibilidade aos dois partidos tradicionais.

Em 1961, porém, o partido preconizou “a combinação de todas as formas de luta”. Parecia, assim, ser uma das primeiras organizações latino-americanas revolucionárias a optar, imediatamente após a Revolução Cubana, pela ação guerrilheira contra os regimes estabelecidos. Na realidade, estava muito longe disso. Ao contrário, deu mostras de uma ortodoxia inabalável no que se referia tanto às orientações da União Soviética quanto aos esquemas marxistas. A seu ver, a revolução passava pelo fortalecimento do proletariado operário como vanguarda e, portanto, num país atrasado como a Colômbia, pelo desenvolvimento das forças produtivas. A prioridade do partido, por conseguinte, era implantar-se entre os sindicatos urbanos em vias de reconstituição. Também era restabelecer presença eleitoral fazendo uma aliança com listas do Partido Liberal.

Nessas condições, a resolução do Congresso quase não chamou a atenção. Aparecia, sobretudo, como uma maneira de não se desligar das zonas camponesas nas quais se mantiveram formas de “autodefesa” e de não deixar o terreno aberto a pequenos grupos radicais “aventureiros”, que na época começavam a querer criar guerrilhas.

Foi só em 1964, depois da operação do Exército contra a zona de autodefesa de Marquetalia, que a constituição de uma verdadeira organização guerrilheira entrou na ordem do dia. Marquetalia era um dos focos comunistas de autodefesa que se mantiveram em Tolima e Huila com o término de *La Violencia*. O medo da influência castrista foi o que levou alguns dos setores mais conservadores da Frente Nacional a apresentá-las como “repúblicas independentes” e a pedir que o Exército retomasse seu controle. Tais setores dispunham do apoio dos Estados Unidos, que respaldavam então todos os planos de segurança nacional. A intervenção militar ocorreu em junho de 1964 com efetivos considerá-

veis, intervenção esta acompanhada de bombardeios. A maior parte dos combatentes e suas famílias, porém, conseguiram retirar-se para regiões em vias de colonização. Ocorreu o mesmo nas outras zonas vizinhas de autodefesa. A vitória do Exército sobre as repúblicas independentes, para as futuras FARC, constituiu o início de uma nova guerra.

Para elas, a resistência que opuseram ao ataque de Marquetalia tem valor de ato fundador. Manuel Marulanda Vélez e Jacobo Arenas foram duas personagens fundamentais. Logo se tornariam as duas figuras principais e históricas das FARC. Algumas semanas depois eram lançadas as bases de uma guerrilha revolucionária com a criação do Bloco Sul, que reunia os diversos grupos armados comunistas. Suas bases programáticas também foram estabelecidas, com o título *Programa Agrário*, que durante décadas serviria às FARC como projeto político: programa que pode ser interpretado como reformista, pois sua ênfase está na redistribuição da terra aos que a cultivam e na concessão de créditos a eles, mas que também pode ser visto como revolucionário por seu questionamento do regime e seu anti-imperialismo. O que está claro é que ele se situava de início como prolongamento das antigas reivindicações agrárias. Em 1967, Jacobo Arenas privilegiava esse aspecto ao falar sobre ele. Cerca de duas décadas depois, quando a iniciativa de Marquetalia se tornaria a base da história lendária das FARC, o equivalente da Sierra Maestra para a Revolução Cubana, o novo discurso de Marulanda Vélez e Jacobo Arenas daria destaque ao fato de que já se tratava de nada menos que tomar o poder pelas armas ao cabo daquilo que foi concebido logo de início como “uma guerra prolongada”.

Contudo, não foi por acaso que as FARC só se constituíram oficialmente nesse sentido dois anos depois, em 1966. O Partido Comunista só deu realmente esse passo decisivo para a luta armada depois de tomar consciência de que corria o risco de perder adesão junto a uma juventude urbana repentinamente radicalizada e, mais ainda, depois de constatar que estava ameaçado de ser destituído de seu monopólio da resistência armada pelo aparecimento de guerrilhas incomparavelmente belicosas.

A radicalização da juventude urbana foi mais espetacular porque ocorreu no espaço de alguns anos numa sociedade até então provinciana e imóvel. Atingiu as universidades, e também alguns setores operários. Os partidos tradicionais e o sistema de Frente Nacional já se mostravam apenas como baluartes da oligarquia. Proliferaram grupos políticos con-

testadores. De um dia para outro, indivíduos passavam do fundamentalismo à Laureano Gómez a todos os “ismos” do momento. A adesão ao princípio da luta armada tornou-se para muitos o critério insuperável da esquerda. Para aquela juventude, impregnada dos ecos da Conferência Tricontinental de 1966 e da linguagem anti-imperialista, a luta armada já não tinha o rosto da autodefesa camponesa, mas da sublevação contra o regime.

Naquela época, o modelo “foquista” cubano e o livro *Revolução na Revolução* de Régis Debray levavam a relegar ao plano das antiguidades a noção de “condições objetivas” da revolução e a erigir o voluntarismo guerrilheiro como único critério de radicalismo político. Na Colômbia, duas organizações guerrilheiras formavam-se então e travavam seus primeiros combates: o ELN (Ejército de Liberación Nacional) e o EPL (Ejército Popular de Liberación). O ELN alinhava-se explicitamente com o guevarismo, e muitos de seus quadros foram treinados em Cuba. Em 1965, a organização tornou-se conhecida ao atacar Simacota, povoado de Santander, e ao lançar na ocasião um manifesto que conclamava a acabar com o reinado de uma oligarquia apoiada no imperialismo. Sua notoriedade cresceu quando Camilo Torres, padre muito influente nos meios universitários, ingressou nele em outubro do mesmo ano e encontrou a morte em suas fileiras três meses depois. O ELN, que, de resto, nunca deixaria de gozar de certa simpatia em setores da Igreja católica sensíveis à teologia da libertação, contaria em suas fileiras vários padres espanhóis e chegaria a ser dirigido por um deles, Manuel Pérez, de 1983 até sua morte por doença em 1998. O EPL, por sua vez, alinhava-se com o maoísmo e já em 1964 projetava criar diversos focos no noroeste da Colômbia, especialmente na região do Alto Sinú e do rio San Jorge, perto da costa atlântica. Essas duas organizações, como se constata, estabeleceram-se em zonas rurais, tal como as futuras FARC, com a convicção de que as tensões agrárias e a experiência de *La Violencia* facilitariam sua implantação. No entanto, por mais inspirado que fosse pela revolução cubana, seu fundamentalismo às vezes também se manifestava como reciclagem do fundamentalismo católico que alimentara a violência conservadora.

Essa grande efervescência e o prestígio do modelo foquista ocorriam em grande parte como reação contra o Partido Comunista. Este era acusado de ceder à tentação do reformismo. A “combinação de todas



as formas de luta” parecia, sobretudo, um modo de privilegiar a manutenção na legalidade. Defendida pelos delegados do partido na Conferência Tricontinental, a tese foi acolhida com frieza. A obstinação do partido em querer marcar presença política participando das eleições com siglas de empréstimo e alianças de circunstância foi ridicularizada, uma vez que a abstenção era um dos pontos de convergência das correntes radicais. Estas viam as autodefesas camponesas como resquícios de outra época. Percorrendo a América Latina em 1967, o autor de *Revolução na Revolução* as considerou fadadas ao reformismo e sem futuro.

A constituição das FARC foi uma resposta ao ataque de Marquetalia, e também a esses questionamentos. O partido não duvidava que sua implantação antiga nas zonas de mobilização agrária constituía um trunfo perante os novos grupos revolucionários. Erigir Marquetalia como momento fundador, conforme ele fez, era ressaltar, ao mesmo tempo, que os grupos armados comunistas, fossem eles chamados autodefesas ou guerrilhas, eram os herdeiros da resistência durante *La Violencia*; que haviam superado as novas guerrilhas na luta contra o regime; e que tinham uma capacidade militar com a qual estas estavam longe de poder rivalizar. Dois estilos de guerrilha se contrapunham: aquele em que a organização se enraíza no social e em suas tensões, que lhe fornecem justificações, e aquele em que a organização começa pelo dado político “puro”, tendo como fundamentos a convicção e o imaginário. Às acusações de reformismo, os comunistas retorquiam denunciando o voluntarismo “pequeno-burguês” e o fundamentalismo de seus críticos.

Essa separação deixaria marcas. As FARC reivindicariam explicitamente a temporalidade lenta atribuída ao mundo camponês. Sua maior desconfiança recairia nos candidatos a guerrilheiros oriundos da cidade e das universidades, aos quais imporiam provas desencorajadoras. Elas nutririam demorado ressentimento contra aqueles que, afirmando encarnar o radicalismo, as desprezariam durante muito tempo, ao passo que elas dispunham de implantação territorial e de capacidade militar bem superiores.





2

A evolução das FARC de 1966 a 2008



Este capítulo propõe uma periodização da história das FARC desde sua criação até os dias atuais. Tal periodização é construída com base em mudanças estratégicas no rumo da organização. Essas modificações às vezes resultam de uma redefinição deliberada de objetivos e dos meios utilizados para atingi-los, às vezes da necessidade de adaptação a um contexto político e militar que se tenha modificado. Estratégias e contexto, evidentemente, são sempre interdependentes. As estratégias dos protagonistas do conflito, não só da guerrilha, mas também do exército e dos paramilitares, acabam por engendrar um novo contexto e a transformar-se, por sua vez, em contexto para grande parte das atividades da sociedade.

Distinguiremos quatro períodos: de 1966 a 1980, marcha lenta; de 1980 a 1990, expansão; de 1990 a 2002, ofensiva; de 2002 a 2008, recuo. Esses períodos serão aqui descritos apenas em suas características gerais. Os capítulos seguintes possibilitarão estudar de maneira mais aprofundada os fatos que os acompanham e as lógicas nas quais se inserem.

Estagnação (1966-1980)

O fato de a criação das FARC não se traduzir numa mudança notável em relação aos anos anteriores é surpreendente. Seus dirigentes são





produto da resistência camponesa desde 1950. Em 1966, eles estão no estado-maior da organização: Manuel Marulanda Vélez, encarnação por excelência daquela resistência, logo assume sua direção; Jacobo Arenas, que a partir de 1964 se supõe exercer a função de comissário político, tendo passado pelo sindicalismo operário, logo se impõe como seu principal estrategista. Outros veteranos de Marquetalia estão ao lado deles, como Jaime Guaraca, que entrou na guerrilha por volta de 1950, e Efraím Guzmán, que entrou por volta de 1953. As FARC eram então formadas de “destacamentos”, primeiras versões das futuras “frentes”. No entanto, o que continuava prevalecendo era o estilo das autodefesas camponesas, e o raio de ação da organização ainda estava em grande parte confinado às regiões nas quais tal prática de autodefesa era antiga.

As FARC nem sempre foram uma guerrilha dotada de verdadeira capacidade militar. Tão logo fundadas, estiveram a ponto de ser destruídas. O exército surpreendeu importante parte de suas tropas, que o subcomandante, Ciro Castaño, decidira concentrar no departamento de Quindío onde, diferentemente de Tolima, a guerrilha não tinha tradição. Na ocasião, as FARC perderam numerosos combatentes e 70% de suas armas. Segundo Jacobo Arenas e Manuel Marulanda, elas só se recuperariam desse revés em 1974, ao se reconstituírem a partir de suas bases situadas nos limites de Huila e Tolima, sempre no prolongamento das repúblicas independentes. Em 1973, é instituído o Secretariado do estado-maior. Evidentemente, não por acaso o termo adotado é corrente nos partidos comunistas e essa era uma maneira de ressaltar o caráter político da guerrilha. Na mesma época, as FARC instauraram suas cinco primeiras frentes.

Se a influência das FARC aumentou, foi principalmente porque elas acompanharam os fluxos constantes de colonização de zonas ainda pouco povoadas, como Caquetá ao sul, Meta a oeste e o vale do Médio Magdalena. O fenômeno pode decorrer daquilo que foi chamado de “colonização armada”, quando a guerrilha se desloca com os colonos. Mas às vezes ela se limita a arrematá-los nos locais onde eles se instalam. É sempre muito difícil fazer nítida distinção entre o que era do âmbito da guerrilha propriamente dita e o que era decorrência de formas de autodefesa.

Seja como for, as FARC tenderam a fazer das periferias do território nacional o seu centro de gravidade. Assim, no restante do país, deixaram



o terreno livre a outros atores, os partidos tradicionais, os movimentos de extrema esquerda ou as outras duas guerrilhas. Mantiveram distância em relação a movimentos agrários diferentes daqueles aos quais estavam tradicionalmente ligadas. Assim, quase não apareciam no movimento lançado a partir de 1966 pela ANUC (Asociación de Usuarios Campesinos), fundada pelo governo de Carlos Lleras Restrepo para ressuscitar medidas de reforma agrária¹ que, no entanto, logo escaparam de suas mãos. Entre 1971 e 1974, a ANUC patrocinou invasões de amplitude inédita em grandes latifúndios dedicados à pecuária nos departamentos da região atlântica. O EPL estava fortemente implicado. O Partido Comunista, por sua vez, desempenhou então um papel de certa forma moderador. Com mais razão, as FARC não estavam em situação de causar preocupações ao regime. Continuavam periféricas, não só em decorrência de sua implantação geográfica, mas também na condição de ator cuja influência quase não tinha repercussão na política nacional.

O partido, que, evidentemente, ainda tinha nas mãos a definição das orientações políticas, prestava homenagem à luta armada ritualmente. Mas sempre cuidava de mencionar que ela não poderia obter resultados decisivos enquanto todas “as condições objetivas da revolução” não estivessem reunidas e mantinha os olhos voltados em primeiro lugar para as cidades, lugar onde tais condições podiam surgir.

Em 1978, seu efetivo era avaliado em 900 combatentes, meio camponeses, meio guerrilheiros, munidos de armas rudimentares tomadas à polícia ou proveniente da época de *La Violencia*. Significa que as FARC só podiam ostentar resultados muito modestos. De resto, Manuel Marulanda Vélez enviava em 1975 uma carta ao presidente Alfonso López Michelsen, na qual propunha a desmobilização das FARC em troca de certas medidas na esfera agrária. Os militares dissuadiram o presidente de aceitar.

Esses resultados não são piores que os do ELN e do EPL. Estas duas organizações de fato deram muito mais o que falar: o ELN em razão da

¹ Formado nos esquemas que orientavam então a CEPAL (Comissão das Nações Unidas para a América Latina), Carlos Lleras Restrepo, que iniciou a carreira política na década de 1930 e permaneceu como figura maior do partido liberal até os anos 1980, era então um dos defensores mais notórios da política de “substituição das importações”. Ao criar a ANUC, tinha como objetivo dar condições aos pequenos meeiros e rendeiros de tornar-se proprietários das terras que cultivassem. Essa orientação se chocaria com uma oposição feroz dos grandes proprietários, especialmente dos pecuaristas da costa atlântica.

simpatia que continuava despertando nos meios estudantis e entre certos padres progressistas; o EPL em razão de sua participação na ANUC e das invasões de terras. No entanto, elas tampouco haviam realizado grandes ações militares, e o sectarismo de seus dirigentes, prontos a considerar qualquer divergência interna como traição e a puni-la como consequência, as havia levado várias vezes à iminência da autodestruição.² Em 1973, o ELN foi praticamente aniquilado numa operação do exército: sobraram apenas 40 combatentes. O EPL, por sua vez, enfrentava a crescente resistência dos camponeses aos quais pretendia proibir a comercialização de produtos. Em suma, num país que passara com frequência por guerrilhas e violência, a experiência da luta armada parecia estar sendo desbaratada, pelo menos tanto quanto nos outros países da América Latina.

É possível aventar várias razões para esse fracasso parcial. Primeiramente, o cansaço de uma sociedade que mal havia saído da violência. A fórmula da Frente Nacional possibilitara uma queda no índice de homicídios: em 1968, ele equivalia a 20 por 100 mil habitantes, sem dúvida elevado, mas pouco diferente do observado em alguns dos outros países latino-americanos. Em segundo lugar, essa fórmula, apesar de todos os defeitos, não tinha muita coisa em comum com os regimes autoritários que se haviam instalado em grande parte da América Latina. Ademais, começava a flexibilizar-se: todos os partidos, entre os quais o Partido Comunista, já podiam participar das eleições sem sigla de empréstimo. Finalmente, muitos setores da sociedade, sobretudo os influenciados pela Igreja católica, continuavam impregnados de forte conservadorismo cultural. Essa Igreja não demorou a marginalizar as correntes minoritárias que se inclinavam para a teologia da libertação e a adaptar as reformas do Concílio Vaticano II às suas conveniências.

Cabe acrescentar uma razão que diz respeito especificamente ao Partido Comunista, a saber, o efeito perverso da linha de “combinação de todas as formas de luta” e de outras teorizações da luta armada. Essa linha fadava a esquerda política a uma fraqueza extrema, ao marginalizar os que faziam ressalvas ao recurso à violência. A esquerda política, no

² O ELN multiplicou os julgamentos e executou vários de seus dirigentes. O padre espanhol Manuel Pérez, seu futuro comandante, escaparia por um triz da condenação à morte. O EPL passou por múltiplas divisões internas.

entanto, demonstrara sua importância na década de 1930 e, depois, na época do gaitanismo. Parece ter-se reconstituído no início dos anos 1960. À medida que, depois, deixou de ousar mostrar abertamente seu distanciamento em relação à luta armada, tornou-se marginalizada. Na Colômbia do fim da década de 1970, era grande o contraste entre os atrativos da luta armada e o escore de uma esquerda que não ultrapassava 3% a 4% dos votos nas eleições. Outro contraste logo se tornaria pronunciado: entre o potencial da guerrilha e sua incapacidade de abrir perspectivas políticas.

Expansão (1980-1990)

Proliferação das guerrilhas e das frentes

No início dos anos 1980, porém, a luta armada, que parecia em vias de extinção, começou com uma intensidade que nada tinha que ver com a do período anterior.

As FARC resolveram multiplicar suas frentes em todo o território. O ELN renasceu das cinzas: seu efetivo logo ultrapassou vários milhares, e ele consolidou sua presença em regiões como o Médio Magdalena, Arauca e os dois departamentos de Santander, onde foram realizadas várias ações. O EPL também aumentou o número de combatentes, e sua influência ultrapassou a zona de San Jorge e do Alto Sinú, para exercer-se com força no polo bananeiro de Urabá. Uma nova organização, o M19,³ em gestação fazia alguns anos, surgia em cena, inovando em numerosos aspectos: refratário a dogmatismos, propalava um nacionalismo aberto, realizava façanhas espetaculosas, mais ou menos à maneira dos Tupamaros, tentava travar a luta armada nas cidades; depois, obrigado a retirar-se para as regiões rurais, adotou táticas propriamente militares. Trata-se apenas das guerrilhas principais: muitas outras surgiram de maneira mais ou menos fugaz em diversas partes da Colômbia. Uma guerrilha indígena também nasceu no departamento de Cauca: Quintín Lame, que, mesmo tendo vínculos com o

³ Como referência às eleições presidenciais de 19 de abril de 1970, quando só a fraude parece ter impedido o sucesso do general Rojas Pinilla, que se tornou líder de uma coalizão populista.

M19, diferenciou-se das outras organizações por reatualizar a problemática da autodefesa.

As relações entre essas várias guerrilhas sempre seriam difíceis, às vezes abertamente conflituosas. Elas só tentariam coordenar esforços em raros momentos. Em 1985, surgiu uma Coordenação Nacional Guerrilheira (CNG), mas as FARC não se associaram.⁴ Em 1987, elas se associaram, formando-se aquilo que passaria a ser a Coordenação Geral Simón Bolívar (CGSB). Esta fez algumas reuniões, mas, em 1990-1991, a desmobilização do M19, da maioria do EPL, do Quintín Lame e de várias guerrilhas menores logo a deixaram sem alcance. De resto, ela não impediu os confrontos sangrentos entre as FARC e o EPL em Urabá. Posteriormente, as relações entre as duas organizações que prosseguiram o combate, FARC e ELN, passaram por fases sucessivas de cooperação e tensão, quando não de hostilidade aberta. Numa carta dirigida ao ELN em 2005, Manuel Marulanda deplorava a concorrência no “campo das finanças, da organização das massas”, que se traduzia em deslocamentos da população, na “incriminação de pessoas seguida de sua execução [...] cobrança de impostos pelas duas organizações à mesma pessoa”. Criticava o ELN por um “moralismo” que o levava a rejeitar o financiamento pelas plantações de coca.⁵ Nos últimos anos, uma verdadeira guerra, com centenas de mortos, tem sido travada entre as duas organizações em Arauca e Nariño.

Na realidade, sempre repugnou às FARC ser postas em um pé de igualdade com as outras guerrilhas. Em seus dirigentes, Jacobo Arenas e Manuel Marulanda, persiste a desconfiança em relação a organizações que contam em seus quadros muita gente com formação universitária, que os desprezou. Persiste também a convicção de que o potencial militar e político confere às FARC superioridade indiscutível.

A proliferação de guerrilhas, entre as quais as que pretendiam agir nas cidades, demonstra, em todo caso, que a luta armada deixara de ser simplesmente um componente da paisagem rural: embora continuasse

⁴ Uma das razões foi que a Frente Ricardo Franco fazia parte da CNG. Era uma dissidência das FARC, próxima do M19, e na época cometeu atentados contra dirigentes do partido comunista. Sua aventura terminou em 1985: seus dois dirigentes, desconfiados da presença de “infiltrados”, assassinaram a sangue frio cerca de 200 membros de sua organização.

⁵ Na verdade, várias frentes do ELN estão atualmente envolvidas com o cultivo de coca e o tráfico de droga.

sendo amplamente rural, tornou-se um fenômeno político de alcance nacional. As explicações são diversas. Clima social tenso – já em setembro de 1977 uma greve geral resultara em revolta em Bogotá, com um saldo de cerca de 20 mortos. Ambiente político muito degradado: com as eleições presidenciais de 1978, tendo como pano de fundo uma abstenção recorde – 80% em Bogotá –, subia ao poder o presidente Julio César Turbay, cuja impopularidade no início do mandato (por sua reputação de usar e abusar das práticas clientelistas) logo assumiria enormes proporções. Alertado pelos rumores de consolidação das guerrilhas e da subversão urbana, ele acentuou as medidas de exceção e ratificou o uso sistemático da tortura em resposta às ações do M19. Boa parte da opinião pública considerava que a Colômbia estava enveredando pelos caminhos dos regimes do Cone Sul. Por contraste, a imagem das guerrilhas se tornava sedutora, em especial a do M19. Uma grande fração da geração recém-saída das universidades começou a militar em suas redes.

Na mesma época, a queda de Somoza e a expansão dos conflitos centro-americanos davam novo alento às esperanças revolucionárias.

Outro fator, talvez o mais decisivo, foi que as guerrilhas começaram a dispor de recursos financeiros consideráveis. Todas recorreram a seqüestros e extorsões. De resto, cada uma se especializou na captação de recursos em algum setor econômico: a economia da droga, no caso das FARC, e nisso ainda nos demoraremos; a economia petroleira e a extração aurífera, no do ELN; a economia bananeira no do EPL. Quanto ao M19, recebia um pouco de tudo e não desdenhava, eventualmente, as contribuições dos narcotraficantes. Se tais captações eram possíveis, foi porque grande parte dos novos polos de produção de matérias-primas, que modificavam a configuração da economia colombiana, se situavam naquelas “periferias” que constituíam o terreno escolhido pelas guerrilhas colombianas e onde o Estado só chegava, na melhor das hipóteses, tardia e incompletamente.

A expansão das FARC se insere nesse panorama. Começou discretamente já em 1975. Dessa data até 1982, passaram de 5 para 24 frentes. Entretanto, foi em 1982 que se deu realmente a guinada. Nesse ano, elas reuniram sua sétima conferência e, alguns meses depois, uma plenária ampliada (*Plenum Ampliado*), duas reuniões durante as quais Jacobo Arenas e Manuel Marulanda adotaram orientação resolutamente ofensiva.

Considerando que a conjuntura apresentava “indícios de situação revolucionária”, e que o “protesto das massas ganhou aparência insurreccional”, as FARC decidiram aumentar para 48 o número de suas frentes, portanto dobrá-las, criando algumas em regiões nas quais elas estavam pouco presentes. Previam a formação de um poderoso exército revolucionário com comandos móveis e unidades bastante grandes para atacar o inimigo de frente e não mais se limitar a fazer emboscadas. O objetivo estava claramente formulado: em oito anos, pôr fim ao regime e constituir um governo provisório. Para simbolizar a nova orientação, as FARC acrescentaram as letras EP (*Ejército del Pueblo*) à sua sigla.

Embora figurasse já nos primeiros textos das FARC, o tema da tomada do poder tinha o aspecto de simples fanfarronada em razão da fase de marcha lenta que se seguira. Não se passou muito tempo para que fosse possível constatar que as FARC ampliavam efetivamente suas ações, sobretudo multiplicando as frentes, em especial nas novas periferias estratégicas.

A tendência ao endurecimento da luta armada, porém, parecia ainda passível de interrupção. Em 1982, um novo presidente, Belisario Betancur, lançou um processo de paz e, para começar, anistiou numerosos prisioneiros, a maioria do M19. Inaugurou uma política internacional que se distanciava dos Estados Unidos. Dois anos depois, chegava-se a um cessar-fogo com três das quatro grandes guerrilhas: só o ELN o rejeitou. Evidentemente, esse cessar-fogo não comportava deposição das armas, mecanismos concretos de verificação nem concentração dos combatentes em algumas zonas. Pelo menos, Manuel Marulanda se comprometeu solenemente a pôr fim aos sequestros, num processo que deu grandes esperanças a amplos setores da opinião pública. Mais uma vez, uma situação de conflito interno parecia capaz de desembocar numa fórmula política negociada.

Na verdade, o M19 e o EPL não demoraram a reiniciar as hostilidades. As chances de sucesso do processo não pareciam, porém, completamente anuladas, pois as FARC, reconhecidas como a principal guerrilha em razão de suas bases camponesas, mostravam-se empenhadas na preservação da trégua. Em 1985, chegaram a dar um passo decisivo, ao participarem ao lado do Partido Comunista da constituição de um partido político legal, a União Patriótica (UP).

A tragédia da União Patriótica

Esse episódio, porém, acabaria em tragédia. De início, as FARC empenharam-se claramente naquela conversão política. Vários de seus quadros assumiram postos de responsabilidade no novo partido, e o próprio Jacobo Arenas pensava em assumir sua direção. Alguns comandantes, como Braulío Herrera e Iván Márquez, foram eleitos para o Congresso. A União Patriótica e o Partido Comunista obtiveram, assim, cinco senadores e nove deputados na Câmara, bem mais que o número habitual de eleitos comunistas. A União Patriótica, aliás, conseguiu atrair simpatizantes fora do movimento comunista. Em 1988, nas primeiras eleições para prefeitos com sufrágio universal – antes eles eram nomeados pelos governadores –, ela conquistou vinte e três municípios. Em resumo, as FARC pareciam privilegiar uma estratégia política.

O novo partido, contudo, tornou-se rapidamente alvo de uma campanha de extermínio. No espaço de cinco anos, a maior parte de seus dirigentes e quadros, sem contar os simples militantes, nacionais ou locais, urbanos ou rurais, foi assassinada. Isso ocorreu com seus dois presidentes, com quase todos os seus representantes no Congresso, com numerosos quadros, sindicalistas, militantes de base, defensores de direitos humanos. O Partido Comunista propriamente dito foi afetado de modo duradouro. Esse massacre político continuou depois de 1990. Segundo fontes oficiais, o número total de vítimas chega a 2.500.

Os autores dessa operação, denominada no momento como “guerra suja” pela esquerda, eram recrutados num universo heterogêneo. Eram membros das forças da ordem, políticos, narcotraficantes, personalidades locais influentes – proprietários fundiários ou comerciantes –, membros de grupos particulares de autodefesa que começavam a ser chamados de paramilitares. O processo de paz lançado por Belisario Betancur, na verdade, se chocara logo de início com oposição no Exército e na classe política. Suas reações radicalizaram-se ainda mais depois do sucesso eleitoral da União Patriótica em regiões como Urabá e Antioquia. Em sua opinião, esse partido não passava de fachada das FARC.

Realmente, o Partido Comunista e as FARC parecem não ter renunciado nunca ao esquema de “combinação de todas as formas de luta”. Em 1985, Jacobo Arenas publicava um opúsculo no qual destacava que o cessar-fogo nunca deixou de ser uma oportunidade de tirar proveito do

acesso à legalidade e dar prosseguimento à expansão territorial da guerrilha e ao plano de conquista do poder. As FARC nunca interromperam a prática dos sequestros e, por sua vez, mataram numerosos líderes regionais dos partidos tradicionais. Multiplicaram a criação de “milícias” urbanas e rurais. Os simples militantes de esquerda do partido foram frequentemente instrumentos da nova formação política. Alguns líderes da UP, inclusive um de seus presidentes, Bernardo Jaramillo, ao começarem a fazer restrições à luta armada, logo se tornaram alvo de uma campanha das FARC e da máquina do Partido Comunista visando a desacreditá-los. Bernardo Jaramillo, que apresentara sua candidatura à eleição presidencial de 1990, aliás, foi assassinado no ano anterior em condições mal esclarecidas. Sabe-se, em todo caso, que os dirigentes comunistas não tinham poupado esforços para convencê-lo a retirar a candidatura. Nessa época, os quadros das FARC integrados à UP entraram para a clandestinidade, e a guerrilha incitou os militantes a fazer o mesmo. Tornaram-se patentes as divergências entre os simpatizantes da guerrilha e os que haviam aderido simplesmente como opositores do regime. Grande número destes abandonaram o Partido Comunista.

Desse episódio, as FARC tiraram, em todo caso, a conclusão de que não há outro caminho, senão o militar. Sua expansão territorial só fez intensificar-se, como veremos no capítulo 6. A partir de 1987, elas romperam na prática o cessar-fogo num departamento como Caquetá, onde atacaram uma unidade militar.

Na realidade, o conflito só se agravou. O ELN, que nunca apoiara o cessar-fogo, realizou múltiplas ações e seu domínio sobre o Médio Magdalena e Arauca acentuou-se. O EPL retomou as hostilidades e consolidou sua implantação nas plantações bananeiras de Urabá. O M19 notabilizou-se antes mesmo de romper abertamente a trégua, ao organizar acampamentos destinados a fazer recrutamentos nos bairros pobres de Cali e Medellín e ao travar verdadeiros combates para defender as posições que mantinha. Reiniciou operações espetaculares. Uma delas, em 6 de novembro de 1985, terminou numa tragédia que, transmitida ao vivo pela televisão, tomou de estupor todo o país: ocupando o Palácio da Justiça em Bogotá, pretendia obter o julgamento do presidente Belisario Betancur. O Exército interveio, mas, durante a intervenção, o Palácio foi destruído por um incêndio que provocou a morte de mais de cem pessoas, metade das quais eram membros da prestigiosa Corte Suprema de Justiça. A responsabilidade do M19 na tragédia é indubitável,

mas a do Exército não é menos, em razão dos métodos adotados para reaver o edifício. No fim da operação, vários funcionários sobreviventes desapareceriam e, mais de vinte anos depois, a justiça conseguiria, finalmente, incriminar os militares pelos desaparecimentos. Se a “guerra suja” fora invisível ou indiferente para os que não eram ameaçados por ela, a tragédia ocorrida no próprio lugar em que começara o *Bogotazo* serviria de elemento revelador: o conflito armado já não se restringia à periferia do país.

O terrorismo dos narcotraficantes

A partir de 1985, Medellín, Bogotá e outras grandes cidades conheceriam um terrorismo que já não era do âmbito direto do conflito armado, mas, por sua amplitude, abalaria muito mais as instituições e sacudiria a sociedade: o dos narcotraficantes, mais precisamente o de responsabilidade do cartel de Medellín e sua figura mais notável, Pablo Escobar. Desde 1980, a Colômbia se tornara plataforma de exportação da droga proveniente do Peru e da Bolívia. Durante algum tempo, esse tráfico foi beneficiado por um silêncio que às vezes chegava às raias da tolerância, e seus efeitos limitaram-se ao progresso da corrupção nas instituições e nos partidos políticos. Em 1984, o assassinato do ministro da Justiça levou o governo a decidir recorrer à extradição dos narcotraficantes: a resposta foi um terrorismo sem precedentes, com alvo definido ou às cegas. Além de numerosos policiais e juizes, três candidatos à eleição presidencial de 1990, entre os quais o favorito, Luis Carlos Galán, do Partido Liberal, foram suas vítimas. Pablo Escobar não hesitou em mandar explodir um avião da Avianca em pleno voo, nem carros-bomba em vários lugares. Personalidades políticas de primeira plano foram sequestradas. Esse terrorismo em grande escala prosseguiu até a morte de Pablo Escobar em 1993. Ele realizou o que as guerrilhas nunca haviam conseguido: abalar as instituições.

O efeito corrosivo do narcotráfico não se limitou a esse terrorismo nem à banalização da corrupção e da intimidação. Traduziu-se também pela irrupção da violência no universo urbano: bandos de assassinos em Medellín, agindo ou não por conta do cartel de Escobar e dividindo entre si numerosos bairros; em outros lugares, milícias ou bandos armados de jovens; grupos de “limpeza social” em Cali; retaliações sangrentas da polícia aos ataques sofridos.



Os índices de homicídio, que haviam aumentado apenas levemente entre 1968 e 1980, recomeçaram a subir por volta de 1980, atingindo 40 por 100 mil habitantes. Isso ainda não era nada em vista de sua disparada a partir de 1985, quando atingiram uma espécie de recorde internacional em 1991, com cerca de 90 homicídios por 100 mil habitantes – 400 por 100 mil em Medellín. A correlação entre o agravamento do conflito armado e o problema da droga é clara.

Tal desordem só poderia ter repercussões sobre o conflito armado. Já mencionamos a participação dos narcotraficantes na “guerra suja”. De fato, um aliado de Pablo Escobar era Gonzalo Rodríguez Gacha, que orquestrou a campanha mais impiedosa contra a União Patriótica e os suspeitos de simpatia pelas FARC. Mas o novo panorama mostrava-se mais complicado. A implicação das FARC nas plantações de coca já acarretava uma rotina de transações com os traficantes. O M19 tinha vários contatos com o cartel de Medellín e Escobar não escondia sua amizade com vários de seus dirigentes. Vinte e dois anos depois do acontecimento, uma comissão de inquérito concluiu que a operação do Palácio de Justiça fora decidida conjuntamente pela organização guerrilheira do M19 e por Escobar, que desejava destruir os arquivos judiciários. Os bandos urbanos mantinham relações com todas as guerrilhas.

Em 1982, no momento em que traçavam a nova estratégia das FARC, Marulanda e Arenas consideravam, como vimos, que as massas entravam numa fase insurrecional. Em termos de insurreição, o que prevalecia era a desordem social, uma desordem que mal podia ser canalizada por organizações políticas ou sindicais e sobre a qual as próprias guerrilhas tinham controle limitado, mais limitado, em todo caso, que os narcotraficantes. Em compensação, eles se enganavam muito menos quando previam que as instituições podiam passar por uma crise maior. Ignoravam que para isso o narcotráfico contribuiria mais que as guerrilhas.

Ofensiva (1990-2002)

Radicalização e Conferência de 1993

Queda do muro de Berlim, desagregação da União Soviética, fracasso da ofensiva final da Frente Farabundo Martí de Libertação Na-



cional (FMLN) sobre San Salvador, acuação das outras guerrilhas centro-americanas, todos esses foram acontecimentos importantes que, ao que tudo indicava, deveriam levar as guerrilhas colombianas e um Partido Comunista enfraquecido a reconsiderar a pertinência da luta armada.

De fato, o M19, que não se recuperara da aventura do Palácio da Justiça, e a maior parte do EPL decidem renunciar às armas e transformar-se em organizações políticas legais. Outros grupos menores, como o Quintín Lame, fazem o mesmo, e em 1994 uma fração do ELN segue o exemplo.

A ocorrência dessa virada tinha como pano de fundo uma ampla transformação das instituições colombianas. Em 1990 era ratificada a convocação de uma Assembleia Constituinte que, reunida no ano seguinte, transformaria profundamente o sistema político e os princípios nos quais ele se fundamentava. Promoveu um “Estado social de direito”, garantiu as liberdades individuais e criou mecanismos concretos para esse fim; reconheceu o caráter multicultural da Colômbia e deu direitos específicos às minorias indígenas e afro-colombianas, sancionou o pluralismo religioso, facilitou a formação de novos partidos, implantou uma vigorosa política de descentralização. Tratava-se de disposições que durante muito tempo haviam sido reclamadas pela oposição e apresentadas pelo M19 como condições para sua desmobilização. De resto, assim que desmobilizado, o M19 transformado em partido obteve, nas eleições da Constituinte, notável sucesso ao empatar com o Partido Liberal, e um de seus ex-comandantes, Antonio Navarro, tornou-se copresidente daquela assembleia. Isso significa que as instituições colombianas não só davam um enorme passo rumo à democracia moderna, como também pareciam capazes de acolher facilmente os guerrilheiros desmobilizados.

No entanto, o grosso do ELN e o conjunto das FARC prosseguiram na luta armada em que já estavam envolvidos. O Exército deu o golpe de misericórdia nas esperanças que alguns pudessem alimentar na desmobilização das FARC: no próprio dia da eleição da Constituinte, ele atacava a sede fixa do Secretariado no município de Uribe (Meta). Nenhum dirigente da organização foi capturado nem morto, mas a operação, privando o Secretariado de sua sede, obrigava-o a renunciar ao sedentarismo e a se adaptar mais estritamente às vicissitudes da vida de guerrilha.

O sedentarismo lhe possibilitara preservar durante mais de dez anos contatos com os emissários do governo e da sociedade, apesar dos momentos de confronto.

As FARC justificam com mais outros argumentos a opção militar, em detrimento da política, que tomaram então. Um deles é a guinada neoliberal do governo que, a seu ver, condenou imediatamente ao fracasso todas as reivindicações sociais. Pouco lhes importava que, na realidade, os gastos públicos tiveram um aumento espetacular em razão das disposições tomadas como um “Estado social de direito” e da descentralização.

No entanto, o fenômeno que marcou realmente a ruptura com o passado foi, acima de tudo, a inversão da relação entre partido e organização armada. O partido estava enfraquecido demais para poder ainda pretender ditar a linha. Em 1990, morria (de doença) Jacobo Arenas, que gostava de se apresentar como teórico e garantia a articulação com o partido. Marulanda Vélez, pouco afeito a debates teóricos, passou a cuidar sozinho da orientação da organização. Como que para simbolizar a transformação, em 1991 as FARC exigiram que o Congresso do partido fosse feito *en el monte* (numa zona de guerrilha) e, diante da recusa do partido, renunciaram a ser nele representadas.

Apesar de tudo, em 1991 e 1992, o governo tomou duas vezes a iniciativa de negociar com as FARC e com o ELN. Na primeira vez, os encontros ocorreram no estrangeiro, primeiramente em Caracas, depois em Tlaxcala, no México, e o governo precisou aceitar que eles se desenrolassem sem suspensão das hostilidades. Em Tlaxcala, ele chegou a concordar que as discussões não dessem prioridade às condições de uma trégua, mas sim a uma agenda de transformações sociais. Sem resultado nos dois casos, o encontro terminou com a constatação do fracasso. As perspectivas de confronto militar global pareciam inevitáveis aos dois lados. O ministro da Defesa, Rafael Pardo, primeiro civil a ocupar a pasta desde 1953, anunciava uma “guerra integral” que poderia, segundo disse numa declaração imprudente, acabar com as guerrilhas em dezoto meses. Estas, sobretudo as FARC, não tardaram a desmenti-lo de modo vexaminoso, ao multiplicarem os ataques.

As FARC, porém, não esperaram o malogro das negociações para mostrar a capacidade militar que tinham. Como reação ao ataque contra La Uribe, elas empreenderam, em 1991, ações de sabotagem e fusti-

gação que, em vista do número, da diversidade de localização e da duração – mais de seis meses –, deixaram claro que a fase da autodefesa não passava de lembrança. Elas conseguiram intervir em quase todo o território. Mas não passava de amostra do que se seguiria. Em 1993, as FARC fizeram uma nova conferência, a primeira desde 1982, talvez mais importante que aquela, pelas decisões tomadas. Procederam à reorganização de sua estrutura militar,⁶ destinada a possibilitar a realização de operações militares com uma envergadura capaz de aniquilar as Forças Armadas. O objetivo final, a tomada de poder, continuava o mesmo de 1982, porém formulado de modo mais concreto: ela se traduziria na formação de um governo de reconstrução e reconciliação nacional.

Passagem à guerra de movimento

A conjuntura de 1994 favorecia esse projeto. Ernesto Samper, presidente eleito naquele ano, foi acusado de receber contribuição do cartel de Cali na campanha. Embora não tivesse sido destituído a despeito das pressões das elites tradicionais e dos Estados Unidos, foi condenado a comportar-se como um presidente em compasso de espera. Para as FARC, foi fácil afirmar que não poderiam negociar com um governo desprovido de autoridade. Por outro lado, as campanhas de destruição das plantações de coca por pulverizações aéreas provocaram gigantescos protestos no sul do país em 1995-1996. Como se não bastasse, em 1999, o sucessor de Samper, Andrés Pastrana, enfrentou a mais grave recessão desde 1930, devido ao déficit das finanças públicas, à crise financeira e a elevadas taxas de juros. Isso se traduziu na queda do nível médio de vida, que voltou ao que era duas décadas antes. Apesar da abertura de novo “processo de paz”, as FARC tinham, mais do que nunca, razões para acreditar que a revolta das massas era iminente.

A isso se soma o aumento súbito de seus recursos financeiros, induzido pela transformação da Colômbia, que já não se contentava em ser plataforma de exportação do tráfico de cocaína e passava a ser o epicentro das plantações de coca.

A versão do “plano estratégico” de 1993 não se encaixa no registro declamatório. É o prelúdio de uma ofensiva que se desenrolaria de 1995

⁶ Cf. capítulo 6.



a 1998, ofensiva durante a qual as FARC mostraram que passavam da guerra de guerrilha à guerra de movimento e alcançavam sucessos até então impensáveis.

O “processo de paz”

Diante da clara desorientação das Forças Armadas, foram muitos os que começaram a se perguntar se, efetivamente, as FARC não poderiam tomar o poder em breve. Todo o debate por ocasião das eleições presidenciais de 1998 girou em torno de uma única urgência: dar início a um “processo de paz” para frear o avanço das FARC. E a maioria dos dirigentes políticos estava disposta a fazer as concessões necessárias a tanto. Em 1994, muitos haviam protestado quando Samper pensara em desmilitarizar um município, o de La Uribe, como exigiam as FARC, para dar início às conversações. A questão não fora adiante. Em 1998, a decisão de Andrés Pastrana, seu sucessor, de desmilitarizar não só La Uribe, mas outros quatro municípios situados na zona de Caguán (Caquetá), num total de 42.000 km², não provocou nenhuma recriminação. Até mesmo os militares pareciam conformados. No entanto, as FARC entendiam por “desmilitarização”, como logo se perceberá, bem mais que a saída de militares ou policiais. Elas logo expulsariam também todos os outros representantes do Estado, juízes, funcionários etc. E nem cogitavam em se incluírem no processo de desmilitarização. Não apenas conservaram seus combatentes na zona, como também, escancaradamente, converteram a região em base de treinamento, em ponto de partida ou retirada de algumas de suas operações de guerra. De fato, não se podia falar em trégua, e os combates continuaram mais que nunca em todo o restante do território.

Não foi preciso muito tempo para se constatar que a negociação corria sério risco de ser interrompida. Pastrana quis dar-lhe todas as chances, encontrando-se com Marulanda em Caguán às vésperas de sua posse. Cinco meses depois, no mesmo lugar, quando da abertura oficial das tratativas na presença do corpo diplomático, Marulanda lhe inflige uma afronta, não comparecendo à cerimônia e enviando um comandante guerrilheiro para ler seu discurso. A cadeira que ficou vaga logo se tornou o símbolo de uma negociação gorada. Durante os três anos que duraram os encontros, a negociação nunca deslanchou. Os colombia-



nos tinham os olhos voltados para ela, os embaixadores europeus empenhavam-se: nenhum resultado. Ao contrário, as FARC redobram ações que contrariavam qualquer perspectiva de acordo. A partir de 2001, prepararam-se para a ruptura dotando-se de um novo meio de chantagem: os sequestros de personalidades políticas. Poucos dias depois da ruptura, chegou a vez de Ingrid Betancourt, ex-senadora e candidata à presidência da República.

As FARC, portanto, mostraram-se incapazes de tirar proveito da tribuna de que dispunham para enunciar um projeto político que convencesse a opinião pública, para a qual, aliás, nunca deram atenção, limitando-se a dizer que ela é manipulada. Não se preocuparam muito mais com a “sociedade civil” militante na qual, porém, muitos porta-vozes se abstinham de criticar a luta armada para facilitar uma solução negociada do conflito. Era como se para elas só o projeto militar contasse; como se, mais uma vez, só vissem no processo de paz uma oportunidade de granjear novas parcelas de poder e território; como se estivessem sempre esperando que o desmoronamento das instituições lhes abrisse o caminho do triunfo total. A queda rápida de popularidade de Pastrana no fim do mandato parecia-lhes um possível sinal prenunciador dessa crise final.

O erro de prognóstico político é enorme: grande parte dos colombianos imputa apenas às FARC o fiasco do processo de paz. Depois das ilusões que haviam marcado seu início, eles se dispuseram a depositar mais uma vez confiança naqueles que propusessem neutralizá-las pela força. Prometendo para com a guerrilha uma política firme que atendesse a esse anseio, Álvaro Uribe, candidato quase secundário à sucessão de Pastrana, pouco conhecido fora de Antioquia, teve em alguns meses um progresso espetacular nas pesquisas de intenção de voto, antes de vencer já no primeiro turno.

Mas as FARC também estavam cometendo um erro de prognóstico militar. Apesar do prosseguimento ininterrupto de suas ações, as relações de força nesse terreno começavam a modificar-se em seu detrimento. Isso foi resultado de três fatos novos: início de modernização das Forças Armadas, adoção do Plano Colômbia, esforço de reconquista territorial lançado pelos paramilitares (cap. 6).

Já em 1998, as FARC vivenciaram sua vulnerabilidade. Lançaram de novo grandes operações em Meta e Vaupés, para as quais reuniram um



efetivo de centenas de combatentes. Ora, a intervenção de uma aviação então dotada de aparelhagem e meios de observação eficientes provocou seu malogro e lhes infligiu gravíssimas perdas. As FARC precisaram renunciar àqueles ataques maciços e voltar a usar métodos mais condizentes com o estilo das guerrilhas. Já durante toda a duração da zona desmilitarizada, não tinham conseguido, como esperavam, constituí-la em base de operações para o exterior: várias colunas de combatentes seriam detectadas, interceptadas e destruídas ao saírem da zona.

Em 2000, em meio a discussões em Caguán e na atmosfera de triunfalismo que as FARC viviam então, atribui-se a “el Mono Jojoy” a afirmação de que o Plano Colômbia acarretaria cedo ou tarde o enfraquecimento da guerrilha. Se a afirmação for exata, terá demonstrado grande lucidez.

Diante da política de “segurança democrática” de Álvaro Uribe

A eleição de Álvaro Uribe marca uma guinada. Esse antioquiano, pecuarista proprietário de terras situadas numa das regiões que há mais tempo foram recuperadas aos paramilitares, proveniente do Partido Liberal, mas de ideias profundamente conservadoras, é animado por uma hostilidade pelas FARC que não tem apenas cunho político, mas também pessoal: elas sequestraram e assassinaram seu pai.⁷ Crítico acerbo do processo de paz de seu predecessor, foi o primeiro presidente que não pensou em negociar com as FARC. O objetivo prioritário da “segurança democrática”, *slogan* de sua política, era o fortalecimento do esforço militar que redundasse no enfraquecimento decisivo da guerrilha. Se tiver de haver negociação, que seja com a condição preliminar de que as FARC não tenham outra perspectiva senão a desmobilização.

Outra mudança está no fato de que Uribe disporia de tempo para perseguir esse objetivo. Isto porque ele obteve uma revisão constitucional que lhe possibilitaria ser de novo candidato às eleições presidenciais no fim do primeiro mandato. Em 2006, efetivamente, ele foi reeleito sem dificuldades. Assim, o contraste entre o tempo do poder e o da guerri-

⁷ Vários polemistas, por outro lado, desconfiam que esse pai estava envolvido em operações de narcotráfico na década de 1980.



lha se atenua. Até então, o poder estava fadado ao curto prazo, principalmente porque o sistema de nomeações (ou seja, substituição de numerosos funcionários de alto escalão a cada alternância política) implicava descontinuidade a cada eleição. A reeleição de Uribe possibilitava não se desviar dos objetivos da “segurança democrática”.

Essa continuidade também foi resultado de dois outros fatores. O primeiro é a imensa aprovação da opinião pública – pelo menos a que se manifesta nas pesquisas e nas eleições – à sua política de firmeza diante das guerrilhas. Essa aprovação não ficou abaixo de 60% a 70% já durante seu primeiro mandato. Cresceu mais ao longo os dois primeiros anos de seu segundo mandato, a ponto de em certos momentos atingir mais de 80%, sobretudo durante a crise com o Equador e a Venezuela no início de 2008. O segundo fator está ligado a seu controle sobre a classe política. Os partidos antigos se estilhaçaram. A maioria dos grupos políticos que tomou o lugar deles, grupos frequentemente improvisados, alguns dos quais suspeitos, como veremos, só se sustentam graças ao acesso que têm ao Executivo.

As FARC, de início, estavam convencidas de que o poder de Álvaro Uribe cedo ou tarde só poderia desmoronar. Apresentam o novo presidente como “fascista” ou pelo menos “fascistizante”. Não param de denunciar suas afinidades, reais e supostas, com os paramilitares.

No que se refere a este último questionamento, não estão sozinhas. Toda uma parte da oposição o acata. Quando era governador de Antioquia, Álvaro Uribe deu forte impulso à criação das associações Convivir cujas conexões com os paramilitares são notórias. Fez questão de prestar homenagem aos generais que comandaram a retomada de Urbá, deixando o caminho livre aos grupos paramilitares. Quando se tornou presidente, nomeou para postos-chave, como a direção da segurança interior, pessoas próximas a esses mesmos grupos, que seriam obrigadas a demitir-se em consequência de processos judiciais que foram movidos contra elas. A partir de 2005, começaram a acumular-se revelações ainda mais graves: o que foi designado como escândalo da “parapolítica” atingiu aos poucos grande parte do sistema político, de início regional, depois nacional. Ficou claro que, a partir de 2002, os paramilitares tomaram o controle, por intermédio de pessoal político ou diretamente, de numerosas administrações regionais, governos departamentais, prefeituras e assembleias locais, em especial nos departa-

mentos da costa atlântica, mas não só. As acusações implicam também, e voltaremos a isso, uma porcentagem crescente de membros do Senado e da Câmara dos Deputados. Um escândalo dessa amplitude só poderia respingar no presidente. A maioria dos políticos envolvidos está entre seus aliados mais próximos. Um de seus primos, com quem ele fez toda a carreira em Antioquia, está implicado. Os partidos “improvisados”, mencionados, muitas vezes não passam de fachada para garantir a representação dos paramilitares.

Trata-se de fatos que parecem capazes de enfraquecer Álvaro Uribe. No entanto, não afetam sua popularidade. Os resultados de sua política de segurança são o que mais importa para a opinião pública. Ora, o nível de violência se atenua. Mas esse progresso é devido tanto à desmobilização de grande parte dos grupos paramilitares quanto às operações militares contra a guerrilha.

Em 2003, Álvaro Uribe resolveu negociar com os grupos paramilitares. Essa negociação resultou na adoção pelo Congresso, em 2005, de uma lei de “Justiça e Paz” que, em troca da desmobilização, lhes garantiu penas que não poderiam ultrapassar oito anos, com a condição da confissão de seus crimes e do compromisso de indenizar as vítimas. Não cabe aqui detalhar as numerosas peripécias que acompanharam a discussão dessa lei, nem suas disposições, objeto de fortes críticas por parte dos defensores dos direitos humanos, nem as repercussões que acompanharam sua aplicação. Desejando ser beneficiados com a oportunidade de penas limitadas, alguns importantes narcotraficantes que não estavam abertamente implicados no fenômeno paramilitar de repente começaram a invocá-la a seu favor. Álvaro Uribe, porém, pode gabar-se de ter efetivamente obtido a submissão à justiça da maioria dos comandantes paramilitares e a desmobilização de 30 mil combatentes. Isso contribuiu claramente, pelo menos a curto prazo, para a queda dos homicídios e das chacinas. Os efeitos de médio prazo são mais incertos: as estruturas de poder paramilitar em muitos casos continuam estabelecidas, novos grupos paramilitares se formam – seus efetivos já chegariam a dez mil em 2008 –, os conflitos entre redes de narcotraficantes se traduzem em novos focos de violência, a “parapolítica” não foi desmantelada e os paramilitares presos reivindicam uma revisão da lei para que ela lhes conceda a qualidade de criminosos políticos.

O cerne da política de “segurança democrática”, porém, continua sendo a ação militar contra as FARC. A modernização das Forças Armadas iniciada no governo Pastrana se acentua. A parcela do orçamento destinada aos gastos militares cresce a cada ano até atingir um dos níveis mais elevados do mundo, o que se traduz no efetivo e na dotação de um dos mais modernos armamentos.⁸ A cobertura do território pela força pública melhora. A qualidade dos serviços de inteligência progride. No fim de 1983, tem início uma nova etapa do Plano Colômbia com a instauração do Plano Patriota, que visa a atacar alguns dos responsáveis mais importantes das FARC e atingir seus baluartes no sul e no leste.

A todo momento, Uribe pressiona os militares a mostrar resultados com o risco de impedir que eles conduzam operações de longo fôlego. Ele mesmo dá incessantemente provas de sua determinação de privar as FARC de qualquer forma de caracterização política. Em 2004, extraditou para os Estados Unidos, por narcotráfico, duas importantes figuras dessa organização: Simón Trinidad, um dos negociadores do processo de paz, capturado em Quito numa ação dos serviços secretos, e Sonia, uma das responsáveis pelas finanças em Caquetá, criando assim um novo obstáculo a qualquer “troca humanitária”. Em 2005, ele e seu principal conselheiro esforçaram-se por convencer os meios de comunicação a deixarem de falar em conflito armado e a catalogarem as FARC como simples organização criminosa e terrorista.

Não querendo ser considerado um belicoso diante das guerrilhas, tenta convencer o ELN, cada vez menos dotado de capacidade militar e ameaçado pelas FARC em seus últimos feudos, a iniciar negociações com o governo. Acessoriamente, é um meio de ampliar ainda mais o fosso entre as duas guerrilhas. Em 2006, efetivamente, teve início em Havana uma série de rodadas de negociação. Ainda em andamento, parece que dificilmente terá resultados: os esforços do governo colidem com as tergiversações de uma organização dividida que teme a reação das FARC em caso de acordo isolado.

O que convence a maioria dos colombianos do sucesso da “segurança democrática” são os fatos que melhoram sua vida cotidiana: além da diminuição dos homicídios, a maior segurança dos principais eixos viários, a grande queda no número de sequestros, a redução das extorsões,

⁸ Cf. capítulo 6.



a ruptura do cerco que as FARC haviam estabelecido em torno das grandes cidades. Até 2004-2005, porém, os resultados ainda eram limitados. A recuperação do território deve muito aos paramilitares. O recuo das FARC pode parecer apenas uma estratégia provisória, na expectativa de que as operações militares percamos o fôlego. Grande número de seus feudos continua fora de alcance. Embora já não realizem ações espetaculares, multiplicam atos de sabotagem e fustigação. Ademais, consolidam sua presença nas zonas fronteiriças com a Venezuela e o Equador. Seu crédito político está tão baixo, que é difícil degradar-se muito ainda, mas seu potencial militar parece pouco comprometido.

Este só começou realmente a ser afetado nos três últimos anos. Depois de enfrentar o Plano Patriota, precisaram fazer face ao Plano Vencedor que visa a atingir seus baluartes mais remotos. As provas de seu enfraquecimento multiplicam-se. A redução de seu poder territorial continua e raras são as zonas onde elas estão realmente em segurança. As perdas registradas, mas sobretudo as deserções resultam numa redução muito pronunciada de seu efetivo: de 17 mil, em 2000, cai para 10 mil ou menos ainda em 2007. Seus responsáveis mais importantes já não estão ao abrigo das ações militares: em 2007, vários comandantes de conhecidas frentes são mortos. Em março chega a vez de dois membros do Secretariado, Raúl Reyes e Iván Ríos.⁹ Nunca as FARC tinham sofrido tais golpes.

Essas dificuldades não são decerto estranhas ao fato de que em 2007 as FARC parecem redescobrir a necessidade de dispor de um espaço político. A questão da troca humanitária de repente assume caráter de urgência para elas. A visão bolivariana torna-se a palavra-chave de sua história. Com esses dois temas, as FARC acreditam sair do isolamento: eles constituem apelos na direção de Hugo Chávez e da internacionalização do conflito colombiano.

⁹ Cf. capítulo 6.





3

Bases rurais de apoio das FARC

A não ser que conte apenas com a violência ou mesmo com o terrorismo, uma organização guerrilheira só poderá desenvolver-se e manter-se no tempo se obtiver o apoio de algumas categorias da população; assumir sua experiência e sua memória; formular suas reivindicações – explícitas ou implícitas –; der forma a seus sentimentos de justiça e injustiça; e se obtiver, pelo menos em certas ocasiões, a adesão ativa ou passiva de setores mais amplos da opinião pública.

Se as FARC tiveram tanta expansão durante décadas, foi porque reuniram essas condições. No seu caso, esse apoio não se baseou em particularismos étnicos ou religiosos. O que sempre brandiram foram motivações de justiça social. E prioritariamente reivindicações de justiça concernentes ao mundo camponês. Elas eram e continuam sendo uma organização profundamente rural, e seu modo de territorialização se define amplamente com base nisso. Durante muito tempo delegaram ao Partido Comunista a tarefa de realizar o trabalho político nas cidades.

O mundo rural, porém, não é um mundo imóvel, não parou de transformar-se ao longo dos anos. Por outro lado, as FARC procuraram cada vez mais atrair jovens pertencentes ao universo urbano e tecer redes neste último. Apesar disso, conservaram um recrutamento principalmente rural e permaneceram vinculadas àquilo que se pode chamar





de *ethos* campesino simbolizado pela figura de seu líder Manuel Marulanda Vélez.

O mundo “tradicional” das FARC

Já assinalamos que há regiões sobre as quais o Partido Comunista exerce influência desde a década de 1930, e outras nas quais, graças aos militantes ou à guerrilha, ele acompanhou os fluxos de colonos que participaram da exploração de novas terras como Caquetá, Putumayo ou Guaviare.

A dinâmica de colonização continua. Às vezes ela é obra de famílias que, vindas dos mesmos lugares, motivadas pelo medo da violência, pela falta de terras e pela miséria, se reúnem e implantam *juntas de colonizadores* (associações de colonizadores). Em outras ocasiões, decorre de migrações coletivas, algumas das quais, organizadas pela guerrilha, fazem parte do fenômeno de “colonização armada”¹. Nas duas situações, as zonas de instalação tornam-se rapidamente teatro de tensões sociais. As instituições primam pela ausência, e o único elo com a nação, quando existe, é criado pelas ramificações dos partidos tradicionais em busca de eleitores. Os colonos têm enorme dificuldade para obter títulos de propriedades das terras que ocupam. O processo de expulsão permanente continua a caracterizar a conquista das novas fronteiras. Fortalecidos por seus contatos políticos, os grandes proprietários procuram apropriar-se dessas terras e empurram para mais longe aqueles que as desbravaram.

A guerrilha encontra, assim, terreno favorável para implantar-se. Antes de intervir como organização armada de combate ao regime, ela assume um papel de instituição substituta. Introduz regras coletivas, decide litígios individuais, possibilita certa estabilização das posses. Às vezes, homologa composições com os grandes proprietários locais, podendo exigir deles uma contribuição. De fato, não realizam transformações estruturais, e os habitantes mantêm sua forma de vida cotidiana, visto que as regras coletivas não implicam o abandono dos comportamentos individualistas, mas os põe a salvo das incursões do Exército e obrigam os

¹ Cf. W. Ramirez Tobón, 1990.





raros policiais, eventualmente presentes em tais zonas a adaptar-se à existência de uma organização armada ilegal. Em suma, possibilita a instauração de uma ordem local e, pouco a pouco, esta se torna a base do controle territorial.

Nessas regiões, Caquetá, Huila e Tolima, em especial, muitas vezes, duas ou três gerações foram imersas numa sociabilidade política ligada à memória das lutas agrárias e de *La Violencia*, mas constantemente atualizada pela presença das FARC na vida diária. De pai para filho, muitos passaram pela experiência guerrilheira. Até bem recentemente, os filhos continuavam a ingressar nelas naturalmente. Nessa situação, o mundo camponês e a organização guerrilheira compartilhavam as mesmas convicções e viviam quase em osmose (Molano, 1987).

O novo universo dos colonos e a lógica da “proteção”

Os vestígios dessa época subsistem, mas o universo social dos colonos transformou-se com a expansão da cultura da coca,² que começou por volta de 1980 e se acentuou por volta de 1994-1995, quando essa cultura passou a ser a base da economia de várias regiões. Como veremos no próximo capítulo, tanto a expansão inicial quanto a segunda vaga de expansão ocorrem antes de tudo no sul do país, que está, com mais frequência sob o poder das FARC. O afluxo de novos migrantes atraídos pela ilusão do enriquecimento rápido, às vezes provenientes de cidades secundárias, cria uma heterogeneidade cada vez maior da população. Nos momentos de grande alta dos preços, as zonas de cultivo da coca, especialmente Caguán, tornam-se verdadeiros faroestes onde florescem casas noturnas luxuosíssimas, prostíbulos, exibicionismo financeiro... e também homicídios, cujos índices rivalizam com o das cidades. Depois de 1994, a mão de obra local, não bastando mais à colheita das folhas de coca, constitui-se num verdadeiro subproletariado agrícola, além daqueles que, chamados de *raspachines* vêm de todos os lugares, são itinerantes e muitas vezes desejam ficar apenas o tempo de acumular algum pecúlio, esperança quase sempre ilusória.

² Outro aspecto é o avanço da agricultura de exportação (não só banana ou açúcar, mas também palmito), nas mãos de grandes empresas capitalistas.





O papel das FARC modifica-se e torna-se muito mais visível. Precisam conter a violência social, preservando um mínimo de ordem; garantir o bom andamento da economia ilegal; servir de intermediárias com os narcotraficantes; proibir a intervenção das Forças Armadas. Já não há osmose, mas uma relação muito mais instrumental, baseada numa convergência de interesses. Essa relação, porém, pode ser muito sólida onde a população não tem outra perspectiva além da coca. Pode-se falar de lógica de “proteção” a partir do momento em que ela permuta sua submissão pela segurança.

Nem por isso essa lógica corresponde à do “mercado de proteção” proposto por Diego Gambetta com relação à máfia italiana (Gambetta, 1993). As FARC não “protegem” apenas e não pretendem tão somente absorver parcelas da administração ou da economia – se o fazem, é de maneira acessória. Sobretudo a partir de 1990, elas visam a consolidar seu potencial estratégico. A proteção atua num clima de guerra, e é isso o que passa a definir principalmente as relações das FARC com as pessoas. Elas desenvolvem métodos de intimidação e coação que correspondem a essa situação e, portanto, frequentemente são muito mais sistemáticos e expeditivos.

Esses métodos podem alimentar as tensões entre a população e a guerrilha quando dão ensejo a atos sentidos como abusivos ou excessivos. Foi assim que, na década de 1980, a zona de Puerto Boyacá, às margens do Magdalena, até então dominada pelos comunistas, transformou-se em feudo paramilitar depois que a frente local das FARC começou a praticar sequestros e ameaças, inclusive contra pessoas sem recursos. As instruções de boicote eleitoral, dadas em 1997 e em outras ocasiões em regiões como Caquetá ou Putumayo, nem sempre foram bem acolhidas por uma população que, embora muito abstencionista e contestadora, vê no voto uma modalidade de cidadania.

Do mesmo modo, a população muitas vezes sente como coerção insuportável o fato de precisar participar por ordem da guerrilha de mobilizações que a expõem a grandes sofrimentos e riscos. Isso ocorreu várias vezes em regiões de grande domínio das FARC, como Arauca, Caquetá ou Putumayo, quando a guerrilha desencadeou *paros armados*, (greves armadas) durante as quais as atividades locais e as provisões ficaram paralisadas por vários dias. O mesmo cansaço manifestou-se quando as FARC organizaram marchas de protesto, como as



de 1995-1996 no sul do país, contra a destruição das plantações de coca por pulverização aérea. Não que os habitantes das zonas afetadas deixem de compartilhar a cólera contra procedimentos que não poupam as culturas de víveres e criam riscos para a saúde. Mas aceitam de mau grado a obrigação de todos, sem exceção, deverem participar daquelas marchas fisicamente penosas e, além do mais, perigosas (em caso de intervenções militares ou paramilitares), abandonando sem vigilância casas e animais. Apreciam menos ainda que, no fim, a guerrilha obrigue alguns participantes a juntar-se às suas fileiras.

A lógica da proteção implica, pois, coerções que, aceitas em tempos ordinários, mostram-se pesadas nos momentos em que se inserem na estratégia militar das FARC. Exatamente onde existia a relação de osmose, as coerções se fortalecem à medida que o clima de guerra se estende. O modo como a guerrilha resolve os litígios individuais também nem sempre obtém consenso. As punições não são bem aceitas, sobretudo quando redundam em condenações à morte, nos casos de pessoas acusadas de “traição” ou “infiltração”. A guerrilha chega até mesmo a adotar medidas sanitárias que provocam reprovação silenciosa. Uma excelente pesquisa jornalística, em Vistahermosa, povoado do sul de Meta, relatou que a guerrilha mandou fazer testes de HIV e executou os soropositivos (León, 2005).

Instrumentalização das organizações sociais

As FARC adaptam-se mal à manutenção de organizações sociais autônomas e muitas vezes não descansam enquanto não as instrumentalizam. Em numerosos povoados e cidades, os habitantes participam de *juntas* (conselhos) de ação comunitária, frequentemente encorajados pelos poderes locais. Nas zonas sob o poder das FARC ou naquelas em que elas procuram penetrar, o domínio dessas associações constitui um dos meios de estender sua influência. As pessoas que queiram manter-se independentes são obrigadas a afastar-se delas.

Nos enclaves de economia de exportação, os sindicatos quase sempre se tornam dependentes da guerrilha graças a uma mistura de adesão voluntária e aliança forçada. Foi assim que os dois sindicatos surgidos nos anos 1980 na zona bananeira de Urabá se identificaram com a guer-



rilha: um com o EPL, e o outro, com as FARC. Bem acolhidos no início por trabalhadores que durante muito tempo não haviam adquirido direito algum e, ademais, tinham sido vítimas de massacres perpetrados por grupos paramilitares, eles possibilitaram a obtenção do atendimento às suas reivindicações até conseguirem uma das melhores convenções coletivas colombianas. Mas depois os arrastaram para lutas sangrentas, marcadas de novo por massacres, lutas travadas pelas duas guerrilhas pelo controle da zona. Essas lutas continuaram depois da desmobilização do EPL em 1991 e da transformação deste em partido político logo aliado aos paramilitares.

Do mesmo modo, as FARC não se adaptam bem a fenômenos independentes de construção identitária. Seu comportamento em relação às populações indígenas de Cauca mostra bem isso. Há trinta anos, esses povos lutam para recuperar seus direitos sobre vastas terras de que alguns latifundiários e a Igreja católica se apropriaram indevidamente e, ainda mais, para afirmar sua especificidade cultural. Isso não as expôs apenas à violência dos latifundiários, mas também à das frentes das FARC implantadas na região. Nos anos 1970, estas, aliás, não sentiam repugnância em proteger os latifundiários em troca do pagamento de taxas. A formação de uma organização de guerrilha indígena, a Quintín Lame, foi a resposta à preocupação com a autodefesa. A partir de 1991, quando a nova Constituição reconheceu os direitos culturais das populações indígenas e concedeu-lhes a propriedade de imensas áreas, os choques com as FARC se intensificaram. Mais ainda, quando o departamento de Cauca adquiriu importância estratégica para estas, elas não hesitaram em recorrer a atentados com alvo certo e aos massacres. Dissolvida a Quintín Lame, as populações indígenas criaram diversas formas de resistência não violenta que se tornaram um exemplo para muitos setores da sociedade civil. A história repetiu-se no caso das populações afrocolombianas às quais a Constituição de 1991 atribuiu direitos comparáveis, mas cuja principal região de presença, a costa pacífica, em especial o departamento de Chocó, tornou-se um dos teatros de confronto entre as FARC e os paramilitares.

Estamos distantes da osmose sobre fundo de sociabilidade compartilhada, distantes até da lógica de proteção ou de instrumentalização das organizações sociais. Os cálculos estratégicos prevalecem sobre a vontade de domínio político. Em todo caso, os três primeiros tipos de rela-



ção, sobretudo os dois primeiros, só funcionam quando a guerrilha tem o monopólio de influência local. Acabamos de constatá-lo: mesmo a concorrência de outra organização guerrilheira ou de movimentos identitários está prenhe de conflitos. Mas é sobretudo o progresso dos grupos paramilitares a partir de 1993-1994 e sua ofensiva territorial sistemática a partir de 1998-1999 que, ameaçando ou rompendo quase todas aquelas situações de monopólio, transformam quase que em sua totalidade as relações das FARC com a população na maioria das regiões. O medo, ou mesmo o terror, torna-se regra. O fenômeno da “guerra suja” já não caracteriza apenas um momento do conflito: estende-se ao conjunto, mas sem poder ser completamente reduzido a uma oposição do gênero “amigo-inimigo”.

Um recrutamento predominantemente rural

Resta uma realidade incontestável: as FARC continuam sendo, antes de tudo, uma guerrilha, se não “camponesa” (o campesinato tradicional é cada vez menos numeroso), pelo menos de proveniência rural. O essencial de seu recrutamento continua sendo feito entre a população rural.

Sem dúvida as FARC também recrutam nas cidades. Na segunda metade da década de 1990, o coroamento de sua ofensiva militar implicava a obtenção progressiva do controle das cidades mais importantes. A formação de “milícias” urbanas, chamadas “milícias bolivarianas”, fez parte desse plano estratégico e, em certos momentos, teria grande difusão e constituiria importante canal de recrutamento para a guerrilha propriamente dita. Contudo, nem sempre conservaram seu teor político inicial e passaram por maior ou menor deterioração. Aqui nos referiremos rapidamente ao exemplo de Medellín, cidade onde as milícias prosperaram bastante durante algum tempo. Implantaram-se a partir de 1993-1994 nos bairros periféricos da cidade. Esses bairros eram antes dominados pelos grupos associados às organizações do narcotráfico, às vezes diretamente, quando dependiam da *Oficina* (“escritório” que centralizava as operações do cartel de Medellín), na maioria das vezes indiretamente, quando só faziam “contratos” específicos ou trabalhavam por conta delas. As milícias exterminaram esses bandos, quase sem-



pre para grande alívio dos habitantes que haviam sido expostos à sua violência extrema. As milícias, por sua vez, depois passaram por um processo de criminalização progressiva que levou à tomada dos bairros por grupos que não agiam em nome de uma filiação política, mas, de modo independente, os dividiam em zonas de controle por blocos de casas. A última fase foi aquela em que os bandos passaram completamente para o controle dos paramilitares, situação que perdura até hoje. Essa digressão por Medellín é útil para perceber as vicissitudes vividas pelas FARC quando querem firmar presença urbana. Elas não se chocam apenas com a diversidade das ramificações criminosas. Encontram-se diante de um mundo urbano juvenil, móvel e refém do tempo rápido do dinheiro, do consumo (inclusive de droga), da tecnologia, das imagens e das músicas que fazem parte da modernidade.

Portanto, não é surpreendente que os combatentes das bases continuem sendo principalmente rurais ou semirurais. A acreditarmos num estudo publicado em 2002, 90% dos combatentes das FARC provinham então do meio rural ou de povoados e cidades secundárias.³ Seu nível de escolaridade é muito baixo, raros são os que terminaram o ensino fundamental, alguns são analfabetos. Muitos são extremamente jovens, e a proporção de menores é considerável. Desde a realização desse estudo, veremos que o efetivo da guerrilha diminuiu muito e o recrutamento se tornou bem mais difícil. Há motivos para pensar que, por isso, a proporção de menores cresceu. Um relatório de uma ONG internacional calculava em 15% ou 20% no início de 2008.

Os comandantes das FARC provêm em grande parte desse mesmo universo social. Segundo o mesmo estudo, em 2001 cerca de metade dos 25 membros do Estado-maior classificavam a si mesmos como de origem rural. Grande número deles também tem baixo nível de escolaridade, sendo principalmente formados nas escolas de comando das FARC. Alguns, porém, têm conhecimento do mundo urbano, porque em diversos momentos foram incumbidos da tarefa de penetração, em especial por meio do trabalho de coordenação com as milícias urbanas. Um

³ A maioria dos dados sobre a composição social das FARC é extraída de J. G. Ferro Medina e G. Uribe Ramón, 2002. Quando os autores se baseiam em declarações dos dirigentes das FARC, os dados só podem ser aproximativos. Pelo menos servem de indicação acerca da imagem que as FARC querem passar sobre si mesmas.



dos exemplos mais notáveis é o de Simón Trinidad, responsável pela sucursal de um grande banco de Valledupar (capital do departamento de Cesar), pertencente a uma das famílias mais tradicionais; desconfia-se que ele se valeu dos conhecimentos que tinha desse meio para orquestrar os sequestros depois de aderir à guerrilha. Preso no Equador em 2004, foi extraditado para os Estados Unidos. Outro exemplo é o de Carlos Antonio Lozada, um dos mais prestigiados membros do estado-maior, que dirigiu a Frente Antonio Nariño, encarregada do trabalho urbano; essa frente foi dizimada em fins da década de 1990, e os membros sobreviventes precisaram recuar para as zonas rurais. O próprio Carlos Antonio Lozada, depois desse recuo, escapou por pouco de uma operação militar em 2007.

A composição da mais alta instância, o Secretariado, é mais mesclada quanto ao tipo de formação de seus membros e ao seu grau de conhecimento do mundo urbano. Ela reflete os diversos estratos históricos das FARC. Durante anos, os líderes da resistência do tempo de Marquetalia exerceram as funções de comando, tendo no primeiro escalão Manuel Marulanda Vélez e Jacobo Arenas, que dividiam a direção suprema ao lado de outros combatentes da primeira hora. Quando o Secretariado foi oficialmente constituído por cinco membros em 1973, essas mesmas figuras estavam lá. Arenas e Guzmán morreram de morte natural; o primeiro em 1990, o segundo em 2002. Em meados da década de 1980, Raúl Reyes e Alfonso Cano, que tinham entrado para as fileiras das FARC por volta de 1970, ascenderam à instância suprema. Raúl Reyes, oriundo de Huila, bem cedo foi morar em Caquetá. Sem outra formação escolar além do rudimentar, foi sindicalista e, sobretudo, militante comunista. Mais tarde ficaria encarregado dos contatos com o estrangeiro e desempenharia papel essencial nessa esfera. O perfil de Alfonso Cano é bem diferente: no fim da década de 1960 fez curso superior de antropologia na Universidade Nacional de Bogotá.

A partir de 1993, o Secretariado passou a ter sete membros. Sua composição diversificou-se. Em 2007, continuavam contando com Manuel Marulanda, Raúl Reyes e Alfonso Cano. Entre os membros mais recentes, “el Mono Jojoy” é o único que apresenta perfil comparável ao dos fundadores: rural e quase sem formação escolar. É visto como um dos defensores mais resolutos de uma linha militar e dura. Os outros três têm curso superior e, durante certo período da vida, frequentaram a cidade

ou mesmo passaram algum tempo no exterior. Timoleón Jiménez (vulgo Timochenko), um dos dirigentes aos quais os meios de comunicação praticamente nunca tiveram acesso, residiu na União Soviética, onde fez curso superior: seria o principal responsável pela gestão financeira da guerrilha. Iván Marquez, originário de Caquetá, fez curso superior em Florencia, capital desse departamento, com assento no Congresso Nacional em nome da União Patriótica. Iván Ríos (nomeado para substituir Efraím Guzmán), é originário de Antioquia, e estudou economia agrícola em Bogotá.

Em março de 2008, os dois suplentes do Secretariado substituíram Raúl Reyes e Iván Ríos depois da morte destes, ocorrida com alguns dias de intervalo. Um, Joaquín Gómez, vem de uma família camponesa, mas passou cerca de doze anos na União Soviética, estudou zootecnia e ensinou essa disciplina em Florencia (tem como dote acessório um bom conhecimento de Balzac). O outro, Mauricio, conhecido como o “Médico”, estudou medicina e morou muito tempo no México: há vários anos está encarregado de cuidar da saúde de Marulanda.

Embora o Secretariado apresente perfis mais variados que os dos outros comandantes, só a autoridade de Marulanda já bastaria para preservar a sensibilidade rural das FARC. Ela é acentuada pela antiguidade dos outros membros e pela função da maioria deles à frente de um “bloco”,⁴ o que confere a seus contatos urbanos caráter episódico, na melhor das hipóteses.

Esse enraizamento rural e o recrutamento que o acompanha são poderosos fatores de coesão das FARC. A homogeneidade social protege as FARC dos riscos de divisão e infiltração. Comandantes e combatentes compartilham uma mesma visão de mundo. Seu sentimento de injustiça baseia-se na experiência comum da precariedade do mundo rural e do acesso desigual à terra. O baixo nível de escolaridade da maioria – as FARC, aliás, precisaram criar escolas de alfabetização – e a escassez de informação que lhes chega sobre a evolução das forças sociais urbanas contribuem para que eles se satisfaçam com os rudimentos de marxismo-leninismo que lhes são inculcados em sessões de formação política. A coesão “ideológica” da organização é mais preservada pelo fato de ela

⁴ Cf. capítulo 6.

não ser objeto de debates, ou, quando é, tais debates não saem do círculo dos responsáveis. A rotina da guerrilha não predispõe os combatentes das bases a indagar-se sobre suas orientações.

No entanto, seu meio rural mudou profundamente. A concentração da terra agravou-se ainda mais. Embora continuem existindo, os latifundiários de antes foram substituídos em grande parte pelos novos ricos oriundos do narcotráfico: estima-se que quatro milhões de hectares das melhores terras caíram em suas mãos, e seus meios de defesa os põem ao abrigo de reivindicações agrárias intempestivas. A abertura econômica acentuou a crise do pequeno campesinato. Suas plantações de arroz pouco resistem à concorrência das importações. As de algodão, frequentemente integradas a uma economia altamente capitalista, mas capazes de garantir a subsistência de numerosos trabalhadores agrícolas, também foram afetadas. A economia cafeeira está em plena decadência, e a região onde ela dominava é uma daquelas em que os índices de homicídio são mais altos. Os capitais agora se deslocam principalmente para as plantações de palmito, mas são incapazes de absorver a mão de obra excedente.

Quanto às zonas de colonização, na maioria das vezes só sobrevivem graças às plantações de coca. As FARC, como veremos, estão envolvidas em todas as etapas da economia da droga e a ela dedicam boa parte de suas atividades.

Portanto, a época das autodefesas camponesas formadas no prolongamento das lutas agrárias está bem longe. A região rural diversificou-se, e os combatentes das FARC já não têm muito a ver com os camponeses de Sumapaz ou do sul de Tolima. O que se manteve não foi uma guerrilha “camponesa”: foi um “*ethos* campesino”. A narrativa lendária da história das FARC serve-lhe de substrato. O Programa Agrário formulado no rescaldo de Marquetalia continua sendo seu vetor. A figura de Manuel Marulanda é seu símbolo: a de um camponês imutável em meio à guerra e às conturbações.

Portanto, não é de surpreender que, nos últimos anos, o moral dos combatentes nem sempre seja estável. Sobretudo desde que o descrédito político das FARC se acentuou e que, militarmente, elas se reduziram à defensiva. Convém lembrar, a propósito, o cotidiano da vida de guerrilha.

O cotidiano da guerrilha

As anotações apresentadas nesta parte são em grande medida produto de entrevistas que fiz com guerrilheiros desmobilizados das FARC, assim como de observações feitas nas visitas em campo. Apoiam-se também em testemunhos publicados recentemente pela imprensa. Também nesse caso, cabe destacar já de início que esse cotidiano evolui segundo os lugares e os momentos, quer se refira às condições de ingresso na guerrilha, às normas internas ou às relações hierárquicas.

Não voltarei a falar sobre as situações de sociabilidade compartilhada, tendo por fundo a transmissão memorial, nas quais a inserção na guerrilha pode parecer natural. A inserção pode ocorrer com etapas intermediárias: passagem pela JUCO (Juventude Comunista), ativa tanto nas zonas rurais quanto nas zonas urbanas, ou mesmo passagem pelas milícias. Na falta de transmissão memorial, também pode haver sociabilidade compartilhada nas zonas de plantio de coca controladas pelas guerrilhas: os jovens ali convivem o tempo todo com os guerrilheiros que regem a vida local, sendo facilmente passíveis de ingressar em suas fileiras.

A familiaridade não é tudo. Outras motivações entram em jogo: miséria, falta de perspectivas, desemprego, conflitos familiares, prestígio da farda e das armas, atrativo da guerra. Contudo, para jovens frequentemente imersos em contextos percebidos como anômicos, o que conta na maioria das vezes é a sedução exercida por uma organização que tenha regras e hierarquia. Essas motivações, cabe notar, durante muito tempo foram proveitosas apenas para a guerrilha; depois, passaram a beneficiar os paramilitares, que, além do mais, ofereciam pagamento aos recrutas.

A guerrilha defende-se de recorrer ao recrutamento forçado, argumentando que isso não garantiria a lealdade desejável. De fato, parece que raramente recorre a ele. No entanto, pode valer-se de pressões mais ou menos discretas. Nas zonas de cultivo de coca, pode ocorrer que ela só autorize as famílias a dedicar-se a esse plantio se estas enviarem um filho ou vários à guerrilha. À medida que aumenta a proporção de menores muito jovens em suas fileiras, a distinção entre escolha voluntária ou provocada torna-se muito incerta. Atualmente, são numerosos os casos em que a partida dos filhos para *el monte* é vivenciada pelas famílias como um drama.

A conjuntura do conflito armado evidentemente influencia as adesões. Por volta de 2000, durante a negociação com Pastrana, quando nada parecia poder obstar sua progressão, as FARC recrutaram só na zona desmilitarizada cerca de 4 mil novos combatentes. A inserção na guerrilha só tinha vantagens: naquela zona os combatentes estavam a salvo das operações que o Exército pudesse lançar e muitos esperavam, em caso de acordo, ser beneficiados por suas disposições. A recente onda de deserções reflete a mudança da conjuntura.

A motivação do novo recruta é posta à prova durante uma espécie de estágio ao fim do qual ele ainda pode, em princípio, renunciar. Também pode ser dispensado por incapacidade a dobrar-se à disciplina militar. Se admitido, faz cursos de formação política e militar que, teoricamente, duram alguns meses. Eventualmente, esses cursos podem deixá-lo desorientado quando enfatizam um materialismo que contraria a educação católica de muitos. Entretanto, já não lhe é possível abandoná-los sem ser considerado desertor e arriscar-se à pena de morte.

A porcentagem de moças entre os combatentes não para de aumentar. Calculado há algum tempo em 30%, atualmente estaria estabilizada em cerca de 40%. Moças e rapazes são incumbidos das mesmas tarefas, inclusive de combate. Podem em princípio ter relações sexuais livremente. As moças parecem ter todo o interesse em arranjar um *novio* que as livre do assédio dos camaradas. Os comandantes muitas vezes podem usar sua posição para selecionar as companheiras de sua escolha, o que garante mais proteção a estas. Em caso de gravidez, na maioria das vezes as combatentes são induzidas a abortar. Se têm filho, precisam separar-se dele, entregando-o a seus pais ou a famílias adotivas. Pode ocorrer que essa experiência de separação seja malvivenciada e incite à deserção. Por esse motivo, os laços afetivos fortes demais nem sempre são bem-vistos.

Por outro lado, são raras as mulheres que atingem posição hierárquica elevada. Até 2007 contavam-se apenas duas comandantes, das quais uma, “La Negra Karina”, que dirigia a Frente 47 instalada entre os departamentos de Caldas e Antioquia, tinha reputação de grande dureza para com a população e seus próprios subordinados. A surpresa foi total quando ela desertou no dia 18 de maio de 2008 alegando não suportar mais não conhecer sua filha de 18 anos; ela logo aceitou tornar-se intermediária, por parte do governo. Alguns dias antes, Iván Ríos, seu superior hierárquico, foi assassinado pelo seu guarda-costas, guerrilheiro,



que queria receber a recompensa prometida para aqueles que matassem ou denunciassem os membros do Secretariado – ele havia tomado o cuidado de lhe decepar a mão para servir de prova. Outras mulheres se distinguem no manejo de fundos, como a famosa “Sonia” que estivera baseada em Cartagena del Chairá, zona de Caguán. Seu computador permitiu registrar o real valor dos recursos provenientes da economia da droga. Extraditada para os Estados Unidos, sua libertação faz parte das exigências das FARC para aceitar uma troca humanitária, no mesmo nível da de Simón Trinidad.

A vida de guerrilha, como a de todo Exército, comporta um aspecto burocrático. Quando da morte de Raúl Reyes, mas também de outros dirigentes importantes, pudemos constatar que eles gostavam de guardar na memória de seus computadores todas as mensagens e os comentários recebidos e enviados nos meses anteriores, não hesitando em levar consigo aquelas informações em seus deslocamentos. Os comandantes ordinários também guardam em seus computadores todos os dados referentes aos membros de suas unidades: estado civil, registros de serviço, faltas cometidas e punições. Os dirigentes encarregados das operações financeiras devem manter rigorosa contabilidade.

Todos gostam de referir-se ao “regulamento interno” como a lei que rege a vida de guerrilha, lei que, ensinada no momento da adesão, é supostamente aplicada a todos da mesma maneira. Para os pecados veniais, as punições consistem em corte de madeira na mata ou abertura de abrigos. Podem tornar-se muito mais drásticas nas faltas graves, para não falar das acusações de traição.

Segundo o regulamento, as FARC instaurariam em suas unidades um tipo de democracia participativa: os comandantes seriam eleitos, a realização de reuniões frequentes daria aos responsáveis a oportunidade de comunicar as informações necessárias a suas tropas e ouvir suas impressões. Na verdade, quando ocorrem, essas reuniões são regidas pelo “centralismo democrático”. A crer-se nos depoimentos de ex-guerrilheiros, as observações críticas não são bem-vindas e não é bom fazer ironias com membros do Estado-maior. Fazer piada com eles é expor-se a ser considerado suspeito ou mesmo “infiltrado” e a sofrer as punições correspondentes. A personagem Marulanda, evidentemente, é tabu.

Para os guerrilheiros, o tédio não está descartado ao longo dos dias ordinários. Durante uma operação, o Exército apreendeu o diário de uma holandesa que entrara nas FARC por idealismo: é possível ler a decepção



em quase cada página, com referência tanto ao conteúdo simplista dos cursos de formação política, quanto ao comportamento dos comandantes para com os combatentes, sobretudo mulheres. Todavia também se percebe o simples tédio.

No entanto, o tédio é o mal menor. A maioria dos guerrilheiros vive nas condições mais precárias. Sofrem frequentemente de carência alimentar. Alguns reféns notam, a respeito, que os guerrilheiros não parecem ser mais bem tratados que eles – os guerrilheiros desmobilizados que conheci chegavam a sentir ciúme dos reféns que, segundo diziam, tinham direito a condições privilegiadas. Os guerrilheiros estão, sobretudo, expostos a todas as doenças da floresta, ao paludismo e, principalmente, à leishmaniose. Esta última é temível e afeta grande número deles. Embora as frentes teoricamente incluam um enfermeiro ou equivalente, e a guerrilha conte com alguns clínicos, o atendimento a doentes e feridos frequentemente é dos mais precários.

Os guerrilheiros, ao contrário, parecem apreciar os combates, as escaramuças e outras ações. Nas conversas que tive, eles os lembravam com orgulho, quer se tenha tratado de tomar povoados usando como artilharia seus morteiros artesanais, quer de armar emboscadas ou realizar sequestros. Algumas unidades de elite gozam de grande prestígio, tal como a Coluna Móvel Teófilo Forero à qual são imputados múltiplos atentados e emboscadas. As técnicas ultramodernas de observação e dissuasão de que as Forças Armadas já dispõem provocam o enfraquecimento dessas unidades e, mais globalmente, a vulnerabilidade de muitas frentes.

Mal-estar interno

A recente evolução da relação de forças, os golpes desferidos pelos paramilitares e pelo Exército, a perda de territórios daí resultante só podem provocar confusão em numerosos guerrilheiros. A multiplicação das deserções a partir de 2006 é sua manifestação. A crer-se nos desertores, também é consequência do enfraquecimento do ideal revolucionário, uma vez que o primado é dado às tarefas financeiras, sobretudo nas zonas de plantio de coca.

Grande número de guerrilheiros se dedica a essas tarefas. Veremos seu detalhamento no próximo capítulo. Por ora basta indicar que elas dão ensejo a comparações ressentidas. Os rendimentos estão longe de

ser idênticos para todas as frentes: as frentes implantadas nas regiões de economia da droga são privilegiadas. Os desmobilizados lembram com rancor essas desigualdades. Estas se manifestariam na alimentação, na qualidade dos uniformes e até nos tipos de munição. A concentração na zona desmilitarizada de guerrilheiros provenientes de diversas regiões, entre 1998 e 2001, deu oportunidade de constatar tais fatos. O porte altivo de uns contrasta com o porte humilde de outros, muitas vezes encarregados de tarefas subalternas de segurança.

A comparação ressentida, entre certos desmobilizados, estende-se aos membros das milícias bolivarianas que, segundo dizem eles, têm toda a liberdade para montar negócios pessoais e, conforme o caso, para retirar-se sem ruído da militância política quando não para se pôr a serviço de outras organizações, paramilitares ou de traficantes.

O rancor é ainda maior quando eles têm a oportunidade de descobrir que certos comandantes não tomam à risca a austeridade que prevalece entre os combatentes das bases. Ainda na zona desmilitarizada, viram-nos desfilar em suas 4 x 4, alojar-se às vezes em casas que nada tinham de espartano. Os que frequentaram as zonas de produção de cocaína mencionam o caso de um comandante que foi morar numa residência com piscina. Portanto, eles não duvidam que alguns chefes fiquem com parte das taxas. Os reféns, aliás, poderiam confirmá-lo: mais de uma vez, as famílias precisaram pagar “por baixo do pano” um extra de resgate. O comandante Romaña, autor de inúmeros sequestros em Meta e o Cundinamarca, é dos que agiriam desse modo e não esconderia que os extras “por baixo do pano” lhe são destinados.

Os desertores recentes são frequentemente combatentes aguerridos que constatarem essas transgressões das normas da organização e se sentiram muito desgostosos.

“O *ethos* ruralista” continua prevalecendo a título de representação comum, e Marulanda continua a personificá-lo. No entanto, o mundo camponês foi subvertido pela evolução da produção agrícola, mas também pelo efeito das informações veiculadas pela rádio. Embora o isolamento da guerrilha continue considerável, nem por isso a cultura transmitida pelos meios de comunicação deixa de chegar até ela. A decepção de alguns guerrilheiros não pode ser reduzida às comparações ressentidas internas. Sem dúvida está bem mais ligada ao fato de que o mundo da guerrilha ao qual aderiram parece cada vez mais defasado em relação ao do restante da sociedade.



4

Recursos financeiros

As FARC nunca dispuseram de ajuda material externa. Se o Partido Comunista colombiano manteve boas relações com a União Soviética até meados da década de 1980, isso não passava da esfera das afinidades ideológicas, e as FARC não parecem ter recebido atenção especial do Kremlin nem muito mais de Cuba, por onde havia passado bom número de dirigentes do ELN e do M19.

A fragilidade de seus recursos financeiros até o fim da década de 1970 é uma das razões pelas quais durante muito tempo elas ficaram patinando e mantiveram um perfil de autodefesa. O pouco de que elas dispunham então vinha da extorsão, mas praticada em escala muito reduzida. Inversamente, a brusca expansão territorial que apresentaram por volta de 1980 está ligada ao súbito aumento de seus recursos financeiros que, vinte e cinco anos depois, se tornaram ainda mais substanciais. Os cálculos de seu montante global muitas vezes são dos mais fantasistas; o mesmo se diga dos cálculos acerca de cada categoria. Com base em extrapolações também questionáveis, peritos acadêmicos ou governamentais estimam que o montante anual se situa entre 500 e 800 milhões de dólares.

Os trabalhos de economistas do Banco Mundial, entre os quais o de Paul Collier (2000), difundiram a ideia de que a maioria dos conflitos





locais atuais não corresponderia a “reivindicações”, mas a oportunidades de “predação”. Para Collier, estas são especialmente grandes no caso de economias que dependem da exportação de algumas matérias-primas e mais ainda de matérias-primas que possam ser facilmente contrabandeadas. Segundo ele, o resultado disso é que os grupos armados contestadores, mesmo mantendo retórica revolucionária, tendem a agir sobretudo em função de seus objetivos econômicos.

O raciocínio será pertinente no caso das FARC? Os recursos de que elas passaram a dispor a partir de 1980 têm três proveniências: sequestros, retenções sobre certas atividades econômicas assim como extorsão praticada em grande escala e participação na economia da droga. Os sequestros não estão ligados à economia de exportação; as retenções, às vezes, quando incidem sobre companhias petrolíferas ou bananeiras, mas afetam muitas atividades correntes sem relação com a exportação; em compensação, a economia da droga está totalmente ligada à exportação. No entanto, é difícil falar nesse caso em “predação”, pois as FARC são um dos atores essenciais da expansão dessa economia, e esta, em todas as suas fases, está voltada para a constituição de uma economia ilegal executada por atores ilegais.

Segundo o momento, a respectiva fração das três fontes de financiamento na receita global das FARC modificou-se. Até o início da década de 1990, extorsão e sequestros contavam decerto quase tanto quanto a economia da droga. Ainda em 1995, analistas lhes atribuíam parcela igual no financiamento. Contudo, um relatório do Ministério da Defesa realizado em 2003 chegou à conclusão de que o pagamento de resgates não contribuiria com mais que 6% a 7% do financiamento das FARC.

A partir de 1994, a economia da droga passa a ser, de longe, a principal origem do financiamento. O mesmo relatório estima que, em 2003, ela propiciava mais de 50% do total desse financiamento. De 2003 a 2007, a diminuição dos sequestros e as dificuldades enfrentadas pela extorsão levam ao maior crescimento da economia da droga: ela superaria 60% e até 70%.

É bom ressaltar que as FARC partilham pelo menos duas dessas fontes de financiamento com os paramilitares: extorsões e tráfico de droga. A economia da droga alimenta de fato todos os atores armados e está, portanto, bem no coração do conflito. Mesmo que algumas das redes mais importantes do narcotráfico queiram maximizar prioritariamente seus interesses e garantir acesso ao mercado internacional, não há como





evitar negociar com um ou outro dos atores armados, quando não com um e com outro.

Sequestros

O problema dos sequestros na Colômbia só virou manchete nos jornais franceses com o caso de Ingrid Betancourt em fevereiro de 2002. Por causa dele, os sequestros classificados como políticos e realizados pelas FARC a partir de 2000 começaram a chamar a atenção. No entanto, representam uma ínfima parcela dos sequestros e fazem parte de uma problemática específica que só abordaremos no último capítulo.

A prática dos sequestros não data de 1980, mas durante muito tempo foi excepcional. A situação modificou-se no início da década de 1980. Até sua desmobilização, o M19 e o EPL recorreram a eles com muita frequência. Os narcotraficantes fizeram o mesmo em sua luta contra a extradição: uma porcentagem significativa dos 1.717 sequestros contados em 1991 coube a eles. Depois de uma fase em que diminuiu, o número de sequestros progrediu de novo no fim da década de 1990. O ELN e as FARC os converteram numa de suas práticas habituais. Os narcotraficantes recorreram a eles e, depois, os paramilitares, mas com menos intensidade. São as FARC que os praticam em maior número.

Segundo estatísticas da polícia, a distribuição entre 1981 e 2003 era a seguinte:

Sequestros com pedido de resgate, classificados por responsáveis (1981-2003)

Autor	Número	%
FARC	7.943	25%
ELN	6.912	22%
EPL	1.109	3%
M19	179	1%
Outras guerrilhas	605	2%
Criminalidade comum	12.347	39%
Paramilitares	1.098	3%
Autores desconhecidos	1.634	5%
Total	31.827	100%

Fonte: Policía Nacional, *Revista Criminalidad*. Cálculos CGR/DS-DJS.





Segundo outra fonte, citada por *El Tiempo*, de 1996 a 2007, 24 mil pessoas foram vítimas de sequestro.¹ A distribuição é a seguinte: FARC, 6.772 (28,2%); ELN, 5.389 (22,4%); criminalidade comum, 3.375 (14%); paramilitares, 1.163 (4,8%); autores não identificados: 5.105 (21,2%). O recorde foi estabelecido em 2000, com 3.211 casos. A tendência, a partir daí, é de uma forte diminuição. Em 2006, o número de sequestros cai para 1.652 e, em 2007, para menos de 1.000. De acordo com pesquisas realizadas em 2010, não restaria mais que duas ou três centenas de sequestrados.²

As guerrilhas tendem frequentemente a usar eufemismos para a prática, evitando empregar os termos sequestro e refém. Falam mais em “detenções” e “retenções” como se se tratasse de prisões feitas por um poder que agisse segundo regras condizentes com uma legalidade outra.

Os procedimentos são muito diversos. Alguns têm alvo definido. Outros são realizados ao sabor das circunstâncias ou em função da facilidade de execução. O ELN, em certas ocasiões, efetuou sequestros em massa: por exemplo, os reféns feitos entre passageiros de um avião da companhia Avianca e os participantes de uma missa celebrada em Cali. A mesma guerrilha e mais ainda as FARC recorreram frequentemente àquilo que foi chamado de “pescas milagrosas”, sequestros feitos ao acaso, em bloqueios de estradas. Essa prática teve como resultado a diminuição considerável do trânsito em certas estradas e a sua proibição à noite.

Os sequestros com alvo definido frequentemente visam personalidades do mundo econômico e político. Raras são as famílias de industriais ou de autoridades locais que tenham sido poupadas por essa experiência. Sete membros da família Echeverría, associada à história da indústria têxtil de Antioquia, foram sequestrados. O pai do presidente Álvaro Uribe teve a mesma sorte antes de ser morto pela guerrilha em 1984. Líderes paramilitares, como os irmãos Castaño, cujo pai foi morto durante o sequestro pelas FARC, fazem desse trauma uma das motivações de seu desejo de vingança. Mas as FARC não hesitam também em sequestrar pessoas que se dedicam ao trabalho comunitário local, a obras sociais – é o caso de diversos membros da família do atual minis-

¹ *El Tiempo*, 30 de junho de 2007.

² Os números devem ser vistos com cautela; alguns sequestros não são comunicados à polícia, e algumas pessoas desaparecidas são registradas como sequestradas.





tro da Educação, sequestrados e às vezes mortos depois –, ou simplesmente a serviços técnicos em empresas públicas ou privadas. As guerrilhas não poupam as pessoas que se digam de esquerda nem as que militem pela paz. As FARC sequestraram em 2003 o governador de Antioquia e um ex-ministro da Defesa durante uma marcha a favor da não violência que eles haviam organizado: depois de um ano de cativo, a guerrilha os executou friamente no momento em que o Exército estava para libertá-los.³

A duração média dos sequestros com pedido de resgate ultrapassa um ano. Embora não se disponha de dados precisos sobre o assunto, sabe-se que os sequestros realizados pelas guerrilhas passaram a durar mais à medida que elas foram selecionando melhor suas vítimas e sentindo-se menos pressionadas a negociar os resgates. Todos os depoimentos mostram que as FARC usam a tática de deixar as famílias muito tempo sem notícias antes de formular exigências, e que não hesitam em depois desdizer os primeiros acordos para obterem mais. Durante os anos de 1996-2007 estima-se que 1.269 pessoas sequestradas por um grupo ou outro morreram em cativeiro, ou seja, mais de cinquenta por ano. Não faltam exemplos nos quais as FARC continuavam a negociar o resgate depois que a pessoa já estava morta, ou em que reclamaram uma soma suplementar para devolver o corpo. Por não conseguirem recuperá-lo, são numerosas as famílias que não podem dar início às providências legais implicadas nos casos de óbito.

O montante dos resgates é muito variável: segundo dados da polícia, em 30% dos casos o resgate exigido ultrapassa um bilhão de pesos, ou seja, cerca de 500 mil dólares. Os maiores durante muito tempo referiam-se a funcionários de empresas multinacionais, caso em que chegaram a atingir excepcionalmente mais de dois milhões de dólares. Algumas dessas empresas, por prevenção, fazem seguros com agências estrangeiras.⁴ No entanto, as pessoas mais abastadas ou que por outras

³ Esse exemplo e alguns outros, de execução de reféns pelos guerrilheiros no momento em que as forças da ordem estavam para libertá-los, provocaram um alerta contra as operações militares de resgate de reféns, ou até a sua recusa preventiva. No entanto, é surpreendente que as ordens dadas pelas FARC às suas tropas para abater os reféns nessas circunstâncias não sejam pelo menos denunciadas.

⁴ A ONG holandesa Pax Christi fez um interessantíssimo relatório sobre a responsabilidade dessas agências, cuja sede frequentemente fica na Europa, na indústria do sequestro.





razões sejam passíveis de se tornar alvo adotaram o costume de contratar guarda-costas, que as tornam menos vulneráveis... ou então foram morar fora da Colômbia. As vítimas, na realidade, não são recrutadas apenas entre os setores mais abastados: as “pescas milagrosas” não selecionam muito, e um estudo realizado em 2003 mostrou que uma porcentagem crescente dos sequestrados provém das classes médias ou populares. Ao lado dos numerosos agricultores, políticos e mulheres sem profissão, figuram motoristas de caminhão ou ônibus, funcionários públicos, professores universitários ou estudantes.⁵

Os sequestros perpetrados pelas FARC sem dúvida são muito numerosos nos departamentos nos quais prevalecem os latifúndios, como Cesar e outros da região atlântica. A razão disso é que os agricultores têm mais dificuldade para proteger-se, mas também que, para as frentes das FARC neles instaladas, os sequestros constituem um modo de fazer sentir sua presença e de garantir o essencial de seu financiamento.

Entre os sequestros realizados pelas FARC, muitos têm caráter político. Nas zonas por elas controladas, visam frequentemente políticos eleitos locais ou candidatos às eleições. Inúmeros são os prefeitos e os conselheiros municipais dos povoados de Caquetá, Huila ou Meta que se tornaram suas vítimas.

A banalização da prática dos sequestros e sua distribuição razoavelmente aleatória constituem um dos motivos do enfraquecimento da solidariedade social. Confrontadas com essa provação, envolvidas numa expectativa interminável e incerta, as famílias são condenadas a negociar separadamente, cada uma por conta própria. Elas o fazem pessoalmente, com os riscos que isso comporta – pode ocorrer que o membro da família que entre em contato com os sequestradores seja também sequestrado –, ou recorrendo ao serviço de intermediários, entre os quais numerosos padres. As famílias muitas vezes se abstêm de avisar a polícia e até mesmo parentes. O que se anula, assim, não é apenas a possibilidade de ação coletiva, mas também a preservação dos elos sociais.

Nas regiões mais afetadas, além dos casos pontuais de vingança, essa prática contribuiu para que os grupos paramilitares ganhassem impor-

⁵ 2.700 crianças também figuram entre as pessoas sequestradas em dez anos. Esses números, porém, parecem misturar as crianças sequestradas para a obtenção de resgates às crianças levadas por algum parente em casos de litígios familiares.





tantes apoios. No plano nacional, concorreu, mais que todo o resto, para o descrédito político da guerrilha. De fato, ela está por trás da imagem que grande parte da população faz da guerrilha. Foi ela que alimentou imensas manifestações, a última das quais em 4 de fevereiro de 2008, da qual participaram milhões de colombianos que à palavra de ordem “Chega de sequestros!” somaram cartazes “Chega de FARC!”. A cada processo de negociação, a renúncia a essa prática é uma das condições formuladas pelos porta-vozes do governo e da sociedade civil. Os dirigentes da guerrilha algumas vezes se comprometeram a deixar de praticá-la: “*No mas secuestro*” proclamava Marulanda em 1985, mas sem que essa bela palavra de ordem fosse seguida do mínimo efeito.

A popularidade do governo Uribe decorre em parte do fato de que sua política de “segurança democrática” se traduziu – como mostram os números citados – na redução considerável dos sequestros.

Práticas de extorsão

Essas práticas não datam de anos recentes. Acompanharam constantemente a ação da guerrilha. Evidentemente, porém, nem todas têm o mesmo alcance.

Nas zonas pecuaristas, caracterizadas pela existência de grandes latifúndios e, em menor escala, nas zonas de agricultura comercial, elas fazem parte do arsenal comum dos meios de pressão que as ameaças de sequestro tornam ainda mais dignas de crédito. Nos lugares onde a guerrilha está bem implantada, transportadoras rodoviárias e comerciantes também são submetidos à extorsão.

Nas zonas de exploração petrolífera ou mineral realizada por grandes empresas, as FARC (como também o ELN) obtêm o pagamento de taxas diretas ou indiretas.

Por fim, quando têm representantes ou aliados nas prefeituras e nos conselhos municipais, elas cobram comissões sobre os investimentos, orientando seus representantes a granjear uma clientela. As medidas de descentralização adotadas a partir de 1985 e, sobretudo, a partir da Constituição de 1991, favoreceram essas ações.

No auge de seu poder, em 2001, as FARC pretenderam até mesmo generalizar o sistema de extorsões, promulgando uma “lei”, a lei n. 002,





que submetia a elas todos os possuidores de certo capital. Por essa segunda lei (o conteúdo da primeira é objeto de conjecturas diversas), elas demonstravam considerar-se então em condições de lançar as bases de um poder paralelo. O risco bem real de sequestro levava, novamente, alguns abastados a submeter-se.

Segundo o relatório publicado pelo Ministério da Defesa em 2003, o conjunto das extorsões teria representado naquela data cerca de 40% da receita das FARC, ou seja, a fonte mais importante depois da participação na economia da droga. Como ocorreu com os sequestros, essa porcentagem diminuiu nos últimos tempos.

Participação na economia da droga

A economia da droga desenvolveu-se na Colômbia a partir do fim da década de 1970. Num primeiro momento, tratava-se principalmente de plantação de maconha, que se difundiu em especial na Sierra Nevada de Santa Marta. Por volta de 1980, a importância desse recurso diminuiu, em parte devido à sua produção no próprio território dos Estados Unidos. Na época, a economia da coca começava a substituí-la. No entanto, as áreas cultivadas no território colombiano ainda estavam longe de igualar-se às da Bolívia e do Peru. A Colômbia ainda servia sobretudo de plataforma de exportação para o tráfico proveniente desses dois países, contendo laboratórios e rotas de escoamento para os Estados Unidos. A expansão dos cartéis de Medellín e Cali – que controlavam e centralizavam as exportações da cocaína produzida por múltiplas redes – ocorreu nessa fase. No entanto, as plantações também tendiam a disseminar-se pelo sul da Colômbia sob a proteção das FARC, seja porque estas já estavam presentes lá, seja por terem acompanhado sua expansão.

O terceiro período começa por volta de 1994: a Colômbia também se tornou, de longe, o primeiro país no cultivo da coca. Para isso contribuíram dois fatores: as campanhas de erradicação conduzidas pela Bolívia e pelo Peru e o desmantelamento dos cartéis de Medellín e de Cali, substituídos por uma miríade de pequenos cartéis. A produção local de folhas de coca eliminava custos e riscos inerentes ao transporte aéreo da





pasta-base⁶ dos outros dois países andinos, e os lucros dos colombianos deram um salto. Em alguns anos, as áreas cultivadas no território nacional aumentaram de modo impressionante. Em 2002, foram calculadas em 169 mil hectares. E as FARC também estiveram diretamente envolvidas com a expansão, muito mais limitada, da cultura da papoula – ela atingiu “apenas” 15 mil hectares no auge – e com a fabricação de heroína.

A adoção do Plano Colômbia em 2000, financiado conjuntamente pela Colômbia e pelos Estados Unidos, visa a reduzir o número desses cultivos, recorrendo principalmente à pulverização aérea e, acessoriamente, aos métodos manuais de destruição. De fato, a superfície cultivada diminuiu: em 2007, segundo os números oficiais, era de apenas 69 mil hectares. Sua detecção porém, torna-se cada vez mais difícil em razão da disseminação por todo o país, enquanto a introdução de novas variedades mais produtivas tem como resultado a manutenção de quase a mesma quantidade de cocaína produzida.

Durante vários anos, as FARC se defenderam da acusação de financiar-se com a coca. No máximo reconheceram que recebiam uma taxa imposta aos plantadores – o *gramaje* – em troca da proteção que lhes davam. Proteção geralmente bem-aceita por defendê-los da anarquia que, com a grande alta de preços, espreita uma população inclinada a ceder à atração do dinheiro fácil e a abandonar o cultivo dos alimentos indispensáveis. A relação de osmose, mencionada, pôde assim prolongar-se. Na realidade, as FARC já desempenhavam muitas outras funções que propiciavam lucros mais consideráveis. Serviam de intermediárias entre os traficantes com quem negociavam os preços da pasta-base, produto da primeira transformação da folha de coca, e com base nisso também cobravam comissão. Exerciam sozinhas ou com os traficantes a vigilância das pistas aéreas clandestinas e dos laboratórios, o que lhes propiciava mais uma maneira de participar dos lucros da atividade.

A partir do início da década de 1990, sua inserção na economia da droga foi mais longe em certas localidades. Foi assim que em Guaviare elas desenvolveram outro modelo, gerindo diretamente a produção de

⁶ A coca é transformada pelos camponeses em pasta-base. Esta é facilmente produzida: as folhas de coca são misturadas a gasolina e cimento. É preciso ter de 250 a 500 kg de folhas para a obtenção de 2,5 kg de pasta-base, o que possibilita obter 1 kg de cocaína.



grandes áreas de plantio, que podem chegar a quase 100 hectares, bem como a venda aos traficantes. Situado nesse departamento, Miraflores, povoado atravessado por uma estrada que serve de pista de aterrissagem – em certos dias contam-se mais de dez aterrissagens – torna-se uma das mecas do tráfico e do império das FARC. No entanto, os progressos dos paramilitares e das Forças Armadas a partir do ano 2000 traduziram-se na perda de uma parte de Guaviare, inclusive Miraflores.

Mais que o cultivo propriamente dito, na realidade é o processamento da cocaína final a fonte dos maiores lucros. A fabricação de pasta-base representa apenas uma etapa preliminar e fácil. A etapa decisiva é a dos laboratórios, os *crystalizaderos*, onde a pasta-base é misturada com gasolina, cimento e diversos ingredientes químicos: ácido sulfúrico, acetona, cloridrato de potássio etc. Ora, as FARC possuem grande número dessas instalações. Desse modo, inserem-se plenamente no tráfico. Assim como os narcotraficantes, já não recorrem nessas zonas ao trabalho de colonos, mas aos *raspachines*.

A participação delas no tráfico não para por aí. As FARC esforçam-se cada vez mais por controlar uma parte das rotas de saída da droga e por completar dessa maneira seu domínio sobre todo o circuito do tráfico. Obrigadas a partir de 2003 a recuar territorialmente sob os fortes ataques das Forças Armadas e dos paramilitares, sua prioridade militar passou a ser a manutenção dos corredores estratégicos que levam para o oceano Pacífico: donde os seus reforços nos departamentos de Chocó e Putumayo, na fronteira com o Equador. Com suas passagens para o Pacífico, o departamento de Nariño, poupado até então pelas plantações, passou a ser um de seus principais centros e também abriga um número crescente de laboratórios. As FARC dividem com os paramilitares e os narcotraficantes as fozes dos rios que desembocam no oceano. Quando não exportam por si mesmas, procuram cobrar uma taxa sobre as remessas dos narcotraficantes e dos paramilitares.

A zona do Pacífico não é a única em que se busca o controle das rotas de saída da droga. Estas passam cada vez mais pelos países vizinhos. Por conseguinte, guerrilhas e paramilitares disputam as regiões limítrofes, que passam a ser essenciais: Arauca e o departamento de Santander do Norte para a passagem rumo à Venezuela; Vaupés para o acesso ao Brasil; Putumayo para a entrada no Equador. São as regiões nas quais os confrontos armados continuam sendo mais intensos.



Apesar de sua participação maior na economia da droga, as FARC não podem rivalizar com as redes de narcotraficantes propriamente ditos. Sua desvantagem é, ao contrário destes últimos, não ter acesso direto ao mercado internacional de consumidores. Elas não dispõem de uma organização financeira e comercial no exterior que lhes permita ali realizar grandes operações financeiras. Nesse plano, continuam sendo simples intermediárias.

Além do mais, as pulverizações aéreas diminuíram as taxas cobradas dos cultivadores, e a diminuição de seu território nos últimos anos também tem afetado seu financiamento. Para contrabalançar essa tendência, em seus feudos de Caquetá e Putumayo elas eliminaram os intermediários, ou *comisionistas*, que se encarregavam das compras, passando a negociar diretamente com as redes de traficantes. Numa região como Meta, foi destruído grande número de seus laboratórios, e elas foram obrigadas a contentar-se com o *gramaje*. Em outros lugares, elas são incapazes de manter com os cultivadores preços de compra semelhantes aos oferecidos pelos traficantes. Em certas zonas, por não disporem de liquidez suficiente, nos últimos tempos elas têm sido obrigadas a pagar os cultivadores com vales para muitos meses, vales que são revendidos com prejuízo quando os cultivadores precisam realizar compras rapidamente. Seu domínio sobre a população sofre com isso. Elas atenuam essa evolução recorrendo quando podem a um controle cada vez mais rigoroso sobre os movimentos dos habitantes nessas zonas.

Indicamos no início do capítulo que o conjunto da receita das FARC era avaliado entre 500 e 800 milhões de dólares. Esse montante agora está diminuindo. Pelas razões expostas, a receita da economia da droga teria baixado em cerca de 30% a partir de 2004. A redução é ainda maior no que se refere à receita dos sequestros e das práticas de extorsão. Em todo caso, o conjunto dos recursos é certamente insuficiente para sustentar os ambiciosos planos militares que as FARC formulavam ainda há algum tempo.

No início de 2007, elas realizaram uma nova conferência, a nona desde sua fundação e a primeira desde 1993, da qual vários responsáveis só puderam participar por via eletrônica – as reuniões tornaram-se difíceis. As informações que delas vazaram estabeleciam que um dos objetivos prioritários era recuperar sua capacidade de financiamento: em



quatro anos, as FARC propunham-se obter 230 milhões de dólares suplementares, a fim de reiniciar as operações ofensivas. Pode-se também acreditar que era para enfrentar dificuldades imediatas.

A gestão dos recursos

Como as FARC conseguem gerir tais recursos sem que sua coesão e disciplina sejam muito abaladas?

Desde 1985, o Secretariado tem-se preocupado com a questão, procurando centralizar essa gestão. Ele fixa anualmente os objetivos financeiros de cada bloco ou mesmo de cada frente, e cada um deles dispõe de uma comissão financeira encarregada de realizá-los. O Secretariado fixa também o montante que lhe deve ser destinado regularmente, que lhe serve para dar conta do financiamento geral da organização e de seus planos, mas também, em princípio, para fazer uma redistribuição a favor das frentes mais pobres.

De fato, nem todas as frentes têm os mesmos recursos, como indicamos antes. As do Bloco Oriental, dirigidas por “el Mono Jojoy”, são sem dúvida as mais ricas, por controlarem uma porcentagem significativa da economia da droga. Recebiam mais de 50% da receita das FARC. Em compensação, as agrupadas no Bloco Caribe, atualmente dirigido por Iván Marquez, devem contentar-se com a receita proveniente dos sequestros e das extorsões. A distribuição teoricamente realizada pelo Secretariado está longe de compensar essa desigualdade.

Em todo caso, as atividades de financiamento absorvem o tempo de muitos guerrilheiros. Por mais aperfeiçoados que sejam, os mecanismos de controle não podem evitar os abusos e estilos de vida que se afastam das normas da guerrilha.

O relato de “Julio”, desertor da Frente 16 anteriormente dirigida por Tomás Medina Caracas (o “Negro Acacio”), publicado no jornal *El Tiempo* de 13 de janeiro de 2008, resume bem o que pode ser a trajetória de um guerrilheiro no mundo da droga. Nascido em Huila, no início da década de 1990 ele partiu para Vichada a fim de ganhar a vida colhendo folhas de coca como *raspachín*. Alguns companheiros lhe sugeriram que ele poderia ganhar mais alistando-se nas FARC. Ele se considerava então, ao mesmo tempo, um miliciano civil e um guerrilheiro. Em seguida,



foi encarregado de receber as taxas cobradas aos cultivadores dos povoados vizinhos e, depois, de receber todas as taxas associadas à produção de cocaína: materiais como a gasolina, o cimento ou o ácido sulfúrico, fertilizantes, laboratórios. Também passou a cuidar das taxas que incidiam sobre as mercadorias destinadas aos comerciantes da região: caixas de cerveja, de água mineral ou de sucos de fruta. Supervisionava, por fim, os “impostos” cobrados em todas as fases do transporte da droga: trânsito de um departamento da Amazônia para outro, pedágio na saída para a Venezuela.

“Julio” fazia a contabilidade de todas aquelas operações e transferia seu produto para o “Negro Acacio”, comandante da frente. Este, por sua vez, cuidava da logística de toda a rede e de fornecer víveres aos guerrilheiros que dela participavam. Se “Julio” desertou depois da morte do “Negro Acacio”, foi porque, disse ele, seu sucessor pretendia concentrar todos os recursos em suas mãos e deixou de dar aos guerrilheiros das bases aquilo de que tinham necessidade para sobreviver. Isso explicaria não só sua deserção, mas a de muitos membros da frente.

Entretanto, duas consequências do financiamento são na realidade bem mais importantes, pois dizem respeito à própria orientação das FARC. Ao disporem de tais recursos, as FARC são levadas a relegar a segundo plano o trabalho político destinado a conquistar o apoio da população. Já não se trata apenas da impopularidade implicada nos sequestros ou em outras práticas, mas da tendência a impor seu domínio sem se preocupar com os sentimentos dos que se lhe submetem, e, além disso, de dar primazia apenas à ação militar. Ademais, isso as leva a entrar em concorrência com outras organizações armadas ilegais que procuram apropriar-se dos mesmos recursos, em todo caso os da droga e das extorsões. As FARC encontram-se, assim, mergulhadas num campo conflituoso que já não é definido somente pelo Estado, mas se ramifica em função das forças diversas que surgem da sociedade.







5

Estratégia militar: expansão, guerra de movimento, recuo



A partir de 1990, foi realmente o projeto militar das FARC que prevaleceu sobre o projeto político. O Plano Estratégico definido em 1982 orientava o conjunto de suas ações. A conquista do poder pelas armas deixava de parecer uma simples fanfarronada para tornar-se um objetivo concreto. Graças aos recursos econômicos de que dispunham, já não davam prioridade à busca de apoio na população, coisa que elas acreditavam conseguir com a demonstração de seus sucessos. Pareciam não perceber nas propostas de negociação do governo mais que uma confissão de fraqueza. O poder podia parecer mais ao alcance porque elas infligiam derrotas clamorosas às Forças Armadas, que pareciam incapazes de lhes fazer frente. Portanto, não é de espantar que tivessem concentrado todos os esforços na busca da expansão territorial e do cerco às grandes cidades.



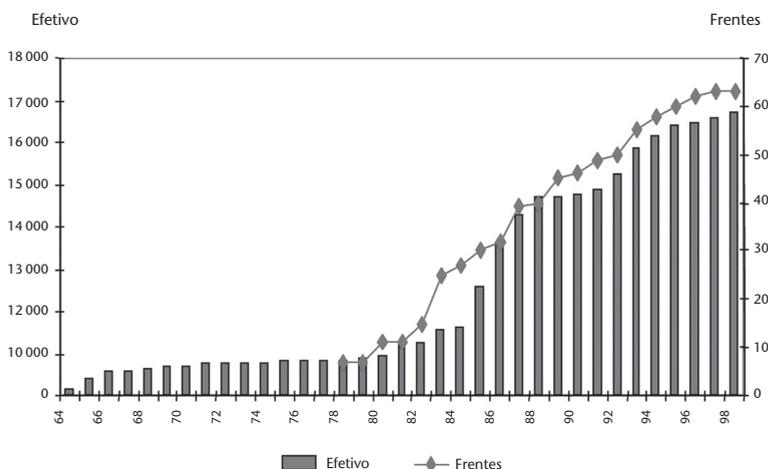
Contudo, a modernização das Forças Armadas para a qual contribuem o Plano Colômbia adotado em 2000 e o esforço de reconquista territorial empreendido pelos grupos paramilitares logo provaram que elas não eram tão invulneráveis quanto acreditavam.



Organização militar das FARC

As FARC criaram frentes a partir de 1968. O número delas aumentou de forma constante à medida que a guerrilha se expandia territorialmente. Em 1980, havia cerca de dez; em 1989, eram mais de 30; em 2002, cerca de 60. O gráfico a seguir apresenta a evolução do número de frentes e do efetivo de combatentes até 1998.

**Evolução do efetivo e do número de frentes das FARC
1964-1999**



Em 1993, as FARC decidiram agrupar as frentes em blocos, cada um dos quais ficaria sob o comando de um membro do Secretariado. Há cinco desses blocos. A eles se somam dois comandos conjuntos, reuniões mais flexíveis de frentes. Só mantereí essa denominação num caso: o do Comando Conjunto da Região Central, posto sob a direção de Alfonso Cano, para distingui-lo do bloco que ele também dirige. O quadro seguinte apresenta a lista de blocos e o nome de cada chefe no início de 2008:

Bloco Oriental: “el Mono Jojoy”.

Bloco do Sul: Raúl Reyes, morto em março de 2008 e substituído por Joaquín Gómez.

Bloco Ocidental: Alfonso Cano.

Comando Conjunto da Região Central: Alfonso Cano.

Bloco do Médio Magdalena: Timoléon Jiménez.

Bloco do Noroeste: Iván Ríos, morto em março de 2008, sucessor desconhecido.

Bloco Caribe: Iván Marquez.

Teoricamente, os blocos reúnem pelo menos cinco frentes. Também comportam colunas móveis. Nem todos os blocos têm o mesmo tamanho. O Bloco Oriental de “el Mono Jojoy”, o mais considerável, conteria 22 frentes e 18 colunas móveis. Cada frente e cada bloco têm seu Estado-maior. O conjunto é coordenado pelo Estado-maior Central.

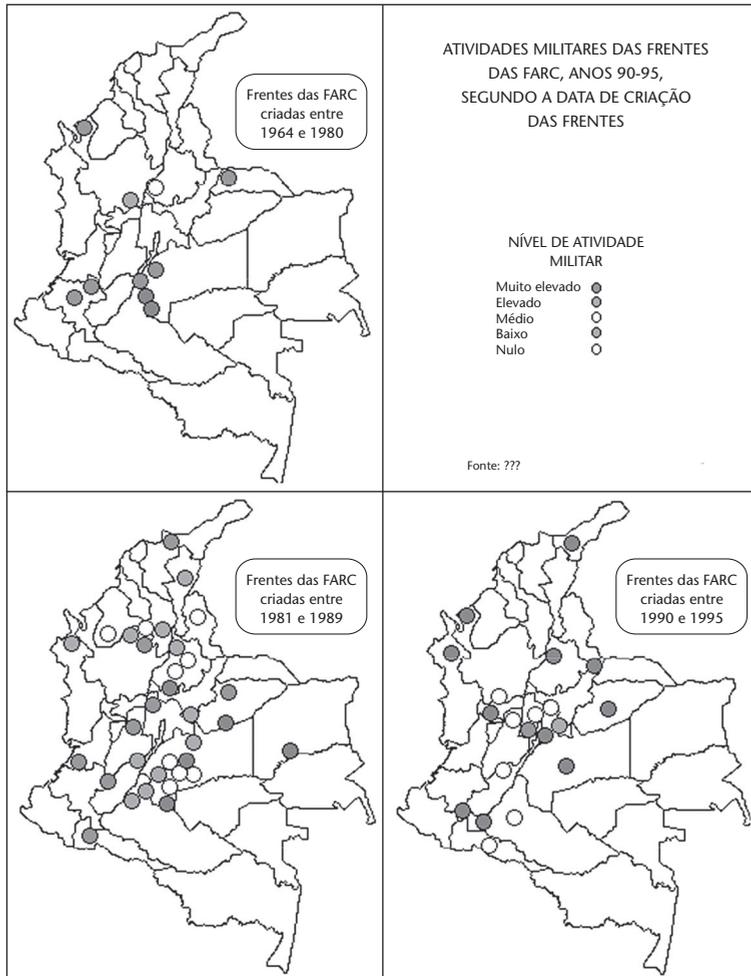
As FARC são formadas a partir de unidades de diversos tamanhos: os esquadrões compreendem 12 combatentes; as guerrilhas, 24; as companhias, 54; as colunas, 110. As frentes agrupariam cerca de 200 combatentes, e certos blocos teriam milhares deles. Esse esquema confirma o gosto das FARC pelos belos organogramas militares. É pouco provável que ele tenha correspondido às realidades instáveis do conflito; em todo caso, já não corresponde à situação atual. O efetivo teve forte diminuição, e várias frentes e colunas praticamente desapareceram.

Implantação territorial e objetivos estratégicos

O mapa intitulado estratégia de expansão territorial das FARC mostra a implantação das frentes entre 1964 e 1996.

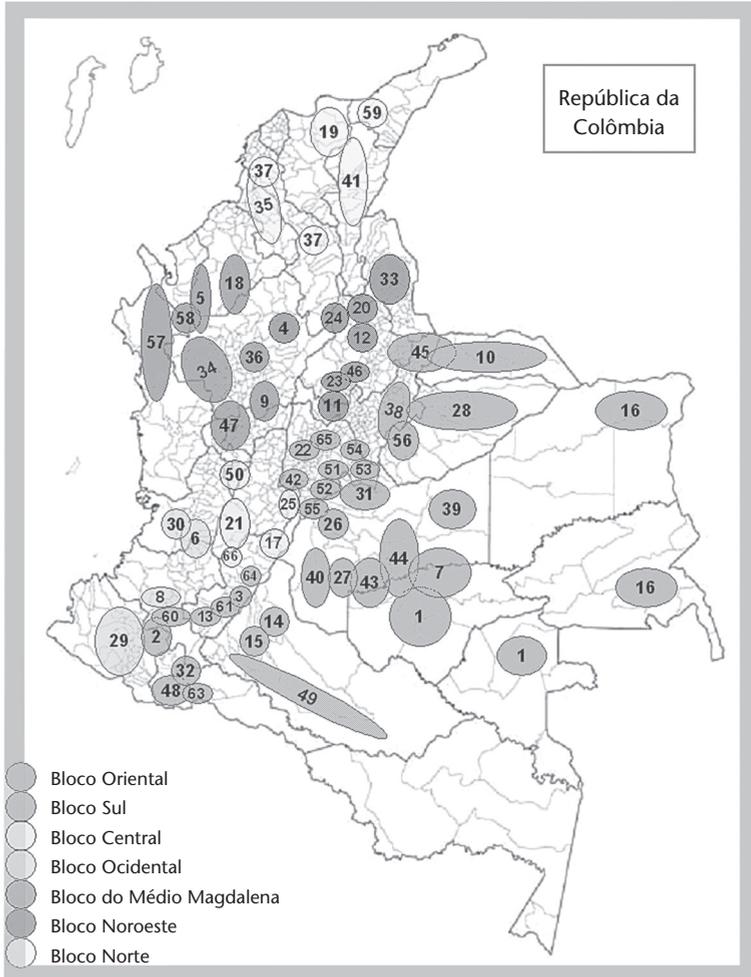
Percebe-se que, progressivamente, foram sendo formadas frentes em quase todo o território. Em 2002, sua presença se fazia sentir em mais da metade dos municípios, ainda que suas ações não fossem igualmente intensas em todos os lugares.

Estratégia de expansão territorial das FARC



O mapa seguinte mostra a implantação dos blocos e das frentes em 1998.

Presença territorial dos blocos e das frentes das FARC



Tal expansão territorial organizou-se em torno de prioridades estratégicas. Portanto, é inútil querer encontrar correlações entre tipos de estrutura agrária e adesão à guerrilha. Sem dúvida as regiões de colonização continuam sendo as mais favoráveis ao seu domínio, mas elas se diversificaram em função da natureza de seus recursos. As “condições objetivas” cedem lugar às finalidades econômicas e militares.

Com base em ações realizadas pelas FARC entre 1990 e 2005, pode-se estabelecer que seus principais objetivos correspondiam às seguintes zonas:

- Cordilheira oriental dos Andes, que possibilita a passagem das planícies orientais em direção a Bogotá e aos departamentos de Huila e Tolima.
- Os novos polos de produção de bens primários, em primeiro lugar os ligados à droga.
- Os corredores de comunicação que ligam os baluartes das FARC às rotas de escoamento da droga e de importação de armas. Três deles têm especial importância: a) O que dá acesso ao Pacífico através do norte de Chocó (substitui o que ia em direção à região limítrofe de Urabá e dava acesso ao Atlântico, agora nas mãos dos paramilitares); b) O que liga Caquetá e Huila ao Pacífico perto da fronteira com o Equador, passando por Cauca e Nariño); c) O que vai para a Venezuela.
- Circunvizinhanças das metrópoles, Bogotá, Medellín e Cali: até 2003, seu cerco e o de certas cidades secundárias fazia parte do projeto de conquista do poder.
- Zonas de fronteira terrestre, sobretudo com a Venezuela e o Equador. Os dois países, sobretudo a Venezuela, acolhem numerosas rotas de tráfico de droga e servem ocasionalmente de refúgio para os guerrilheiros. Ademais, possibilitam contatos entre as FARC e o mundo exterior.

O período durante o qual as FARC conseguiram maior expansão territorial situa-se entre 1995 e 2000. Elas consolidaram então seus baluartes no sul do país: a desmilitarização da zona de 42.000 km² garantiu-lhes domínio ainda mais sólido sobre a região de Caguán e seus arredores. A importante cidade de Neiva, capital do departamento vizinho de Huila, foi incessantemente ameaçada por suas ações. As FARC constituíram também novos feudos nas regiões ocidentais, especialmente Guaviare, à medida que lá se expandiam as plantações de coca.

A propósito de Caguán, um dos comandantes da guerrilha menciona a ideia de “Estado em formação”. A fórmula parece exagerada. A verdade é que em todo o sul do país, no fim da década de 1990 e início da de 2000, seu comportamento parece inspirado pelo projeto de constituir “zonas liberadas”. Era o momento em que elas se esforçavam por impor o boicote às eleições e expulsar boa parte das autoridades e dos políticos locais que não tivessem sua inteira confiança. Em 2002, 172 municípios estavam desprovidos de qualquer presença militar ou policial, em decorrência dos ataques repetidos contra suas instalações. Doze prefeitos e 60 conselheiros municipais foram assassinados; 399 pediram exoneração de suas funções; 300 precisavam administrar a partir das cidades ou dos quartéis onde se haviam refugiado; 6 mil conselheiros municipais de um total de 12 mil estavam sendo ameaçados.

No entanto, as FARC se abstiveram de promover transformações profundas nas zonas em que exerciam forte poder, muito menos transformações que pudessem prenunciar alguma evolução socialista. É como se as FARC não vissem naquelas zonas nada além de bases de partida para preparar a implementação de sua estratégia militar.

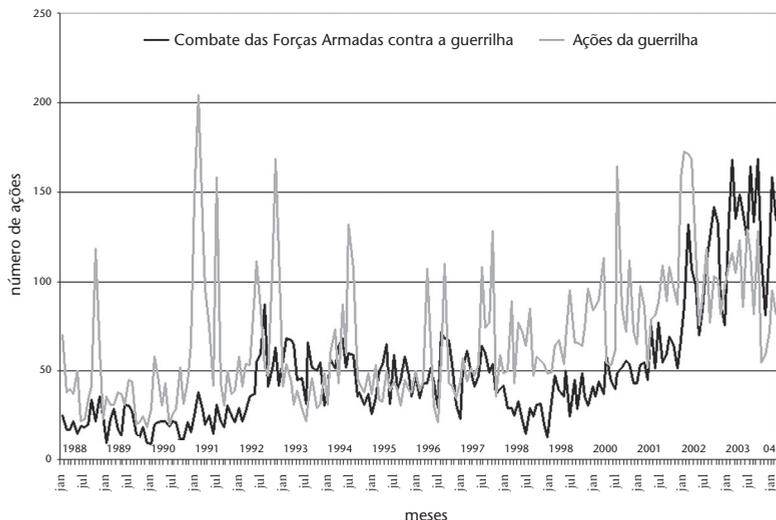
Intensidade do conflito

A implantação territorial é apenas um dos indicadores dessa estratégia. A intensidade das ações militares e sua lógica são indicadores de maior importância.

No gráfico a seguir, pode-se verificar a evolução dos confrontos com as Forças Armadas de 1988 a 2004. Convém indicar que as ações do M19 e do EPL estão incluídas em 1988-1989, e que as ações do ELN estão incluídas durante todo o período estudado. No entanto, a proporção das ações do ELN em relação às das FARC, grande durante os primeiros anos, não para de decrescer a partir de 1995.

O gráfico possibilita discernir nitidamente picos na ação da guerrilha. Mas esses picos levam em conta o número de ações, e não sua importância. O pico de 1997 não é tão proeminente. Contudo, é o que corresponde às operações mais impressionantes das FARC.

Gráfico comparativo dos combates das Forças Armadas contra a guerrilha e das ações militares da guerrilha



Aqui nos limitaremos a comentar brevemente cada um desses picos:

- **1991:** represália das FARC depois da ocupação da sede do Secretariado em La Uribe: sua intensidade é excepcional quanto ao número de ações – não quanto à importância –, pois não houve equivalente depois. É a confirmação do progresso das FARC na década de 1980.
- **1993:** reação à declaração de “guerra integral” pelo governo em decorrência do rompimento da tentativa de negociação na Venezuela e no México.
- **1994:** mudança de governo (as FARC têm o hábito de intensificar as ações nas mudanças de governo, o que leva a falar de ações de “adeus” e “boas-vindas”).
- **1997:** grande ofensiva das FARC, marcada por sucessos retumbantes.
- **2000:** reação ao emperramento das negociações com o governo Pastrana, à adoção do Plano Colômbia e à ofensiva paramilitar.
- **2002:** reação à eleição de Álvaro Uribe.

A partir de 2002, percebe-se que as Forças Armadas têm iniciativas mais frequentes que a guerrilha. Mas seria errôneo deduzir daí que as FARC estão perdendo toda capacidade de ação. Sem dúvida, foram obrigadas a recuar, mas em 2005 suas ações continuaram sendo numerosas. É patente o contraste com o ELN, cujo potencial militar se reduz cada vez mais a partir de 1998. A aptidão das FARC para enfrentar as operações militares, ao contrário, só começa a diminuir realmente em 2006-2007.

A grande ofensiva de 1995-2002 e o “processo de paz”

É importante voltar à grande ofensiva de 1995-2000. As FARC já não hesitavam, como vimos, em mobilizar várias centenas de combatentes e até mais de mil, sustentados por sua artilharia artesanal, porém mortífera, em operações inteligentemente planejadas. O saldo é espetacular. Citaremos apenas algumas dessas operações e as perdas por elas provocadas, perdas militares e policiais somadas. Em 1996: tomada da base de Las Delicias (Putumayo), 27 mortos, mais de 60 sequestrados. Em 1997, tomada da base de Patascoy (Nariño), cerca de 20 mortos e vários sequestrados. Em 1998, destruição de uma unidade na localidade chamada El Billar (às margens do rio Caguán), 65 militares mortos, 43 sequestrados; ataque de Miraflores (Guaviare), 30 mortos, 127 sequestrados; ataque a La Uribe, 33 mortos, 8 sequestrados; ataque contra Mitú, capital de Vaupés situada na fronteira com o Brasil, 40 mortos, dezenas de sequestrados – povoado recuperado graças à autorização dada pelo Brasil de permitir o pouso de aviões colombianos numa base fronteiriça; na retirada, as próprias FARC registram centenas de mortos. Em pouco tempo, as FARC capturaram assim mais de 500 militares ou policiais. Conforme estimativa dos observadores, elas passaram então à fase da guerra de movimento. As Forças Armadas, por sua vez, pareciam incapazes de enfrentá-las.

Essas operações espetaculares desenrolaram-se no sul do país, em território das FARC, mas operações da mesma magnitude desenrolaram-se em outras regiões. Cerca de vinte municípios de Antioquia sofreram ataques maciços: seus alvos eram postos policiais, quartéis, edifi-



cios do governo. A utilização ininterrupta daquela artilharia artesanal que projeta botijões cheios de explosivos acarretou a destruição de bairros inteiros, a morte de numerosíssimos civis e o êxodo de grande parte dos habitantes.

A isso se somaram muitas outras ações. Bloqueios de eixos essenciais de comunicação: os que levam para Urabá ficaram constantemente sob controle das FARC e foram interceptados com frequência; o mesmo ocorreu com os que levam para Arauca. Rodovias nevrálgicas para a vida do país foram incessantemente ameaçadas; nelas, as FARC e o ELN multiplicaram bloqueios e sequestros, bem como na que leva de Bogotá a Medellín, ou na que leva de Bogotá a Villavicencio, capital de Meta, e, além dessa cidade, para as planícies orientais: muitos já não se arriscam a transitar por elas. Sabotagens de infraestruturas de importância estratégica: instalações hidrelétricas do nordeste de Antioquia que fornecem grande parte da eletricidade do país foram alvos permanentes das FARC e do ELN; os oleodutos, em especial o que vêm de Arauca e de Casanare, sofreram várias vezes por mês interrupções de maior ou menor duração.

Enquanto os efeitos diretos dessas sabotagens são sentidos sobretudo pelas populações locais, o custo para o conjunto da economia é considerável. Os especialistas o avaliam em 1% a 2% do PIB. Alguns comentaristas aventaram a hipótese de que a guerrilha teria a possibilidade de paralisar ainda mais a economia colombiana e que, se não o fazia, era para não ficar ela mesma privada dos recursos que possibilitavam seu avanço e para não levar à ruína uma economia cujo controle elas esperavam tomar em breve. Mencionava-se a propósito a formação de um sistema de guerra que todas as partes teriam interesse em manter, em vez de levar rapidamente a um ponto de ruptura.

De fato, todas aquelas operações faziam parte do plano estratégico das FARC, que implica um desenvolvimento por etapas sucessivas. A partir de 1995, ficou claro que sua prioridade era assumir o controle das principais cidades, Bogotá e Medellín em primeiro lugar. No caso de Bogotá, as FARC procederam à formação progressiva de seu cerco. Passando pela cordilheira oriental, instalaram-se nos municípios que encimam a capital a leste. Chegaram pelos contrafortes de Sumapaz até Ciudad Bolívar, imensa periferia popular do sul da cidade. Por volta de 2000, finalmente, passaram a infiltrar-se nas comunas do oeste da capital. No caso de Medellín, também chegaram a assumir o controle da maioria de



seus acessos. Nessas duas cidades e em muitas outras, contavam com a cooperação das milícias bolivarianas, que cresceram muito em boa parte dos bairros periféricos. Em 2002, a guerrilha propriamente dita tentaria até mesmo penetrar num dos bairros daquela cidade, Comuna 13.

Para completar o dispositivo, só faltava uma rede política. A lacuna foi preenchida em 29 de abril de 2000 com a criação do Movimento Bolivariano anunciado solenemente em Caguán. Sua direção foi confiada a Alfonso Cano, e o movimento foi organizado clandestinamente a pretexto de se evitar a sorte da União Patriótica. Para que ninguém se enganasse, em sua proclamação inicial, o movimento foi apresentado como um componente das “novas Forças Armadas”, “esboço de uma força pública dependente do poder civil, nascida do povo”. No entanto, a partir daí é o aspecto militar que comanda o político.

O fracasso das negociações feitas durante o processo de paz de Pastrana, portanto, parecia fazer parte dessa dinâmica militar.

Circunstâncias e limites do avanço militar das FARC

Os resultados militares obtidos pelas FARC, porém, deviam muito às flutuações dos governos de Samper e Pastrana. Samper era visto com desconfiança por boa parte das elites e pelos Estados Unidos, em razão da contribuição do cartel de Cali para sua eleição; Pastrana foi abandonado pela opinião pública em razão do fiasco do processo de paz. Os sucessos estavam, sobretudo, ligados à situação de despreparo em que se encontravam as Forças Armadas.

O potencial militar das FARC de fato era menor do que parecia à primeira vista. Seu armamento era realmente considerável para uma guerrilha comum. Não lhes faltavam metralhadoras Kalachnikov nem fuzis relativamente modernos. Em 1998, obtiveram 10 mil fuzis provenientes da Jordânia por intermédio do peruano Montesinos, o que lhes possibilitou, em janeiro de 1999, montar uma bela guarda de honra para os numerosos convidados, colombianos e estrangeiros, na abertura das negociações. No entanto, como artilharia, ainda dispunham apenas de morteiros improvisados, de lançadores de botijões de explosivos. Hábeis no manejo de carros-bomba e outros instrumentos do mesmo gê-



nero, não parecem poder ou querer realizar atentados sofisticados – o único atentado de envergadura foi o que, em 2003, atingiu o clube El Nogal, em Bogotá, lugar de encontro de certas elites, com um saldo de mais de trinta mortos e uma centena de feridos; a responsabilidade foi atribuída à Coluna Móvel Teófilo Forero. Possuem minas terrestres em abundância e as espalham por seus territórios, fazendo numerosas vítimas militares e civis; mas esse é um arsenal de pobres e reflete uma atitude mais defensiva que ofensiva. Contando com meios de transmissão da década de 1980, não possuem os de última geração. Sua maior lacuna, porém, está no fato de não terem mísseis terra-ar – parece que tentaram obter alguns na América Central e depois no mercado internacional de armas, mas sem muito sucesso, e o pouco que adquiriram se teria deteriorado na selva. Isso significa que são incapazes de enfrentar ataques aéreos. Ora, a modernização das Forças Armadas colombianas passaria, precisamente, pela aquisição de meios de observação e dissuasão dos mais eficientes.

De fato, as Forças Armadas deram início a um vigoroso processo de modernização a partir de 1998. Processo de modernização militar e processo de paz coincidem, pois, no tempo. Não é exagero falar até então de despreparo para conter a guerrilha. A tradição civilista da Colômbia contribuiu para que as elites políticas pouco se preocupassem com questões de segurança e nem sempre distinguissem funções policiais e funções militares. Começou-se a observar uma mudança de atitude por volta de 1992, com a nomeação de Rafael Pardo, primeiro civil à frente do Ministério da Defesa. As carências do Exército em todos os setores, porém, continuavam patentes. Até 1994, a parcela do orçamento destinada aos exércitos e à polícia pouco ultrapassava 14% e representava apenas 2,68% do PIB¹: uma das menores porcentagens na América Latina, ainda mais para um país afetado por tal violência. A força pública dispunha de raros helicópteros, no máximo uns trinta em funcionamento, além de serem inadequados ao caráter novo do conflito. As tropas eram compostas por soldados oriundos dos meios desfavorecidos – as classes favorecidas e mesmo as classes médias fogem ao serviço mi-

¹ Cf. Camilo Granada, “La evolución del gasto en seguridad y defensa en Colombia, 1950-1994” in M. Deas e M.V. Llorente (org.) *Reconocer la guerra para construir la paz*, Bogotá Norma, 1999, pp. 537-598.





litar; tais soldados não eram treinados para combate, eram mantidos em condições de penúria e com frequência submetidos a maus-tratos. Entre os oficiais, reinava o espírito burocrático. Em geral pouco motivados, eram pouco dados a assumir riscos que fossem capazes de prejudicar sua promoção – suas avaliações caíam caso se registrassem perdas em suas unidades. A coordenação entre as diferentes armas era completamente falha, assim como a capacidade de informação. Os casos de corrupção não eram excepcionais, além de serem corriqueiros os de violação dos direitos humanos. Durante o governo de Samper, os Estados Unidos chegaram a avaliar que deveriam apostar na polícia, e não no Exército, e a exigir a dissolução de unidades de inteligência implicadas demais em todos os tipos de abusos, entre os quais violações dos direitos humanos.

A virada, iniciada em 1998, só ganhou amplitude máxima com a adoção do Plano Colômbia em 2000. Financiada em parte pela Colômbia, reflete, sobretudo, uma importante contribuição financeira dos Estados Unidos. Em cinco anos, estes destinariam à Colômbia uma ajuda de 5 bilhões de dólares. O país torna-se, assim, o terceiro beneficiário da ajuda americana depois de Israel e do Egito. Essa benesse financeira destina-se em princípio à destruição das plantações de coca e de papoula no âmbito da “guerra contra a droga”, e as companhias americanas terceirizadas, incumbidas das campanhas de pulverização das plantações, como a Dyncorps, tiram grande proveito desses recursos. Já em 2002, porém, os Estados Unidos concordaram oficialmente em empregar alguns militares americanos nas operações de proteção do oleoduto do norte da Colômbia. Autorizaram também a presença na Colômbia de 400 e, depois, de 800 conselheiros. Na realidade, os meios de observação e os helicópteros que empregam, entre os quais os Black Hawk, podem facilmente ser postos a serviço do Exército colombiano em sua luta contra a guerrilha.

Durante a presidência de Pastrana, o orçamento militar mais que dobrou, e o efetivo aumentou paralelamente. O mais importante, porém, foi o início de uma profunda transformação qualitativa das Forças Armadas: aumento da proporção de soldados profissionais, criação de brigadas móveis, formação de batalhões de montanha, aquisição de numerosos helicópteros, entre os quais Black Hawks. Tudo isso foi só o começo: o esforço militar se acentuou ainda mais com a ascensão de Álvaro





ro Uribe que, no contexto do programa de “segurança democrática”, deu prioridade à luta contra a guerrilha. A parcela do orçamento a isso destinada não para de aumentar: em 2007, equivalia a 6,3% do PIB, um dos percentuais mais elevados no plano internacional. O efetivo não para de aumentar: em 2002, já estava em 295 mil; em 2007, chegou a 375 mil. Em 1998, havia apenas 22 mil soldados profissionais; em 2008, cerca de 73 mil. A coordenação das operações e a inteligência melhoraram. As Forças Armadas foram dotadas de numerosos aviões teleguiados, de 16 e, depois, de 24 aviões Super Tucanos (aviões leves de ataque comprados do Brasil e adaptados ao combate antiguerrilha), bombas inteligentes, embarcações fluviais rápidas.

Já em meados de 1998, as FARC foram obrigadas a renunciar às operações maciças e voltar às táticas de guerrilha. Logo começaram a perder territórios de grande importância estratégica, como Urabá e Magdalena: é verdade, como veremos, que esse resultado deve ser lançado “no ativo” dos grupos paramilitares, muito mais que das Forças Armadas. Em compensação, estas desempenharam papel principal para neutralizar o estrangulamento em que Bogotá e Medellín se encontravam: em 2003, deram cabo da presença das FARC em torno da capital, em Cundinamarca, e recuperaram os acessos a Medellín, bem como a Comuna 13 daquela cidade, também com a colaboração dos paramilitares. O programa de “segurança democrática” de Álvaro Uribe prosseguiu sistematicamente com a instalação de postos de polícia ou de efetivos militares nas sedes dos 172 municípios de onde estavam ausentes, o aumento da segurança dos principais eixos viários, a criação de grupos de informantes camponeses. A partir do fim de 2003, as Forças Armadas atacaram diretamente, através do Plano Patriota, os feudos das FARC no sul e no sudeste do país.

Naquela época, porém, ainda era possível perguntar se as FARC estavam realizando uma simples retirada estratégica, na expectativa de que as Forças Armadas se esgotassem e o prestígio de Uribe caísse, ou se tinham sido definitivamente enfraquecidas pelas operações militares.

O que não se pode contestar é que as Forças Armadas não poderiam gabar-se de ter provocado o recuo territorial das FARC, nem sozinha nem como ator principal. Foram as organizações paramilitares que desempenharam o papel principal, frequentemente com o apoio ou, no mínimo, com a tolerância das Forças Armadas.



Reconquista paramilitar

O fenômeno paramilitar não data da década de 1990. Manifestou-se já no início da década de 1980. Já vimos qual foi seu papel nos assassinatos e na “guerra suja” que culminou no extermínio da União Patriótica, mas ele apresenta muitas outras modalidades. Uma legislação que remonta de fato à década de 1960 autorizava a criação de grupos de autodefesa, termo utilizado dessa vez para designar a resistência contra a guerrilha. A constituição de uma organização de autodefesa em Puerto Boyacá para pôr fim ao domínio local das FARC foi saudada na época pelo presidente Belisario Betancur. A lei foi oficialmente abolida em 1989, depois que veio à tona a constituição de aproximadamente 200 grupos desse tipo no país e após as revelações sobre a colaboração entre militares, narcotraficantes e altas personalidades locais na organização de Puerto Boyacá, colaboração que foi completada pelo recurso a mercenários ingleses e israelenses. Isso não impediu a proliferação das modalidades de autodefesa. Estas vão desde milícias particulares nos latifúndios e sistemas de proteção contra sequestros até a constituição de grupos mais ofensivos.

O fenômeno, porém, assumiu dimensão bem diferente a partir de 1991 e, sobretudo, de 1994. Os grupos paramilitares decidiram recupear a região de Urabá a ferro e fogo. Suas ações foram facilitadas por numerosas adesões de ex-membros do EPL, desmobilizados em 1991, mas enfrentando uma perseguição impiedosa das FARC, que queriam ocupar seu terreno. Fortalecidas pelos primeiros sucessos, as organizações paramilitares se consolidaram. Com o nome de ACCU (Autodefensas Campesinas de Córdoba y Urabá), em 1994 constituíram uma primeira estrutura comum. Em 1997, adotaram a sigla definitiva AUC (Autodefensas Unidas de Colombia), com a qual manifestam seu intuito de desenvolver um projeto de contrainsurgência de envergadura nacional. Seus líderes visíveis foram, sucessivamente, os irmãos Fidel e Carlos Castaño, cujo pai foi assassinado pelas FARC, ambos conhecidos também pela implicação no narcotráfico. Os grupos paramilitares também se multiplicaram quando o governo de Samper autorizou a criação de novas associações de autodefesa com o nome de Convivir, associações que na maioria das vezes serviam de fachada para os paramilitares e

proliferaram sobretudo no departamento de Antioquia sob o impulso de Álvaro Uribe, então governador daquele departamento.

Urabá foi apenas a primeira fase da reconquista territorial dos paramilitares. Depois veio o vale do Médio Magdalena: a capacidade militar do ELN, que dividia seu controle com as FARC, foi definitivamente reduzida. No fim de 1999, a ocupação de Barrancabermeja, que com a principal refinaria de petróleo da Colômbia foi marcada por uma longa história de sindicalismo radical, constituiu um acontecimento de grande repercussão. Essa cidade importante foi cercada pelos paramilitares, que nos meses seguintes mataram mais de quinhentas pessoas. Depois, foi a vez de outras regiões. Penetraram até em certos baluartes das FARC em Meta, Arauca e no sul amazônico, disputando com elas as zonas de plantio de coca no departamento de Santander do Norte, Putumayo, Caquetá e Nariño. Nas cidades, eliminaram a maior parte das milícias bolivarianas e em lugar delas instalaram bandos que lhes eram submissos. É o que ocorreu, como vimos, nas periferias de Medellín.

Num movimento inverso ao das FARC que, partindo do sul do país, tinham progressivamente estendido sua influência em direção ao norte, o avanço paramilitar foi do norte do país, onde estão os departamentos caracterizados pelos latifúndios dedicados à pecuária e as empresas bananeiras, para o sul. Como foi possível tal avanço paramilitar em detrimento da guerrilha?

A unidade dos grupos que os constituem na realidade é das mais precárias, e a autoridade de Carlos Castaño, sempre incerta. Aliás, ele acabou sendo afastado do comando militar antes de ser morto por ordem de um de seus irmãos. Ademais, os líderes das redes de narcotráfico aumentavam claramente seu poder sobre as organizações paramilitares. Numerosas figuras regionais, políticas ou econômicas, sem dúvida também estão implicadas em nome da luta contra a guerrilha. Mas Carlos Castaño admitia desde o início que as AUC eram 70% financiadas pelo narcotráfico. A partir de 2002, os grandes narcotraficantes passaram a orientá-las ou a, pura e simplesmente, assumir sua direção.

Do ponto de vista estritamente militar, esses grupos nunca foram realmente capazes de rivalizar com as FARC. Aliás, raras foram as ocasiões em que as enfrentaram diretamente. Mas têm várias vantagens sobre elas.

A primeira decorre precisamente de sua falta de verdadeira unificação. A fragmentação e a diversidade tornou-os mais adaptáveis às condições locais e capazes de concorrer com a guerrilha e, depois, rechaçá-la.

A segunda está no fato de que eles conseguiram criar nacionalmente a imagem de movimento político antissubversivo. Carlos Castaño contribuiu imensamente para isso. Em duas longas entrevistas generosamente concedidas a cadeias de televisão e, depois, em conversas reunidas num *best-seller*, ele apresentou as AUC como simples resposta às condições insuportáveis que as FARC impõem em todos os lugares, em razão das carências do Estado. Com uma habilidade que a guerrilha nunca demonstrou, ele reconheceu a responsabilidade das AUC em numerosos crimes, mas os atribuiu a erros de seus subordinados. Antes mesmo da eleição de Álvaro Uribe para a presidência, os paramilitares extraíram dividendos da preocupação de amplos setores da população (e não só dos proprietários e de outros membros das classes mais privilegiadas) com os avanços das FARC e seus abusos. Quando Pastrana pretendeu criar em 2001 uma segunda zona desmilitarizada no Médio Magdalena para negociar com o ELN, os paramilitares conseguiram desencadear um movimento de repúdio que extrapolava as correntes mais direitistas. A desilusão provocada pelo malogro do processo de paz fez o resto. É verdade que as simpatias que granjeiam frequentemente permanecem discretas ou até envergonhadas, e eles esbarram na oposição firme das organizações da sociedade civil e dos setores políticos democráticos entre os quais se arrolam as vítimas das AUC. Mas o fato é que conseguiram provocar uma polarização sub-reptícia da opinião pública, a tal ponto que quem os denuncia muitas vezes sofre a suspeita de cumplicidade com a guerrilha. O governo Uribe tiraria proveito dessa polarização.

A terceira vantagem é que puderam contar com a complacência de numerosas unidades militares e policiais, felicíssimas por disporem da força extra que fazia o “trabalho sujo” em seu lugar. Mas seus apoios não se limitam às forças armadas. Através de associações como as *Convivir*, eles conseguiram situar-se numa fronteira indefinida entre legalidade e ilegalidade e assim tecer laços cada vez mais estreitos com a classe política de certas regiões e, em breve, a classe política nacional. A extensão da paramilitarização da política é propriamente desconcertante. Em 2002, a afirmação de Carlos Castaño, de que um terço dos membros do Congresso Nacional tinha sido eleito com o apoio paramilitar, parecia um blefe. Foi preciso esperar os inquéritos da Corte Suprema de Justiça e de algumas equipes de investigadores para descobrir-se que ele estava



aquém da verdade. Em abril de 2008, 29 parlamentares ou ex-parlamentares estavam presos e outros cinquenta estavam indiciados. E, por trás do paramilitarismo, o que se insinua é a sombra do narcotráfico.

A última razão do sucesso de sua reconquista territorial reside no fato de que os grupos paramilitares não se limitaram ao “trabalho sujo” de forças suplementares. Eles erigiram o terror e os massacres contra a população civil como principal método de guerra, o que lhes possibilitou estender tão depressa sua influência. É um dos temas do próximo capítulo.

O recuo territorial das FARC, portanto, não pode ser atribuído apenas à eficácia das Forças Armadas. Pelo menos até 2003, os paramilitares tiveram papel essencial nisso.

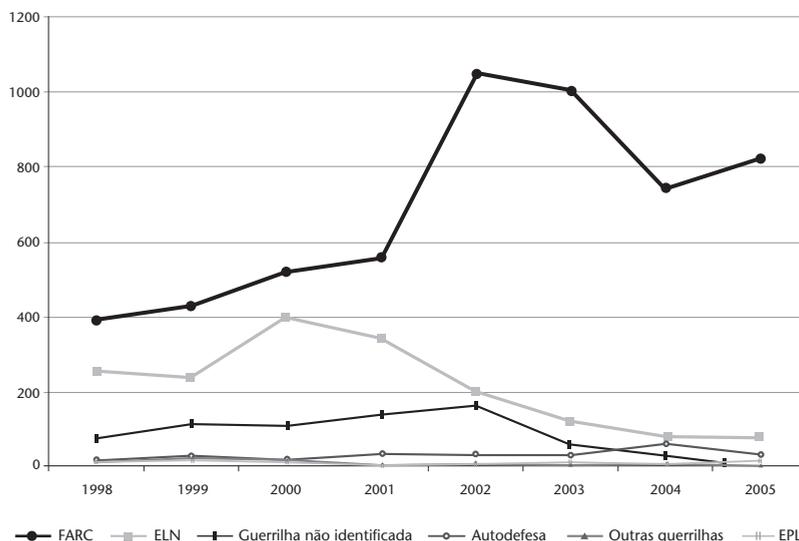
Enfraquecimento militar progressivo das FARC

O recuo territorial não equivaleu necessariamente à diminuição da capacidade militar, pelo menos num primeiro momento.

No fim do mandato de Pastrana e no início do primeiro mandato de Uribe, as ações das FARC não diminuíram; ao contrário. O gráfico a seguir mostra que elas nunca foram tão numerosas. Embora já não compreendam grandes operações espetaculares, sua atividade se traduz pela multiplicação de ações localizadas, fustigação da força pública, sabotagens da infraestrutura energética, destruições de vias de comunicação. As fustigações implicam numerosas perdas militares: em 2002 atingiam número superior a 650, e até 2005 não ficam abaixo de 500. Afetam especialmente departamentos como Antioquia, teatro principal dos confrontos, e os do leste (Arauca e Meta) e do sul (Nariño e Cauca). As sabotagens são inúmeras. Afetam sobretudo o transporte da eletricidade. Em 2000, contam-se 287 destruições de torres elétricas, destruições que prosseguem nos anos seguintes com altos e baixos; em 2005, recrudescem novamente, com 227 casos. Só o sistema de interconexão elétrica entre as diversas regiões limita suas consequências. As sabotagens dos oleodutos continuam: muito menos frequentes no oleoduto que vai de Arauca e Casanare à costa atlântica, em razão da vigilância de que é alvo, esses atos afetam os do sul do país. Quanto aos atentados contra pontes, tornam-se mais raros, mas ocorrem em numerosas estradas.



Evolução da atividade militar dos grupos ilegais

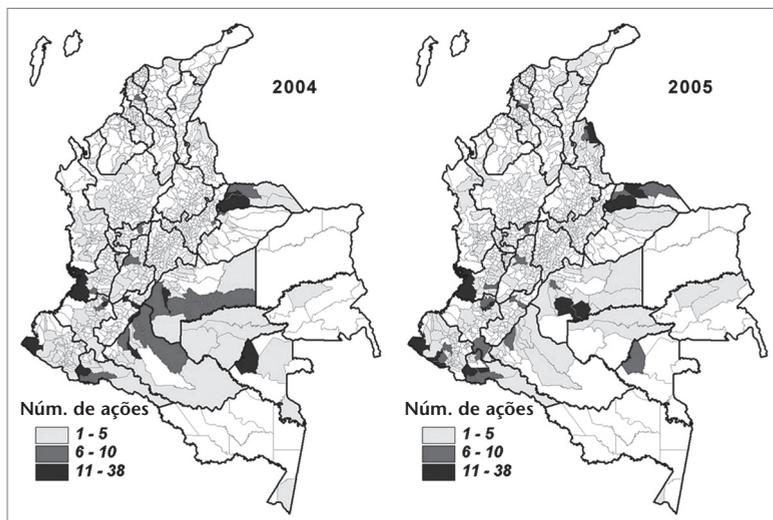


A importância preponderante das ações de fustigamento e sabotagem revela, porém, à sua maneira, a diminuição do potencial ofensivo das FARC. Aliás, essas ações tendem a concentrar-se em 2004–2005, em zonas periféricas, ao longo das fronteiras com a Venezuela e o Equador, na costa do Pacífico e, de maneira geral, nas zonas de cultivo de coca e nas rotas de tráfico.

No entanto, até o fim de 2006 as FARC podem considerar que conseguiram preservar um ritmo relativamente intenso de atividade e, sobretudo, pôr em xeque a principal ambição do Plano Patriota: atingir dirigentes importantes das FARC, entre os quais membros do Secretariado. A partir de 2007, ao contrário, as Forças Armadas ganharam pontos importantes.

A atividade das FARC sofre forte desaceleração: de aproximadamente 700 ações, em 2002, cai para menos de 200, em 2007. Fato ainda mais grave: alguns dos mais notáveis comandantes são eliminados ao longo do ano 2007. É o caso do comandante “J.J.”, que dirigia uma frente no Valle del Cauca, do “Negro Acacio”, figura fundamental do tráfico de droga em Guaviare e Vaupés, de Martín Caballero, líder histórico da Frente 37 das FARC no sul de Bolívar. Carlos Antonio Lozada só por milagre escapou

Geografia da atividade das FARC



de um bombardeio. Frequentemente as frentes não sobrevivem à morte de seu chefe: a do “Negro Acacio” entrou em verdadeira debandada, visto que boa parte de seus membros optaram por desertar; a de Martín Caballero praticamente desapareceu. O pior para as FARC estava por vir. Em 1º de março de 2008, Raúl Reyes é morto no acampamento em que está instalado na fronteira norte do Equador. O governo logo precisa reconhecer que usou um míssil teleguiado pelas técnicas mais sofisticadas (as FARC afirmam que houve necessidade da participação dos Estados Unidos) e depois enviou um destacamento por helicóptero para recolher o corpo e os computadores. Sabe-se da consequente crise diplomática entre o Equador e a Venezuela. Alguns dias depois, Iván Ríos é assassinado por seu guarda-costas. Voltaremos às implicações desses dois acontecimentos no último capítulo. Aqui basta ressaltar que a morte de Raúl Reyes não é a de qualquer membro do Secretariado. Em muitos aspectos, ele era o segundo número 1: desempenhava papel de grande importância por sua proximidade com Manuel Marulanda, por sua posição entre o setor mais duro e o mais político, por sua ampla rede de contatos internacionais, que faziam dele o interlocutor na libertação de reféns. Quanto à morte de Iván Ríos, as condições em que ocorreu parecem confirmar a queda no moral que afeta parte das FARC.

Antes desses dois acontecimentos, vários episódios davam mostras das dificuldades de comunicação interna das FARC. As provas de vida referentes a vários reféns, entre os quais Ingrid Betancourt, foram interceptadas pelos serviços colombianos. O episódio do pequeno Emmanuel corrobora esses problemas: essa criança – nascida durante o cativeiro de Clara Rojas, que as FARC se haviam comprometido a libertar junto com a mãe e com Consuelo González, como gesto humanitário realizado graças à intervenção de Hugo Chávez, no fim de dezembro de 2007 – na realidade, estava havia algum tempo numa instituição de proteção à infância em Bogotá. Para uma organização que ainda afirma preservar a coesão e controlar a atividade de cada uma de suas frentes, o vexame foi grave.

De fato, suas ações militares são cada vez mais limitadas. Nos últimos tempos, resumiram-se essencialmente a dois tipos de iniciativa: disseminar minas terrestres pelo território, o que faz cada vez mais vítimas; atuar em grupos de dois ou três atiradores que matam alguns militares e depois desaparecem na mata.

Isso parece traduzir a partir de então uma diferença considerável entre o potencial das Forças Armadas e o das FARC. Nem sempre foi assim. Se considerarmos as perdas em vidas humanas das Forças Armadas, veremos que nos anos 1996-2003 elas atingiam quase a metade das registradas pelas duas guerrilhas. A proporção muitas vezes é inferior nesse tipo de conflito. Resta saber se isso significa que o conflito colombiano é passível de terminar em breve. A complexidade de suas manifestações e de suas ramificações é um convite à prudência.





6

Terror e prosaísmo: a guerra vivida pela população



Os planos estratégicos das organizações armadas e os combates que travam diretamente constituem apenas um dos aspectos do conflito. As complexas ramificações que elas tecem com a população civil são outra faceta. Não se trata de uma guerra cujas linhas de frente sejam facilmente identificáveis. As fronteiras dos territórios mantidos pelos diversos protagonistas armados são diluídas e móveis. Não se trata de uma guerra civil em que grande parte da população civil adote uma representação “amigo-inimigo”. Mas o domínio local sobre essa população é um fator importante do conflito. Nesse aspecto, já não se pode falar em “lógica de proteção”. A partir do momento em que vários protagonistas disputam a obtenção desse domínio, o recurso à intimidação e ao terror torna-se ingrediente estratégico central.



Essa característica não é específica do conflito colombiano. É encontrada em muitos outros conflitos internos contemporâneos. Em compensação, há outra característica mais original: a coexistência que os adversários podem estabelecer regionalmente. Também nesse caso, encontramos o papel do narcotráfico: as cooperações econômicas podem redundar em acordos locais instáveis, mas não negligenciáveis. Isso também contribui para criar fronteiras diluídas e móveis, não só entre territórios, mas também entre os atores.



O conflito não pode ser descrito segundo um eixo global. Ele se articula simultaneamente como uma soma de manifestações heterogêneas nas quais coexistem confrontos, terror e transações. É para designar essa mescla que falo em “prosaísmo”. Tal mescla não implica apenas relegar a segundo plano convicções, crenças, esperanças, ideais ou dogmas que durante certo tempo possam ter sido subjacentes à filiação a uma organização. Também não implica fazer que interesses triunfem sobre paixões. Ela leva a fechar-se em práticas que se bastam a si mesmas e já não precisam de justificativas.

Migrações forçadas, chacinas, desaparecimentos

Cabe uma constatação inicial: o conflito engendra situações locais frequentemente desastrosas no plano humanitário.

As migrações em massa da população são sua primeira expressão. O número de pessoas deslocadas em decorrência da violência é estimado em três milhões. O fenômeno não é inédito na Colômbia: durante *La Violencia*, ele já apresentara grande magnitude. Todavia, na época, os migrantes se limitavam, em grande parte, a abandonar suas terras e dirigir-se aos povoados vizinhos e às sedes dos municípios. O conflito atual engendra um fenômeno mais maciço. Foi preciso esperar 1995 e um primeiro relatório da Igreja católica, para que ele chamasse a atenção pública. Nessa data, o número mencionado era de apenas 500 mil. O fenômeno depois disparou. Até 2003, milhares de pessoas por ano conheceram o mesmo destino, até atingirem o número citado. Os migrantes se aglomeraram nas sedes dos municípios, depois nas capitais dos departamentos e, finalmente, nas grandes cidades. Medellín abrigou grande parte dos refugiados provenientes de Urabá e das outras zonas do norte de Antioquia; Cartagena, os provenientes da região atlântica, entre os quais os de Montes de María, ao norte do departamento de Bolívar, zona na qual os paramilitares perpetraram inúmeras chacinas; Cali, os provenientes do sul do país; Cúcuta, os de Santander do Norte. O governo precisou tomar medidas para enfrentar essa situação que afeta especialmente mulheres e crianças: reconhecimento da condição de

refugiado, socorro de urgência. Essas disposições são insuficientes para aliviar suas dificuldades. Uma grande porcentagem dos refugiados prefere, aliás, subtrair-se a elas, para evitar o estigma que frequentemente recai sobre os que precisaram fugir e são suspeitos de ligações com a guerrilha (a maioria) ou de simpatias pelos paramilitares, segundo a região de onde provenham.

A data de 1995 não é fortuita: aí começou a campanha de reconquista paramilitar. Vimos que esta só raramente constituiu o resultado final de choques diretos com a guerrilha. Ela passou sobretudo pela expulsão sistemática dos habitantes que tivessem vivido algum tempo sob o domínio da guerrilha. O terror era o meio de obtê-la, e os massacres coletivos constituíam o procedimento mais eficaz e espetacular de provocá-la.

Grandes chacinas foram perpetradas pelos paramilitares a partir de 1988 em Urabá e no norte de Valle – a de Trujillo, município daquela zona, fez mais de 130 mortos. Depois disso, seu número cresceu, marcando seu avanço territorial, algumas com um saldo de dezenas de vítimas. Muitas são pautadas por uma teatralização macabra, destinada a aumentar mais o horror: a ferocidade com que os corpos são tratados combina-se com as marcas da zombaria: latas de cerveja incrustadas nos cadáveres, cabeças como bolas de futebol etc. Essas chacinas passaram a ser uma espécie de rotina, de tal modo que deixaram até de ser mencionadas pelos meios de comunicação. Militares ou policiais estão muitas vezes envolvidos e às vezes participam diretamente – é o caso do massacre de Trujillo, e o Estado precisou reconhecer sua responsabilidade –, mas na maioria das vezes fecham os olhos.

De 1993 a 2003 o número total de vítimas de chacinas não fica abaixo de 500 por ano. O auge foi atingido em 2002 com cerca de 1.500. É impossível distinguir entre o que é imputável aos paramilitares propriamente ditos e aos narcotraficantes, em razão de seus elos. Uma fração desse total também cabe à delinquência comum e aos bandos urbanos. Mas as FARC também têm sua participação, se bem que muito inferior à dos paramilitares – sem dúvida menos de um quinto dos casos.

As chacinas cometidas pelas FARC de início tiveram por teatro a região de Urabá. Já mencionamos a guerra entre as FARC e o EPL por intermédio de sindicatos. As chacinas recíprocas eram um de seus componentes. A guerra prosseguiu depois de 1991, quando numero-



os ex-guerrilheiros do EPL se uniram aos paramilitares. Em 1993, em Apartado, principal concentração urbana de Urabá, as FARC abriram fogo sobre os habitantes de um bairro dominado por antigos integrantes do EPL, causando cerca de trinta mortes. Seguiram-se muitas outras chacinas em Caquetá, Cauca, Chocó e Arauca. Em regiões de cultivo de droga, disputadas pelos paramilitares, elas recorreram frequentemente às chacinas, como resposta ou não às praticadas por seus adversários. Um exemplo: em junho de 2004, elas mataram 34 camponeses em La Gabarra, Santander do Norte. Uma de suas ações mais atroz desenrolou-se em 2 de maio de 2002 em Bojayá, uma aldeia de Chocó, disputada entre a guerrilha e os paramilitares – as FARC lançaram botijões de explosivos sobre uma igreja onde os habitantes se haviam refugiado, e o fogo fez 119 vítimas civis, entre as quais 45 crianças.¹

A esses massacres propriamente ditos, convém acrescentar outras ações não exatamente pertencentes a essa categoria, mas próximas. Por exemplo, as numerosas invasões de aldeias durante as quais o arremesso de botijões de explosivos provoca múltiplas mortes entre a população, os assassinatos coletivos de políticos municipais e as vítimas das minas terrestres.

Ao fazer isso, as FARC não deixam de provocar, também, migrações forçadas. Esse é o meio de garantir controle sobre suas rotas estratégicas, mas é também consequência de bloqueios que impõem localmente. Assim, por volta de 2002, para impedir a penetração paramilitar a leste de Antioquia, instalaram minas terrestres que impediam o abastecimento de diversas localidades e não davam muitas esperanças de fuga a seus habitantes.

Para que o quadro do terror seja completo, convém somar os desaparecimentos, cujos principais autores são os paramilitares (em 2008, já foram encontrados nas valas comuns por eles cavadas mais de dois mil corpos e não é de se duvidar que isso seja apenas o começo), e, evidentemente, os sequestros, especialidade das guerrilhas.

¹ Ocorre que a outra guerrilha, o ELN, é responsável por uma ação de consequências fatais. Em outubro de 1998, ela sabotou um oleoduto na localidade de Machuca, mas o petróleo pegou fogo, e mais de sessenta pessoas morreram.



Os territórios do medo

Cabe partir novamente de uma constatação formulada antes: o conflito orquestrado pelas organizações armadas não remete a divisões sociais ou mesmo, salvo exceções locais, a divisões políticas que tenham preexistido na população. Os colonos das regiões paramilitares parecem-se com os colonos a regiões de guerrilha. É o conflito que cria a divisão. A divisão é produto de sistemas opostos de dominação. O medo é resultado da substituição das lógicas de proteção por lógicas de intimidação.

As fronteiras dos territórios assim constituídos são invisíveis. Desde o avanço dos paramilitares, é frequente que as fronteiras circunscrevam apenas espaços reduzidos. Elas podem passar por dentro de um mesmo município entre sua sede e as zonas rurais: é o caso de Caquetá, onde militares e paramilitares dominam os povoados, as FARC continuam dominando as zonas rurais. Podem também passar entre aldeias vizinhas submetidas ao domínio de organizações diferentes. Aliás, nem sempre se trata de uma guerrilha e dos paramilitares. Pode também tratar-se de duas organizações guerrilheiras concorrentes. Já mencionamos a guerra que as FARC e o EPL travaram em Urabá. Atualmente entre as FARC e o ELN é travada outra guerra em Arauca e em Nariño que já fez centenas de mortos. Na costa do Pacífico deste último departamento, a situação é ainda mais intrincada, pois ali convivem todas as organizações armadas, não só as FARC e o ELN, mas também os paramilitares, as redes de narcotraficantes e o exército. Está claro que a justaposição de grupos opostos em microespaços se traduz na porosidade das fronteiras e na circulação de boatos de um lado e outro. O medo, o silêncio ou a fuga é o que se impõe à maioria dos habitantes.

As fronteiras também são móveis em quase todos os lugares. Deslocam-se à medida que esta ou aquela organização assume o controle do território e desaloja os que mandavam antes. Os habitantes percebem a iminência da mudança por meio de rumores e ameaças. A experiência lhes ensinou que nessa situação não podem contar com a intervenção da organização armada com a qual lidavam antes. Diante da ofensiva paramilitar, a guerrilha não hesita em retirar-se, deixando-os entregues à própria sorte. A população, portanto, sabe que deve dosar sua confiança.

Contudo, há também regiões nas quais o domínio de uma das organizações parece estabilizada. É o que ocorre com Caquetá, há muito tempo nas mãos das FARC. Também é o caso de grande parte de Guaviare e Vaupés, com o controle das FARC sobre as plantações de coca. Outras regiões são solidamente dominadas pelos paramilitares. Grande parte do departamento de Córdoba, berço dos paramilitares, está há anos em suas mãos. Certamente é o que ocorre há quinze anos com Urabá, onde, a despeito de algumas tentativas, as FARC não conseguiram afirmar-se de novo. Tal estabilização muitas vezes é bem recebida pelos habitantes – pelo menos aqueles que não foram obrigados a refugiar-se em outro lugar. Eles encontram uma proteção que os tranquiliza. Também nesse caso, porém, evitam confiar de modo irrefletido. No contexto do Plano Patriota, as operações militares estão chegando cada vez mais perto das zonas isoladas de Guaviare. Em Urabá, os habitantes se acostumaram às normas impostas pelos paramilitares. No entanto, mantêm-se a distância: os paramilitares continuam cometendo assassinatos encomendados, e a prudência recomenda não externar sentimentos políticos.

A experiência mais traumática está ligada ao fato de que não faltam combatentes que ingressam em alguma organização oposta. A passagem das fileiras dos paramilitares para as das guerrilhas é excepcional, e isso só pode ocorrer com raros infiltrados. Em contrapartida, a passagem das fileiras da guerrilha para as dos paramilitares é cada vez mais frequente. Não voltaremos ao exemplo dos numerosos ex-membros do EPL que em Urabá passaram-se aos paramilitares e contribuíram para seu controle da região. Numerosos guerrilheiros do ELN seguiram o mesmo caminho. Em Córdoba, uma comandante do ELN, exasperada com os abusos da guerrilha, passou com sua tropa para o lado paramilitar, afirmando que, mesmo assim, conservava suas aspirações de justiça social. A ocupação de Barrancabermeja teria sido facilitada pela virada de um comandante do ELN, que teria entregado os nomes dos simpatizantes da guerrilha. Até os últimos tempos os casos de virada de guerrilheiros das FARC eram muito menos frequentes. Os casos de Bernardo Gutiérrez, comandante das FARC que, no fim dos anos 1980, passou para o EPL com armas e bagagem, é excepcional, e as FARC o perseguiram sem trégua em sua vindita. Atualmente, quando as deserções se multiplicam

em suas fileiras, é provável que essas viradas sejam mais numerosas. Parece realmente que as FARC executaram numerosos guerrilheiros acusados de traição ou infiltração.

As mudanças de lado aumentam ainda mais a resistência da população em confiar em alistamentos nos grupos armados. Os trãnsfugas passam adiante as informações que têm sobre a população em cujo meio agiam e continuam eventualmente a agir. Qualificados como *sapos*, denunciam os que supostamente colaboram com a guerrilha. Ora, nenhum dos habitantes pode ter certeza sobre a maneira como será catalogado. O que é considerado “colaboração” pode ir da simpatia militante ao simples fato de ter mantido relações de vizinhança, vendido mantimentos, assistido a reuniões. Muitas chacinas dos paramilitares começam com a reunião dos habitantes da localidade, diante dos quais o *sapo* mascarado passa, designando com um sinal os suspeitos que devem ser executados. Por sua vez, as FARC muitas vezes empregam os milicianos jovens para espionar os habitantes e não são realmente mais escrupulosas na definição dos suspeitos. Desse modo, executaram moças culpadas de ligação com soldados. Nas zonas em disputa, portanto, a incerteza não diz respeito apenas às fronteiras, mas também à qualificação que pode ser atribuída a cada um pelo simples fato de ter vivido sob o domínio de outra organização.

Os *sapos* não são recrutados apenas entre os trãnsfugas. A denúncia pode ser um modo de resolver litígios pessoais entre os habitantes. Nos últimos tempos, o recurso sistemático do exército aos informantes e as recompensas prometidas acentuaram o clima de delação e medo.

O silêncio em que a população se mantém nas zonas de conflito não lembra a exaltação de uma guerra civil. É, sobretudo, sinal de uma sociedade com medo.

Prosaísmo e transações

Os trãnsfugas e os desertores são prova de que as convicções ou, pelo menos, a atração exercida pelo ingresso numa organização, mesmo tendo ditado o alistamento na luta armada, já não ocupam necessariamente posição central. A participação na economia da droga contribuiu muito para isso. Já mencionamos as transações econômicas entre as FARC



e as redes de narcotraficantes. Agora passaremos a descrever alguns modos de coexistência que ela pode também produzir.

As FARC e os paramilitares nem sempre estão travando combates ininterruptos, mas são levados a ter atividades complementares. Em numerosos municípios, a coca é cultivada nas áreas rurais elevadas, sob controle das FARC, e a produção é em seguida encaminhada, na forma de pasta-base ou de cocaína, para os povoados situados mais abaixo, sob controle dos paramilitares. Essas operações são rotineiras e só podem ser realizadas graças a acordos. Os militares ou os policiais não estão necessariamente excluídos: podem até contribuir para seu funcionamento, deixando-se corromper e passando informações úteis ao seu sucesso.

Em outros lugares, a guerrilha pode realizar alianças implícitas ou quase explícitas com redes de narcotraficantes associados ao paramilitarismo. É o que ocorre em muitos dos corredores estratégicos por meio dos quais as FARC se comunicam com a costa pacífica de Nariño nas cercanias de Buenaventura, mas que também servem aos narcotraficantes. Foram apreendidos carregamentos de cocaína que reuniam remessas feitas em conjunto pelas FARC, pelos paramilitares e por narcotraficantes. Na guerra que as FARC e o ELN travam atualmente em Nariño, parece que cada uma das duas guerrilhas tem o apoio de um dos novos grupos paramilitares surgidos depois da desmobilização dos antigos grupos.

Isso significa que as transações econômicas podem ter algum prolongamento na forma de alianças ou acordos provisórios de não agressão. O fenômeno não é apenas episódico. Pode pressagiar, caso as FARC se enfraqueçam muito ou passem por uma crise interna, uma aproximação entre guerrilheiros e paramilitares que se associariam no tráfico de droga.

Naturalmente, nesse momento o fenômeno só atinge determinadas zonas e não implica a diminuição dos confrontos e das práticas de terror em geral. No entanto, a questão das fronteiras territoriais e das mudanças de lado já justificava a ênfase no prosaísmo do conflito. Esses modos de coexistência reforçam ainda mais essa constatação.

“Todas as formas de luta”: há muito tempo isso não abrange apenas a combinação de ações militares e políticas. Compreende todo o resto: da intimidação ao terror, do tráfico à extorsão, dos sequestros aos desaparecimentos forçados.





7

Discurso e práticas políticas

A “combinação de todas as formas de luta”, fórmula enunciada em 1961, nunca deixou de constituir o princípio geral a guiar a estratégia das FARC. Entretanto, estas foram cada vez mais levadas a enfatizar a luta armada, impelidas pelos acontecimentos citados: extermínio da União Patriótica, ocupação da sede do Secretariado em La Uribe, fracasso do processo de paz de Pastrana, reconquista empreendida pelos paramilitares, modernização das forças armadas e eleição de Álvaro Uribe Vélez à presidência, com lançamento de sua política de “segurança democrática”.

Caberá imputar sua opção pela estratégia militar apenas a circunstâncias políticas às quais elas precisassem adaptar-se? Evidentemente, isso seria simples demais. Na realidade, suas próprias ações muitas vezes contribuíram para provocá-las. O desenrolar de um conflito armado interno faz parte de um esquema de ações recíprocas mesmo quando uma das partes é muito mais fraca, o que é discutível no caso colombiano. Por outro lado, a opção militar não implica necessariamente o abandono das finalidades nem das medidas políticas.

A verdadeira questão deve ser formulada em outros termos. Em que medida os meios postos a serviço da estratégia militar não poderão acabar por obscurecer ou mesmo colocar em segundo plano os objetivos políticos declarados? Um excesso de infrações ao Direito Internacional





Humanitário já constitui problema. Com mais razão, a participação maciça na economia da droga pode dar a impressão de que esta já não é apenas um meio de financiar a atividade guerrilheira, mas se tornou um fim em si mesma. O prosaísmo mencionado sugere em todo caso que, no cotidiano do conflito, as orientações políticas perdem nitidez ou se diluem em práticas que estão cada vez menos relacionadas com elas. Portanto, é inevitável perguntar o que subsiste do projeto político.

Cada um no seu lugar: ao partido, a política; à guerrilha, a luta armada

Até meados da década de 1980, as FARC não tiveram que fixar sozinhas uma linha política. Como mencionamos, elas se subordinavam explicitamente ao Partido Comunista colombiano que, por sua vez, tinha como ponto de honra seguir rigorosamente as orientações do Partido Comunista da URSS. Sem problemas de consciência, o partido descartava tudo o que lembrasse voluntarismo pequeno-burguês e, mais ainda, o que estivesse ligado a foquismo guevarista ou maoísmo. Mesmo se gabando de ter já em 1961 preconizado a “combinação de todas as formas de luta”, mesmo prestando homenagem ritualmente à luta armada, ele não pretendia deixar que o despojassem de seu papel de partido de vanguarda. Media sua influência pelo estalão de seus resultados eleitorais e do número de sindicatos que lhe estavam afiliados mais do que (ou tanto quanto) pela quantidade das frentes criadas pelas FARC.

Estas, portanto, não precisavam preocupar-se diretamente com as tarefas ideológicas e políticas. Manuel Marulanda nunca posou de teórico genial da revolução. Seus escritos destinam-se, sobretudo, a exaltar a gesta de Marquetalia. Jacobo Arenas pode ter sido tentado a assumir esse *status*, mas seus escritos pouco numerosos, dedicados ora a celebrar Marquetalia, ora a analisar a conjuntura colombiana,¹ não transpuseram as fronteiras do país ou nem sequer o círculo dos militantes. Ne-

¹ Cf. *Diario de la resistencia de Marquetalia*, Bogotá, 1969; *Cese el fuego, Una historia política de las FARC*, Bogotá, Editorial Oveja Negra, 1985 e *Correspondencia secreta del proceso de paz, Recopilación, Notas y Comentarios*, Bogotá, La Abeja Negra, 1989 (o livro contém a correspondência trocada entre Arenas e Alberto Rojas Puyo, negociador pelo partido comunista, em que este último deplora incessantemente a continuação dos sequestros)





nhum outro líder das FARC tentou teorizar a luta armada colombiana. Marta Harnecker, discípula de Althusser e Fidel Castro, renunciou a propor uma interpretação erudita a respeito e limitou-se em suas obras a reproduzir conversas ocorridas na época do cessar-fogo com Belisario Betancur.²

Essa parcimônia de elaboração política e ideológica tem suas vantagens: contribui para que as FARC sejam poupadas de debates capazes de criar tensões ou dissensões internas. É um dos segredos de sua longevidade. Também tem inconvenientes: o pequeno poder de atração mesmo entre as correntes com sensibilidade para a esquerda.

Projeto político das FARC: a “plataforma de dez pontos”

Por volta de 1990-1993, ressaltamos que a relação entre partido e guerrilha se inverteu. A primazia dada à estratégia militar não significava, porém, abandono do projeto político. Mas eram as FARC que ditavam sua concepção.

Desde a fundação, como nunca deixaram de lembrar, seu objetivo é tomar o poder ou, pelo menos, instaurar um governo que promova mudanças sociais e políticas estruturais e assim ponha fim à dominação da oligarquia.

Referem-se frequentemente, como ato de batismo político, ao programa agrário que elaboraram em julho de 1964: depois de enunciar reivindicações que agora parecem muito reformistas, ele termina evocando a necessidade de criar uma ampla frente única de “todas as forças democráticas, progressistas e revolucionárias para travar um combate permanente até derrubar o regime oligárquico a serviço do imperialismo ianque”. Depois, esse programa ampliou-se e radicalizou-se.

Em 1993, quando se reorganizaram para as grandes operações militares, adotaram uma nova versão com dez pontos, chamada de Plataforma para um Governo de Reconstrução e Reconciliação Nacional. Os

² Cf. Gilberto Vieira e Marta Harnecker, *Combinación de todas las formas de lucha*, Bogotá, Ediciones Suramericana, 1988; *Entrevista con la Nueva Izquierda, Bernardo Jaramillo y Nelson Berrío, Colombia a la conquista de las grandes ciudades*, Mexico, Centro de Documentación y Ediciones latinoamericanas, 1989.



dez pontos referem-se a aspectos institucionais como a transformação das Forças Armadas, que adotarão uma “doutrina bolivariana de defesa nacional”, a instauração de mecanismos de controle popular ou de reformas da justiça (em especial com a eleição dos magistrados); aspectos econômicos e sociais, como a nacionalização dos setores estratégicos da economia e a destinação de 50% do orçamento aos gastos sociais (e 10% à pesquisa científica) etc. Essa plataforma traduz bem a pretensão das FARC a afirmar-se como um governo virtual. Durante os anos seguintes, particularmente na época do processo de paz de Pastrana, ela serviu de constante referência para seus posicionamentos. Achavam-na de grande atualidade, principalmente por lhes parecer que o fracasso daquele processo fora causado, segundo declaração que publicaram em 2 de fevereiro de 2002, pela “existência de um regime antidemocrático e violento sobre a qual se edificou o sistema econômico que privilegia uma minoria”.

A suspensão das conversações e a eleição de Álvaro Uribe não puseram fim às suas esperanças de uma rápida crise do regime que aumentasse as possibilidades de pôr em prática suas propostas. Num comunicado de 23 de dezembro de 2002, elas anunciavam a formação de um governo clandestino “integrado por doze colombianos representantes de todas as regiões do país e todos os setores que se identifiquem com a Plataforma de dez pontos para uma nova Colômbia”. Depois do relativo fracasso do polivalente referendo proposto por Uribe em 25 de outubro de 2003 e do relativo sucesso da oposição nas eleições regionais realizadas no dia seguinte, as FARC voltaram a lembrar sua “disposição para constituir um novo governo”. Não viam na política de “segurança democrática” mais que uma nova versão do fascismo demonstrado pelo “raivoso e violento método de governar [...] [que] sempre violou os direitos humanos com qualquer desculpa, como Hitler ou Pinochet” (comunicado de 26 de janeiro de 2005).

A prática política das FARC não se resumiu, porém, a proclamações e denúncias.

Elas também tentaram organizar novas redes políticas. A constituição de um “movimento bolivariano” fora considerada já em 1993. Como se viu, foi oficialmente lançado em 2000, como uma formação política clandestina cuja direção foi confiada a Alfonso Cano. Sua ambição era reunir simpatizantes que, pelo número, pudessem confirmar a legitimidade política das FARC no momento oportuno. Pouco depois, as

FARC fundaram um novo Partido Comunista, o PCCC ou PC3 (Partido Comunista Clandestino da Colômbia), ainda mais secreto. Sua missão era, acima de tudo, a infiltração nas administrações ou nas empresas. Por definição, é difícil dimensionar a penetração dessas redes clandestinas. Contudo, parece que o movimento bolivariano e o PCCC não tiveram muito sucesso, mas as FARC podem ter a esperança de que eles ganhem novo alento com o recente aparecimento de núcleos bolivarianos partidários de Chávez.

Em todo caso, o surgimento dessas redes demonstra a distância em relação ao Partido Comunista oficial. Este, porém, se abstém de aventurar-se em críticas frontais contra a guerrilha, com a qual grande parte, se não a maioria, de seus militantes conserva certa afinidade. Mas as FARC não escondem seu desprezo por muitos dos dirigentes, a começar por seu atual secretário-geral, o antropólogo Jaime Caicedo. Desconfiam ainda mais da maioria das correntes de esquerda que desde 2003 se uniram ao Partido Comunista no Polo Democrático Alternativo. Números políticos eleitos desse partido não escondem sua rejeição à luta armada, entre os quais “Lucho” Garzón, prefeito de Bogotá de 2003 a 2007 (o segundo posto mais prestigioso depois do de presidente), ex-sindicalista e durante muito tempo membro do Partido Comunista, e o senador Gustavo Petro, economista, ex-membro do M19.

As FARC não se mostram menos desconfiadas em relação às organizações da sociedade civil. Essas organizações com orientações políticas muito diversas – algumas podem manter uma solidariedade mais ou menos tácita para com as FARC ou o ELN – têm pelo menos em comum a militância a favor de uma solução política negociada e ganharam grande visibilidade em cada um dos processos de paz. Embora denunciem com grande coragem as violações dos direitos humanos por parte do Estado e dos paramilitares, a ponto de se tornarem alvos preferenciais de seus crimes, mostram-se frequentemente mais tímidas na denúncia das violações perpetradas pelas guerrilhas, preocupadas em deixar abertas as portas do diálogo com elas. Durante muito tempo hesitaram mesmo em denunciar os sequestros.³ Apesar de tudo, as FARC estão longe de

³ Precisaram de muitos meses de conciliábulos em 1993 para condenarem o massacre de La Chinita pelas FARC. No relatório que elaboraram, essa condenação só vem depois de longas considerações alambicadas sobre a responsabilidade do Estado na miséria da região.



reconhecer a importância dessa sociedade civil, provavelmente por temer que venham a tornar-se na ossatura de uma política de não violência.

Raúl Reyes gostava de afirmar que as FARC constituem a verdadeira sociedade civil porque são “a sociedade civil em armas”.

Em suma, as FARC se comportam no plano político como se comportam no da luta armada: assim como nunca deixaram de afirmar sua superioridade militar sobre as outras guerrilhas, pretendem constantemente garantir sua hegemonia sobre todos os componentes da oposição política.

Na realidade, para pôr em ação seu programa político, as FARC esperam sobretudo “a insurreição das massas” e/ou a crise definitiva do regime. Já em 1985, Jacobo Arenas considerava que ambas eram iminentes. O extermínio da União Patriótica, a seu ver, só podia desembocar numa sublevação geral. Depois disso, quase não houve mobilização social que não tivesse ensejado alguma previsão semelhante. Cada greve mais prolongada, cada marcha camponesa, voluntária ou não, cada protesto contra as pulverizações aéreas eram apresentadas como prelúdio da revolta final. Mais recentemente, as FARC não duvidavam que o advento de um regime “fascista” com Uribe rapidamente confeririam força irresistível à resistência de todos os “democratas”, portanto à possibilidade de transformações profundas.

O erro desses cálculos decorre, acima de tudo, do erro da fórmula da “combinação de todas as formas de luta”. O que está cada vez mais claro é a incompatibilidade dessas formas de luta. Desde 2002, a esquerda progride na Colômbia como no resto do subcontinente, mas é uma esquerda cada vez mais afastada da luta armada. Como resultado, as FARC se isolam e patinam, quando querem deslanchar no campo político, e não só no militar.

O imobilismo como estilo político

Ostentar objetivos políticos últimos não basta para demonstrar capacidade de ação política, desde que esta se defina pela capacidade de convencer e de criar algum sentido convergente.

As FARC dispuseram em vários momentos de acesso ao espaço público, o que lhes possibilitava fazer-se ouvir e dar conhecimento de sua



interpretação da situação colombiana. Foi o que ocorreu, particularmente, durante os dois processos de paz em que elas foram oficialmente reconhecidas como ator político. Ora, elas não extraíram daí nenhum dividendo de credibilidade política. Ao contrário, por não as tomarem iniciativas esperadas de sua parte, acabaram arcando com a principal responsabilidade pelo fracasso das negociações.

Sem dúvida é impossível saber o que seria do processo de paz de Belisario Betancur caso a União Patriótica não tivesse sido destruída. Mas ninguém duvida que elas se aproveitaram do cessar-fogo para ampliar sua implantação. É mesmo impossível dizer como teria evoluído o processo de paz de Andrés Pastrana, caso os paramilitares não tivessem lançado sua ofensiva. Mas é incontestável que, tirando proveito do fato de que as negociações daquela vez não implicavam nenhum cessar-fogo, elas redobram a atividade militar. O que dá a impressão de duplicidade incessante explica em grande parte o descrédito que as afetou no fim dessas tratativas. Mas esse descrédito também decorre do fato de não terem demonstrado, em seu desenrolar, nenhuma aptidão para cativar a opinião pública, desenvolver uma argumentação política adaptada às circunstâncias e tornar plausível sua plataforma.

Levando-se em consideração apenas o processo de paz de Pastrana, pode-se dizer que ao longo daqueles três anos e meio elas deram provas de um imobilismo que passa a impressão de ser princípio e fim de sua política. A cadeira que Manuel Marulanda deixou vaga na abertura oficial das negociações de San Vicente del Caguán em janeiro de 1999 logo se transformou no símbolo disso.

Do lado oficial participaram dos encontros personalidades políticas e dirigentes econômicos; do lado da guerrilha participaram muitos dos comandantes mais conhecidos e, ocasionalmente, o próprio Manuel Marulanda. O surpreendente é que Alfonso Cano, considerado o mais político dos comandantes, nunca aderiu. A muito custo, ao cabo de vários meses, as partes chegaram a definir uma agenda comum. E depois instaurou-se um diálogo de surdos. Nem dois encontros *tête-à-tête* entre Marulanda e Pastrana nem a constituição de uma comissão de facilitação com representantes de países estrangeiros conseguiram eliminar as barreiras.

Houve discussões temáticas sobre algumas questões mencionadas na agenda; não deram em nada. Houve audiências públicas durante as



quais diversos setores da sociedade colombiana expuseram suas visões sobre as reformas desejáveis; os representantes das FARC limitaram-se a gravar, sem dar início ao mínimo diálogo.

Uma das únicas sugestões das FARC foi a desmilitarização de um município suplementar, quando elas se encarregariam de substituir as culturas de coca: mas exigiram que o governo financiasse a operação sem direito de supervisionar sua realização⁴ e não procuraram dissimular que pretendiam, sobretudo, ampliar mais sua zona de controle. Por outro lado, só tiveram um gesto de boa vontade, a libertação, em 2000, de várias centenas de soldados e policiais subalternos que elas haviam feito prisioneiros.⁵ No entanto, esse gesto unilateral foi interpretado como um modo de devolver ao combate os guerrilheiros encarregados de sua vigilância. O problema geral da troca dos outros prisioneiros – graduados e oficiais, bem como reféns civis – com os guerrilheiros detidos nas prisões colombianas foi a única questão na qual Manuel Marulanda se envolveu pessoalmente. No entanto, ficou sem solução.

A maioria dos colombianos nota, sobretudo, a falta de avanços nas discussões, inclusive a respeito da “humanização do conflito” – as FARC recusam-se, aliás, a reconhecer as normas do Direito Internacional Humanitário. Não realizam nem mesmo os atos de compaixão que lhes permitiria atenuar a decepção da opinião pública. Entre outros, há um caso que despertou grande comoção: uma criança de 10 anos afetada por um câncer em fase terminal, pedia que o pai, policial detido pela guerrilha havia vários anos, fosse beneficiado com a permissão de lhe fazer uma visita, mas não obteve resposta.

Em suma, com o nome de política, as FARC perseveraram na reafirmação dos fins adotados desde 1993. Em várias ocasiões, perderam a oportunidade oferecida de dialogar com interlocutores externos. Em 1999, quando um alto dirigente do governo dos Estados Unidos acabava de entrar em contato com elas na Costa Rica, elas assassinaram três indigenistas americanos, o que pôs fim às conversações. Em janeiro de 2002, quando a negociação com Pastrana estava à beira da suspensão,

⁴ Além disso, Iván Ríos, que formulou essa sugestão, não se preocupou em saber como os produtos de substituição poderiam ser comercializados a partir de zonas desprovidas de meios de comunicação.

⁵ Os meios de comunicação divulgam abundantemente as imagens dos campos em que estão encerrados, muito semelhantes a campos de concentração.



elas deram pouca atenção à tentativa de reatamento das conversações por parte dos embaixadores europeus.

Convencidas de que representam o povo em seu conjunto, elas continuavam esperando que ele se insurgisse contra seus opressores. Durante as negociações, Manuel Marulanda chegou a lançar aos oficiais superiores bizarros apelos para que se revoltassem contra a ingerência dos Estados Unidos no Plano Colômbia e assumissem seu papel na defesa dos interesses da nação ao lado do povo, como se tal apelo pudesse ser ouvido. As FARC ignoram a exasperação crescente de numerosos setores diante do prosseguimento de um conflito cuja atrocidade os atinge.

Em meados de 2000, inventaram uma nova categoria de refém: os reféns políticos, destinados a dar-lhes um novo meio de pressão sobre o regime. Entre 2000 e 2001, fizeram múltiplos sequestros de membros do pessoal político. A interrupção das negociações ocorreu em fevereiro de 2002, como reação ao sequestro de um avião que transportava um membro do Congresso. Dois dias depois ocorreu o sequestro de Ingrid Betancourt.

Não é surpreendente que, por ocasião das eleições presidenciais de 2002, a maioria se tenha voltado para um azarão que denunciava incansavelmente o processo de paz em curso e fazia uma única promessa: empreender ação militar sem trégua para enfraquecer as FARC e reabrir eventualmente novas conversações políticas no momento em que esse enfraquecimento fosse fato consumado.

A crueldade como modo de acesso à política

O prosaísmo crescente das práticas das FARC só pode acarretar uma diluição de seu caráter político. A fórmula da combinação de todas as formas de luta já não abrange apenas o militar e o político, mas o tráfico de droga, a extorsão e a dominação pelo medo. Em muitos aspectos, esses meios são comparáveis aos utilizados pelos paramilitares.

A principal diferença não está na intensidade dessas práticas nuns e noutros, está no fato de que os paramilitares não combatem o Estado e não enfrentam a força pública. Estes procuram, principalmente, ganhá-los e infiltrar-se neles, não para transformá-los, mas para utilizá-los a seu favor. Por sua vez, numerosos dirigentes políticos e membros da



força pública se valem de seus serviços, e os defensores dos direitos humanos não se eximem de enfatizar esse conluio. Alguns paramilitares às vezes ostentam objetivos políticos próprios, que podem decorrer de uma visão explícita de extrema direita. Não é de se duvidar que os setores civis e militares mais reacionários lhes deem um apoio para o qual eles evitam ao máximo chamar a atenção. Isso ameaçaria romper a coalizão heterogênea que formaram ao seu redor. Pode até ocorrer, como faz Carlos Castaño em suas entrevistas, que eles se gabem de defender os mais desfavorecidos.⁶ Quanto aos grandes narcotraficantes, estão preocupados principalmente em defender seus interesses imediatos. Os sangrentos acertos de contas entre grupos paramilitares mostram bem os limites de seus acordos. O que os uniu até 2003 foi o projeto de reconquista territorial às expensas da guerrilha.

Se as FARC brandem a “Plataforma de dez pontos”, é para lembrar que, ao contrário, têm objetivos incontestavelmente políticos e, portanto, continuam sendo, como no passado, um ator propriamente político.

No entanto, nem os paramilitares nem as FARC se teriam tornado atores nacionais importantes caso não dispusessem de elementos mais tangíveis que a mera enunciação de objetivos. Além do potencial militar, o controle territorial e os recursos financeiros figuram entre esses elementos. O mais decisivo, porém, é o uso de meios extremos de intimidação e crueldade. Em muitos conflitos internos, são eles que, de maneira aparentemente paradoxal, abrem em dado momento caminho para algum tipo de reconhecimento político dos atores ilegais. A Colômbia não é exceção.

Os paramilitares vivem essa experiência desde 2003. As chacinas e as atrocidades que disseminaram acabaram pondo a Colômbia numa posição internacional dificilmente sustentável, sobretudo porque havia responsabilidade do Estado, por ação ou omissão, segundo expressão dos juristas. Nessa época, Álvaro Uribe iniciou uma negociação com eles. Vimos que a chamada lei de “Justiça e Paz” adotada em 2005 lhes garantia, em troca da confissão de seus crimes e da promessa de reparação às vítimas, penas máximas de oito anos de prisão. Embora tenha possibilitado efetivamente a desmobilização de quase todos os comandantes e de

⁶ Ele e seu irmão Fidel deram terras suas em Córdoba a camponeses sem terra. Alguns anos depois esses camponeses foram expulsos pelos paramilitares.



30 mil paramilitares subalternos, essa lei não significou o desaparecimento de seu poder e não impediu a constituição de novos grupos. Contrariando a vontade manifestada por Uribe no início, essas disposições não implicaram o reconhecimento dos paramilitares como ator político. No entanto, fez que eles fossem beneficiados por um tratamento político. Tratamento político que eles devem às chacinas e a outras atrocidades que perpetraram. A crueldade é exatamente aquilo que em certas circunstâncias abre caminhos políticos.

As atrocidades perpetradas pela guerrilha afetam menos o mundo urbano e geralmente são menos espetaculares. No entanto, são consideráveis. Para elas, também são um meio de forçar acesso à cena política, e as FARC não precisam de nenhum manual para saber disso. Não é por acaso que rejeitam o Direito Internacional Humanitário e afirmam que suas próprias normas lhe são equivalentes: manifestam já de saída que não têm de responder por suas ações de acordo com critérios gerais e, portanto, nem pelas atrocidades que fazem parte de sua estratégia política. Os sequestros, afinal, contribuíram mais para passar a impressão de poder do que a enunciação de seu programa.

Se houvesse necessidade de alguma prova suplementar, esta estaria na multiplicação dos sequestros políticos às vésperas da interrupção do processo de paz. Catalogadas pelos Estados Unidos e pela União Europeia como organização terrorista, as FARC se dotam assim de uma capacidade de chantagem que, no momento oportuno, deve possibilitar-lhes recuperar o status de ator político. Ao impor mais cedo ou mais tarde um debate em torno do problema da troca humanitária, elas podem esperar obter aquilo a que aspiram: bem mais que um tratamento político, o reconhecimento de sua qualidade de parte beligerante.

No caso colombiano, a concreta perpetração das atrocidades sem dúvida pressupõe a redução da vítima a um objeto ou animal, mas a crueldade de conjunto não corresponde a uma representação global que esteja baseada na negação da humanidade do inimigo. Para isso, seria preciso que os campos estivessem imutavelmente delimitados e representassem visões radicalmente incompatíveis. Essa crueldade é determinada acima de tudo por cálculos eminentemente racionais. O prosaísmo também é isso: uma prática da crueldade que não remete à fantasmagoria de uma separação originária em relação ao outro, mas simplesmente procura provocar uma situação que não pareça ter outra saída além da transação política.

Política do ressentimento

No entanto, há outra coisa que subjaz nas profundezas da visão política das FARC, e isso desde o início: o ressentimento contra o mundo das elites sociais.

Devemos voltar mais uma vez àquilo que chamei de “*ethos* campe-sino” das FARC. Esse *ethos* não é apenas a manifestação da proveniência social da maioria dos combatentes. É acima de tudo carregado por uma sensibilidade e uma memória marcadas pela humilhação. Ambas afloram incessantemente nos dirigentes históricos da organização, principalmente em Manuel Marulanda.

Naquele 7 de janeiro de 1999, quando deixou vaga a cadeira que lhe estava reservada, incumbiu um dos comandantes, Joaquín Gómez, de ler o discurso que havia preparado diante de uma plateia que incluía o Presidente Andrés Pastrana, embaixadores e outros membros do governo. O discurso lembrava as razões da luta travada pelas FARC havia 33 anos. O episódio de Marquetalia foi mais uma vez apresentado como ponto de partida. No entanto, Marulanda não o evocou apenas como um momento de resistência “heroica” dos camponeses. De-longou-se no bombardeio que destruiu suas galinhas e seus porcos (*las gallinas y los marranos*). O auditório e os comentaristas perceberam essa referência como a marca da mentalidade camponesa que continuaria a animar a guerrilha.

Ela é, na realidade, uma manifestação daquilo que os colombianos designam com a expressão “malícia indígena”, uma maneira de enganar o outro, passando-lhe uma imagem que corresponde a seus preconceitos para levá-lo a baixar a guarda. Contudo, exprime principalmente uma dimensão central da sensibilidade política das FARC.

Foi dito que *La Violencia* tinha sido uma experiência de humilhação, porque só depois os camponeses descobriram que tinham matado uns aos outros por uma causa que não era deles, que para as elites aquele fora o meio de fortalecer sua dominação sobre as classes populares.

O ressentimento resultante volta-se principalmente para o adversário de sempre, a “oligarquia” contra a qual Gaitán se insurgira. De resto, as FARC continuam usando com frequência esse termo que engloba tanto as elites políticas quanto as elites econômicas. Raúl Reyes gostava de dizer que os reféns políticos, de cuja sorte a opinião pública interna-

cional se apieda são, na qualidade de membros dessa oligarquia, prisioneiros de guerra como os outros.

Entretanto, o ressentimento também visa todos aqueles que, num momento ou noutro, pretenderam abraçar a causa do povo para revertê-la melhor em seu próprio proveito. É o caso do Partido Liberal, que desde 1930 só fala de reformas para obter o voto popular. Manuel Marulanda, cabe lembrar, começou sua carreira nas fileiras de uma guerrilha liberal. Grande número dos que se aproximaram de Marulanda durante as fases de negociação depois relataram que as ideias desse guerrilheiro continuam sendo as de um liberal mais ou menos progressista. O erro não poderia ser maior. Marulanda nunca perdeu aquele partido por ter abandonado cabalmente os camponeses durante *La Violencia* nem pelo oportunismo que demonstrou logo depois. Muitas vezes ele afirmou que preferia negociar com presidentes oriundos do Partido Conservador, e isso não é fortuito.

O ressentimento de Marulanda e de seus companheiros também se volta, todavia, contra todos os que, num momento ou noutro, brandiram a retórica revolucionária e consideraram com comiseração uma guerrilha que lhes parecia limitar suas ambições à satisfação das reivindicações agrárias, em vez de atacar o poder de frente. A lista é longa. Ideólogos urbanos e estudantes esquerdistas que, não tendo conhecido a humilhação, falavam em nome dela para colocá-la a serviço de sua demagogia. Guerrilhas como o M19, prontas a dar lições às FARC, mesmo significando a desmobilização e a integração imediata no sistema. E até mesmo uma guerrilha como o ELN, dada ao moralismo, mas, afinal, desprovida de capacidade militar. Em muitos aspectos, permanecem até hoje os vestígios das polêmicas que atravessaram a esquerda revolucionária nos anos 1960, quando o Partido Comunista e as FARC eram acusados de “revisionismo”.

Ressentimento e humilhação estão sempre juntos. Ambos estão ligados ao trauma de *La Violencia*, trauma que não teve vazão e, por isso, está sempre prestes a despertar: a lembrança das galinhas e dos porcos mortos em 1964 é sinal dele.

O tempo longo das FARC terá relação com o tempo lento dos camponeses? É o que se afirmou com frequência, até que se tornasse lugar-comum. Com isso se esquece, porém, que os camponeses tradicionais já não existem há muito tempo, que muito menos existe o tempo

lento a eles atribuído. O tempo dos colonos é um tempo rápido e descontínuo. Na verdade, sem fim é a duração do ressentimento. Verdade também é que o trauma de *La Violencia* nunca pôde inscrever-se numa narrativa histórica que lhe desse algum sentido. Assim, para muitos colombianos, os que sofreram esse traumatismo, e os que o imaginam, impôs-se uma memória ao mesmo tempo real e mítica que substitui a história e faz da repetição a característica da trama dos acontecimentos.

Não há por que duvidar que em 7 de janeiro de 1999, Manuel Marulanda, então com 71 anos, saboreava seu triunfo. Todos os poderosos e os outros olhavam para a cadeira vaga. Naquele dia, o ressentimento parecia ter direito à história, e a humilhação, ao reconhecimento oficial.

O imobilismo que se seguiu mostrou que a sensibilidade política não basta para fazer uma estratégia política. O *ethos* campesino continua insuficiente para desenhar perspectivas numa sociedade principalmente urbana e singularmente complexa.

Nove anos se passaram desde então. Muitos dos líderes históricos das FARC morreram de velhice. Em janeiro de 2008, Marulanda tinha setenta e nove anos. Nada se sabia de seu estado de saúde, e desde 2006 ele nem sequer aparecia para responder às mensagens que lhe eram dirigidas por Hugo Chávez e Nicolas Sarkozy. Sabe-se, porém, pelo exemplo de outros líderes revolucionários lendários, que nada muda enquanto eles estão vivos. Muitos desses líderes estão convencidos de que o imobilismo é garantia de perenidade da obra que realizaram, e que a ausência de debates internos é prova da solidez de seu poder. O mesmo podia estar acontecendo com Marulanda. As dificuldades das FARC para ele talvez não passassem de peripécias: seus adversários anunciaram várias vezes sua morte e a derrocada da guerrilha. No entanto, a luta armada prosseguiu e recrudesciu. Seis anos de política de Uribe deviam parecer pouco aos olhos do fundador das FARC, diante dos mais de cinquenta anos de luta guerrilheira.



8

O momento bolivariano

No início de 2008, o enfraquecimento das FARC é incontestável. Isso nos é mostrado por várias manifestações: redução do efetivo, destruição de várias frentes, recuo territorial, queda no número de ações, perda de vários dirigentes de primeira importância, dentre os quais, pela primeira vez, membros do Secretariado, bem como problemas de comunicação interna. A isso se soma a diminuição da receita, devido à rarefação dos sequestros e da extorsão, assim como ao menor controle sobre as plantações de coca e os laboratórios. Globalmente, calcula-se que em 2007 seus recursos não chegariam a mais que 40% daquilo de que dispunham em 2002.¹

O número de deserções, inclusive de combatentes aguerridos, continua aumentando e confirma o baixo moral que prevalece em várias unidades. A ausência de reações das FARC em circunstâncias nas quais elas costumavam multiplicar operações é outro sinal de seu desmoronamento. Elas quase não perturbaram o desenrolar das eleições de 2006, que re-

¹ Estimativa de Alfredo Rangel, diretor da Fundação Paz y Seguridad, em *El Tiempo*, 16 de março de 2008. Segundo esse autor, a receita dos sequestros teria diminuído 92%; a das extorsões, 50%; a do narcotráfico teria sofrido devido à crescente participação dos traficantes mexicanos nas remessas para os Estados Unidos.



dundou na ampla vitória de Uribe. Fato mais notável ainda: não revidaram a morte de Raúl Reyes e Iván Ríos. Deram assim a impressão de flutuação no comando de mais alto nível.

Essa situação decerto explica por que, desde meados de 2007, em compensação, elas dão numerosos sinais de quererem privilegiar de novo a estratégia política.

Em agosto de 2007, Raúl Reyes deu uma entrevista ao jornal argentino *Clarín*, na qual declarou desejar, nas eleições de 2010, a vitória do Polo Democrático, coalizão de esquerda que reúne grande parte da oposição a Uribe, e afirmou que o governo resultante “poderia beneficiar a Colômbia”. Esse posicionamento surpreende: as FARC nunca esconderam sua desconfiança em relação a um grupo que compreende correntes claramente hostis à luta armada, e suas palavras nunca lhes pareceram suficientemente duras contra as pessoas que encarnam essa hostilidade.² Essa declaração, aliás, punha o polo em situação periclitante, expondo-o ao risco de parecer próximo da guerrilha, a exemplo do que ocorreu com a União Patriótica anteriormente. Pode-se, sobretudo, supor que Reyes procurou assim dividir esse partido. Não menos espantosa foi a declaração de outro membro do Secretariado, Iván Marquez, no mesmo mês de agosto: ele sugeriu, para pôr fim ao conflito, um “grande acordo nacional” que agrupasse todas as “organizações sociais” e a guerrilha.

Há, portanto, uma indicação de retorno à estratégia política. Isso é mostrado, porém, mais claramente pela ênfase dada pelas FARC à questão da “troca humanitária” e também por seu esforço em produzir certa internacionalização do tema do conflito colombiano. Hugo Chávez é a peça central dessa estratégia.

O problema dos reféns políticos e da troca humanitária

O problema da troca de “prisioneiros” nada tem de novo: entre os temas abordados durante o processo de paz de Pastrana, foi a esse que Manuel Marulanda dispensou pessoalmente maior atenção.

² As FARC atacam especialmente o senador Petro, ex-membro do M19 que se tornou uma das figuras mais notórias do Polo Democrático, crítico feroz de Uribe, mas não menos feroz das FARC. Petro respondeu à entrevista de Reyes dizendo que dispensava o apoio. Iván Marquez, membro do Secretariado, enviou uma mensagem a Petro, acusando-o de ser financiado por Wall Street e pela oligarquia.



Em 2001, efetivamente, houve uma troca por razões de saúde entre 55 membros da força pública e 14 guerrilheiros. As FARC chegaram a libertar unilateralmente outros 304 membros da força pública que haviam capturado durante a ofensiva. No entanto, Manuel Marulanda não obteve a libertação dos outros guerrilheiros detidos nas prisões colombianas; segundo a lista por ele fornecida então, seriam 500. Obteve menos ainda atendimento à reivindicação que apresentou várias vezes: adoção pelo governo de uma “lei de troca permanente”, que possibilitaria a libertação automática dos que fossem capturados no futuro por um lado ou por outro. O governo observou que isso equivaleria a incentivar ainda mais a prática de fazer reféns.

Quando da interrupção das negociações, as FARC ainda estavam com cerca de trinta graduados e oficiais (Exército ou polícia), além de três americanos que participavam das campanhas de pulverização aérea, cujo avião fora derrubado. A partir de 2000, somaram-se os reféns civis classificados como políticos e sequestrados com o objetivo explícito de pressionar os negociadores. As FARC, cabe lembrar, sempre sequestraram numerosos dirigentes políticos. A inovação consistiu em fazer deles uma categoria à parte, para forçar o governo a concluir oficialmente um acordo. Entre os novos reféns políticos figuram congressistas ou ex-congressistas, um ex-governador de Meta, doze deputados regionais sequestrados juntos no cerco à Assembleia de Valle del Cauca, assim como Ingrid Betancourt, candidata à eleição presidencial de 2002, e Clara Rojas, que dirigia sua campanha. Embora estivesse então muito desfavorecida nas pesquisas de intenção, Ingrid Betancourt gozava da imagem de intrepidez, conquistada durante sua luta contra a corrupção do governo Samper.

A partir da posse de Álvaro Uribe na Presidência, o problema da troca de “prisoneiros” deu ensejo a uma queda de braço política que acompanha constantemente a prova de força militar. Tanto do lado do governo quanto das FARC, essa queda de braço se traduz por uma sucessão de posicionamentos e ações em que a dimensão humanitária em jogo conta muito menos que a vontade de utilizá-la para pôr a outra parte em dificuldades.

De ambos os lados, para começar foram externadas posições que manifestavam deliberadamente a impossibilidade de qualquer acordo. Uribe impôs como condição prévia o cessar-fogo por parte da guerrilha



e pediu a libertação de todos os sequestrados, não só dos “políticos”. As FARC exigiram a desmilitarização de dois municípios muito extensos da zona de Caguán, a mesma em que Uribe, ao contrário, pretendia restabelecer a presença da força pública. Entretanto, esse pedido ainda era modesto perto do que elas formularam para considerar uma nova negociação de paz: a desmilitarização completa dos departamentos de Putumayo e Caquetá, ou seja, 100.000 km².

Esse foi só o começo da queda de braço política que prossegue até hoje. Relatar suas peripécias seria longo demais. Basta indicar aqui que as condições impostas pelas duas partes tornaram-se progressivamente menos drásticas, pelo menos na aparência. A partir de 2005, as FARC reivindicavam apenas a desmilitarização durante 45 dias de Florida e Pradera, dois municípios do Valle del Cauca, com uma superfície limitada, mas urbanizados e situados nas proximidades da cidade de Cali. O governo parou de exigir um cessar-fogo e de mencionar, a não ser incidentalmente, a libertação dos reféns “comuns”. Chegou a aceitar que uma comissão humanitária formada por representantes da Espanha, da França e da Suíça entrasse em contato várias vezes com as FARC. Nem por isso a queda de braço terminou.

Raúl Reyes declarava, em janeiro de 2006, que nenhuma troca poderia ocorrer enquanto Álvaro Uribe estivesse no poder. Apesar de reiteradas promessas, as FARC não forneciam as provas de vida reivindicadas pelas famílias dos reféns e pela comissão de delegados europeus. Por sua parte, o governo dava a impressão de torpedear por prazer cada potencial avanço: tornava públicas as sugestões dos delegados europeus que deveriam permanecer secretas sobre a definição da zona de encontro e alegava diversos atentados das FARC – acusadas, sobretudo, de colocar uma bomba no perímetro da Escola de Guerra – para interromper as providências em curso.

De qualquer modo, a questão da desmilitarização de Florida e Pradera provocava completo bloqueio. Para as FARC, essa era uma condição *sine qua non*; o governo excluía sua possibilidade. As FARC rejeitavam qualquer proposta alternativa, como a feita pela Igreja em 2007, de realizar a negociação numa região mais afastada. O governo opunha-se a toda e qualquer desmilitarização, ainda que realizada sob estrito contato internacional, conforme proposto pelos enviados europeus. Inteiramente voltado a acuar ainda mais as FARC em seus redutos, não mostrava pres-

sa alguma em restabelecer as conversações que, como mostravam as experiências anteriores, não permitiam previsões em termos de transcurso e duração.

O problema da troca de “prisioneiros”, aliás, não mobilizava então a opinião pública. A maioria aderiu à política de Uribe, e a oposição em geral não ousava abordar o problema dos sequestros. Muitos colombianos se exasperavam com o contraste entre o silêncio em torno dos reféns “comuns” e a campanha orquestrada na França em torno do caso de Ingrid Betancourt. Em 2003, o fiasco da aventura do Transall enviado pela França a Manaus, perto da fronteira colombiana, sem o conhecimento do governo brasileiro, não era capaz de atenuar esse sentimento.

O clima evoluiu em 2007. Parte da opinião pública colombiana começou a ver a troca de “prisioneiros” como uma causa de importância fundamental. Paradoxalmente, a virada coincidiu com a morte de onze reféns políticos em 18 de junho: todos os deputados de Valle, exceto um, que escapou por milagre. A guerrilha, de início, falou de um choque com forças não identificadas, mas acabou precisando admitir sua responsabilidade. Essa tragédia serviu como uma nova prova de que a vida dos reféns está perpetuamente em perigo. A comoção da opinião pública foi suficientemente forte para provocar, em 5 de julho, numerosas grandes manifestações no país. Embora as FARC estivessem no banco dos réus, Álvaro Uribe não era menos criticado por sua intransigência. Uma demonstração disso foi dada durante a marcha de Cali a Bogotá empreendida no mês de agosto pelo pai de um policial detido havia cerca de dez anos pelas FARC, que queria tirar seu filho do esquecimento: começada na solidão, a marcha logo se transformou em cortejo. Durante uma concentração na praça Bolívar, coração histórico de Bogotá, para celebrar sua chegada, o discurso de Álvaro Uribe foi encoberto pelas vaias dos manifestantes, que o acusavam de prolongar o drama dos reféns. O fator humanitário continuava valendo, mas alguns setores da oposição se aproveitaram dele, por descobrirem que esse também poderia ser um meio de pôr Álvaro Uribe em dificuldades: sua recusa a ceder no caso da desmilitarização dos dois municípios e a intensificação das operações do Exército até mesmo nas regiões mais distantes provariam que ele preferia pôr em perigo a vida dos reféns a frear as ações contra a guerrilha.

Por outro lado, com Hugo Chávez crescia a pressão internacional a favor de uma troca humanitária; voltaremos a isso em breve. Também

creceu com Nicolas Sarkozy, que, tão logo assumiu, fez da libertação de Ingrid Betancourt uma de suas prioridades, com os outros países europeus e em breve vários países latino-americanos. Mesmo os Estados Unidos tomaram consciência de que três dos seus estavam em poder das FARC. Nessas condições, as FARC passaram a ver o tema da troca humanitária como aquilo que poderia tirá-las do isolamento político. A preocupação propriamente humanitária com certeza não é o que as inspirava. Não se desmentia o cinismo que as levava, em diversos comunicados, a apiedar-se do sofrimento dos reféns... que elas detinham. Sua motivação principal seria recuperar seus próprios prisioneiros? É de se duvidar. A maioria dos 500 prisioneiros, cuja libertação elas reivindicavam, recobrou a liberdade em 2000, quer por expiração de pena, quer por fuga. Outros os substituíram: calcula-se que seu número esteja atualmente em 2000. No entanto, as FARC sabiam que, em caso de libertação, uma minoria voltaria às suas fileiras. Muitos manifestavam de antemão que não estavam nada dispostos a voltar e, de resto, a guerrilha desconfia de ex-prisioneiros: no passado, não hesitara em executar vários. Seu objetivo era bem político: na impossibilidade de fazer Uribe ceder na desmilitarização de Florida e Pradera, conseguir, pela internacionalização do problema, seu reconhecimento pelo menos parcial como ator político beligerante.

O acesso à cena pública internacional tinha para elas caráter suficientemente urgente para levá-las a colocar em segundo plano a preocupação em preservar uma imagem que não fosse a da crueldade. As provas de vida de vários reféns – cartas e vídeos – por elas liberadas no fim de 2007 provocaram estupefação geral. Não é necessário insistir: os relatos, principalmente de Ingrid Betancourt, e os vídeos estão na memória de todos. Em 4 de fevereiro de 2008 uma manifestação de dimensões sem precedentes ocorria em toda a Colômbia para denunciar as FARC e sua política de captura de reféns.

Como interpretar o fato de não estarem conscientes dos efeitos desastrosos para sua reputação? Resultado da confusão dos meios de comunicação entre o Secretariado e as frentes? Da perda de referenciais morais? Da convicção de que as provas acarretariam ainda mais rapidamente pressões internacionais sobre Uribe?

Outras três explicações são mais plausíveis. A primeira, a mais simples, é que o sofrimento infligido aos reféns políticos não é diferente do



infligido há décadas aos reféns “comuns”, que provocou indignação coletiva apenas fugaz.

A segunda é que as FARC são levadas a perceber apenas as inúmeras atrocidades dos paramilitares e de seus aliados dentro do regime. Toda uma parte da opinião pública está agora dimensionando também a sua magnitude e descobrindo a penetração da parapolítica no coração do sistema. Algumas semanas depois das manifestações de 4 de fevereiro, em 6 de março, outras manifestações denunciavam o “terrorismo de Estado” e os paramilitares: embora menores, também foram marcantes, pois provavam que a impopularidade das FARC não poderia levar a esquecer as atrocidades paramilitares e a cumplicidade de setores inteiros do Estado.

A terceira razão é política: a apresentação mais rápida das provas de vida possibilitaria que Chávez continuasse intervindo. Aliás, quase todos os reféns libertados lhe prestaram homenagem. Ora, graças a ele, as FARC estão conquistando um estatuto bolivariano. A imagem desgastada importa menos que a inserção na órbita chavista.



Sob o signo do bolivarianismo

A morte de Raúl Reyes, principal contato entre os países estrangeiros e as FARC, ocorrida em 1º de março de 2008, interrompeu mais uma vez as discussões sobre a libertação de Ingrid Betancourt e a troca entre os reféns restantes em poder da guerrilha e os guerrilheiros prisioneiros. A espetacular crise internacional que se seguiu à operação colombiana em território equatoriano revelou a deterioração das relações da Colômbia com seus vizinhos. Ainda que se tenha traduzido pela disparada dos índices de popularidade de Álvaro Uribe na Colômbia, e mesmo que não se tenha concretizado o anúncio feito por Chávez de que enviaria unidades blindadas para a fronteira entre os dois países, essa constatação não deixa de ser preocupante.

É inevitável que uma situação de violência prolongada num país engendre problemas nas fronteiras, ainda mais se estas tiverem sido sempre porosas. Milhões de colombianos vivem na Venezuela, o comércio fronteiriço, por contrabando ou não, sustenta centenas de milhares de pessoas em ambos os lados. Apesar de menos dinâmica, a fronteira com





o Equador não é menos aberta. Os fenômenos de violência levam numerosos colombianos a procurar refúgio junto aos dois vizinhos. As plantações de coca tendem a estabelecer-se nas fronteiras em proporção cada vez maior. As pulverizações aéreas nos limites do Equador provocaram vários incidentes e protestos desse país e produziram novas vagas de migrantes. O tráfico de cocaína que passa pela Venezuela não para de aumentar. Segundo fontes concordantes, mais de um terço da produção colombiana já sai por esse país. Até agora Hugo Chávez não adotou nenhuma medida para solucionar o problema e atribuiu esses dados à intenção de desestabilizá-lo por parte dos Estados Unidos. O aumento da criminalidade daí decorrente e a corrupção de numerosos militares venezuelanos, porém, são capazes de acentuar as desordens nas regiões limítrofes e de agravar as tensões entre os dois países.

Bem antes da crise do mês de março, por outro lado, é publicamente notório que as FARC dispunham de facilidades nos dois países vizinhos. Em diversos momentos elas estabeleceram acampamentos do lado venezuelano e alguns de seus comandantes puderam lá circular ou permanecer sem quase necessidade de ocultar-se. Foi o caso de Rodrigo Granda, encarregado dos contatos com o exterior, até seu sequestro pelos serviços secretos colombianos, ajudados por ex-membros dos serviços secretos venezuelanos, seguido de sua prisão na Colômbia – foi sua libertação que Nicolas Sarkozy obteve, com a esperança de que ele contribuísse para a libertação de Ingrid Betancourt. As FARC também têm presença estável nas províncias do norte do Equador, e parece que se estabeleceu algum acordo de coexistência entre elas e a força pública equatoriana.

Apesar de tudo, nada disso parecia chegar a configurar sustentação política aberta à guerrilha colombiana por parte de Hugo Chávez e muito menos dos dirigentes políticos equatorianos. No início dos anos 2000, Chávez parecia inclinado a isso: numa declaração muito mal recebida pelo governo colombiano, ele afirmara sua neutralidade no conflito colombiano e em outros discursos não se absteria de vilipendiar o caráter oligárquico do país vizinho. Foram detectadas entregas de armas venezuelanas às FARC, mas estas podiam provir de contrabando e do mercado negro internacional de armas. Em seguida, Uribe e Chávez passaram a manter, aparentemente, boas relações. O comércio entre os dois países, aliás, é considerável: a Venezuela importa da Colômbia, en-



tre outras coisas, numerosos produtos alimentícios que lhe são indispensáveis para remediar a insuficiência de sua produção, e a Colômbia compra principalmente gás do país vizinho. Ainda em setembro, foi concluído um acordo entre os dois países para a passagem de um gasoduto venezuelano pela Colômbia.

Contudo, a decisão de Uribe, em agosto de 2007, de confiar oficialmente a Hugo Chávez a tarefa de mediação na questão da troca humanitária, com a colaboração da senadora colombiana Piedad Córdoba, foi inesperada. As pressões da França provavelmente não são estranhas ao fato. Rapidamente, as iniciativas do presidente venezuelano surpreenderam ainda mais: seus apelos a Marulanda ou seu encontro de 8 de novembro com Iván Márquez em Caracas estavam na ordem das coisas. Não era o caso do pedido que fez a Uribe de proceder à desmilitarização do município de San Vicente del Caguán para que ele pudesse encontrar-se com o chefe das FARC. Como se sabe, em 21 de novembro, Uribe pôs fim repentinamente à mediação de Chávez e à missão de Piedad Córdoba.

A rusga entre os dois presidentes foi seguida por uma troca de ofensas não habitual entre chefes de Estado. Atingiu o paroxismo com o ataque contra Raúl Reyes em 1º de março. A reação de Chávez – que acabava de registrar seu primeiro fracasso nas urnas no referendo constitucional de 10 de dezembro – foi mais forte que a do presidente do Equador, cujo território fora violado. Apesar de seu relativo apaziguamento durante o encontro da OEA em Santo Domingo no fim do mês de março, a crise diplomática entre a Colômbia e seus vizinhos estava longe de ser superada.

A violação manifesta do território equatoriano constituía apenas mais um elemento agravante. O problema do reconhecimento das FARC como parte beligerante no conflito colombiano, de fato, está no centro da crise. Desde sua designação como mediador, Chávez fez declarações nesse sentido. Anulada a designação, ele não hesitou mais em declarar-se abertamente partidário desse reconhecimento. Num discurso perante a Assembleia Nacional Venezuelana, no início de janeiro de 2008, afirmou que “o ELN e as FARC são verdadeiros exércitos que ocupam espaço na Colômbia. [...] É preciso dar-lhes reconhecimento [...] São forças insurgentes que têm um projeto político”. Essas são exatamente as condições consagradas pelo direito internacional sobre os conflitos internos para o reconhecimento de beligerância da parte in-

surgente.³ Rafael Correa tendeu a alinhar-se com essa posição depois da operação colombiana do 1º de março, ainda que tenha subordinado várias vezes sua aplicação concreta à libertação de todos os reféns e à renúncia à prática dos sequestros.

Essas posições foram sentidas pelo governo de Bogotá como uma ingerência nas questões internas da Colômbia. Embora ele denuncie a tolerância das autoridades equatorianas e venezuelanas para com a presença de guerrilheiros em seus territórios, bem como seus contatos localizados com dirigentes das FARC, o que provoca realmente sua preocupação é a eventualidade de pleno reconhecimento político da guerrilha: isso ameaçaria toda a lógica da política de “segurança democrática”.

A solidariedade “bolivariana” oferece às FARC a possibilidade de adquirir presença política na cena internacional, ao se inserir na constelação constituída ao redor de Chávez. A eleição de Evo Morales, na Bolívia, e de Rafael Correa, no Equador, consolidou a extensão dessa constelação nos países andinos. Essa constelação, porém, não se resume às afinidades entre governos. Chávez apoia a formação de diversos núcleos políticos, inclusive na Colômbia. Militantes de esquerda, estudantes radicalizados fazem parte dos círculos de simpatizantes. Em 2007 e no início de 2008, fizeram reuniões no Equador. Ora, as FARC têm naturalmente lugar entre eles. Elas não esperaram Chávez para falar em nome de Bolívar. A organização política clandestina por elas lançada em 2000 chama-se “movimento bolivariano”. Em 2007, sua participação na órbita chavista não se limitava a contatos com pessoas próximas aos dirigentes dos dois países vizinhos. Alguns de seus membros assistem às reuniões mencionadas e parece até que são recebidos como a vanguarda da revolução.

Mais que nunca, para elas a questão da troca humanitária passou a ser o caminho da consolidação do apoio político dado por Chávez e da progressão em direção a um reconhecimento internacional mais amplo, graças à mobilização francesa a favor da libertação de Ingrid Betancourt. No começo de 2008, elas decidiram a libertação “unilateral” de quase todos os reféns políticos civis, passando pela mediação de Chávez para reforçar a posição deste e da senadora Piedad Córdoba como únicos

³ Em 15 de maio, a Interpol divulgou algumas mensagens contidas nos computadores de Reyes; elas confirmam as relações contínuas entre as FARC e a Venezuela. Mencionam, sobretudo, uma ajuda financeira da Venezuela às FARC, bem como sua intermediação para ajudá-las a obter armas, talvez misseis terra-ar.

intermediários capazes de desbloquear a situação. No momento da libertação de Clara Rojas e Consuelo González, todas as televisões mostraram as imagens do representante de Chávez cumprimentando o comandante das FARC e desejando-lhe boa sorte em sua luta. Assim, a solidariedade bolivariana parece ser bem mais que um slogan.

Ao longo das peripécias daquelas libertações, Uribe parecia estar na defensiva. Embora permitisse o pouso na Colômbia de aviões dos serviços de saúde provenientes da Venezuela – seus adversários, porém, não deixam de declarar que o prosseguimento das operações militares foi a razão do atraso na libertação de Clara Rojas, Consuelo González e do pequeno Emmanuel prometida para o fim de dezembro –, não pôde evitar que a estrela da operação fosse Chávez. Rafael Correa, além do mais, o questionou por ter impedido a libertação “imminente” de Ingrid Betancourt com a operação contra Raúl Reyes. Durante a reunião da OEA em Santo Domingo, os Estados sul-americanos adotaram uma resolução moderada, mas nem por isso deixaram de obrigá-lo a apresentar um pedido de desculpas a seu colega equatoriano. Por mais que Uribe promettesse a libertação unilateral da maioria dos prisioneiros das FARC, para uma parte da opinião pública internacional ele continuava sendo o causador das dificuldades enfrentadas para se chegar a uma troca global: as FARC não desistiram de sua exigência quanto à desmilitarização dos dois municípios de Valle del Cauca, e Uribe não desistiu de lhes opor seu veto.

Isso significaria que ele foi o único perdedor dessa queda de braço? Não seria exato. Com o exagero de suas ameaças contra a Colômbia, Chávez provocou naquele país uma reação nacional que não se resume à disparada dos índices das pesquisas: a própria oposição a Uribe está em grande parte associada a ela. As reações do Exército e do governo equatorianos mostram que Rafael Correa não dispõe de apoio inabalável. Em vez de se entusiasmar com os discursos chavistas contra o presidente colombiano, a opinião venezuelana, apesar de frequentemente pronta a inflamar-se, manteve grande calma. Quanto às FARC, a libertação de numerosos reféns políticos não bastou para apagar o efeito catastrófico das imagens de seu cativeiro. Tampouco conseguiram que a Venezuela e o Equador lhes reconhecessem oficial e plenamente o *status* de beligerantes. Foi confirmada, inclusive pela França, sua qualificação como organização “terrorista”.

Em meio àquele alvoroço da mídia, os reféns das FARC pareciam não passar de “joguetes” das manobras de protagonistas cínicos. Afora militares ou policiais, em grande número e há quase uma década em poder das FARC, no fim de abril de 2008 só lhes restavam três reféns políticos, dentre os quais Ingrid Betancourt que se tornou quase o único instrumento dessas manobras. As FARC, particularmente, só dispõem dela para manter a pressão da França e o papel de intermediário de Chávez. Não pretendem, porém, submeter-se a imposições e renunciar à exigência de desmilitarização. No início de abril de 2008, quando, em consequência de notícias alarmantes sobre sua saúde, a França mandou aviões com médicos para tentar pelo menos dispensar-lhe tratamento, as FARC mandaram dizer que achavam aquela medida “ingênuas”.

O lance teatral da “Operação Jaque” de 2 de julho esvazia essas conjecturas. A libertação de quinze reféns políticos, inclusive de Ingrid Betancourt e dos três norte-americanos, realizada sem que fosse disparado um único tiro, constitui o triunfo mais espetacular já obtido pelas Forças Armadas. Pouco importa saber se estas utilizaram as insígnias da Cruz Vermelha para burlar a vigilância dos guerrilheiros, como realmente parece ter ocorrido, ou se um dos membros locais da guerrilha se deixou subornar, hipótese algumas vezes aventada, mas não confirmada: seja qual for o caso, o resultado é um vexame sem precedentes para as FARC.

A operação militar confirma – se é que há necessidade – a vulnerabilidade das FARC. Mais uma vez, o custo dessa operação para as FARC é, sobretudo, político. Ingrid Betancourt era o trunfo com que as FARC mantinham suas exigências em relação às condições da troca humanitária. As FARC podiam ainda contar com a solidariedade bolivariana para internacionalizar a questão dos reféns. É certo que, desde antes da “Operação Jaque”, o presidente venezuelano começara a adotar um tom mais moderado, lamentando a captura de reféns e chegando a declarar que a luta armada já não era válida. Será que os documentos do computador de Reyes tinham a ver com isso? Ou seria a influência de Fidel Castro e outros chefes de Estado latino-americanos, ou então das dificuldades internas da Venezuela? A resposta não é clara. Apesar de tudo, Chávez continuava sendo um protagonista importante das negociações sobre os reféns. A França ainda o considerava um intermediário necessário. Por outro lado, a mobilização da opinião pú-



blica e do governo da França representava uma pressão significativa sobre as autoridades colombianas. Vários países latino-americanos receberam o pedido de unir-se à referida pressão.

A libertação de Ingrid Betancourt muda completamente essa situação internacional. Também modifica as condições e o eventual conteúdo de futuras negociações humanitárias. A deterioração da imagem das FARC no exterior aprofunda-se ainda mais. As declarações de Ingrid Betancourt sobre o tratamento infligido aos reféns são espantosas. A condenação de uma organização que convertera os sequestros em prática de rotina agora é unânime.

A ambiguidade no seio da direção das FARC é manifesta. As escassas declarações de seus membros nos dias seguintes à “Operação Jaque” apontam para todas as direções: algumas reiteram a rejeição a qualquer contato com o governo de Uribe; outras pretendem redobrar as ações militares; outras ainda apelam para a solidariedade de Daniel Ortega, como se o presidente da Nicarágua, que sucedeu a Chávez e Correa nos ataques ao governo Uribe, encarnasse a única possibilidade de manter aberta uma janela para o exterior. A derrocada política da guerrilha fica assim exposta à vista de todos.







9

Incertezas do momento atual

A morte de Manuel Marulanda e Raul Reyes e o sucesso da Operação Jaque permitiam pressagiar uma desagregação progressiva das FARC. O comandante das Forças Armadas não hesitava em anunciar que era o “fim do fim” das guerrilhas. Em contraposição, a política de “segurança democrática” parecia triunfar, e em meados de 2008 a popularidade de Álvaro Uribe atingia níveis inigualáveis. Dezoito meses depois, a conjuntura era muito mais incerta do que se poderia prever. Mesmo enfraquecidas as FARC continuavam controlando diversas zonas e conservavam a capacidade de realizar ações ofensivas. Os sucessos da “segurança democrática”, por outro lado, eram comprometidos pelas revelações das atrocidades perpetradas pelos paramilitares e, principalmente, das relativas aos vínculos entre estes e o regime. Além disso, o projeto de Álvaro Uribe quanto a um terceiro mandato, a ser obtido por meio de nova revisão da Constituição, esbarrava na decisão da Corte Constitucional de rejeitar tal revisão, em fevereiro de 2010. Nas semanas seguintes, verificou-se uma mudança surpreendente na opinião pública que parecia refletir transformações consideráveis na conjuntura política da Colômbia.



As FARC na encruzilhada

A questão da sucessão de Manuel Marulanda apresentou-se num momento em que, de todos os pontos de vista, as dificuldades das FARC só podiam traduzir-se no problema de sua orientação política. Supunha-se com frequência que, depois da morte de seu fundador, se manifestariam tensões entre uma fração dura, representada por “el Mono Jojoy”, e uma fração mais política, representada por Alfonso Cano e Iván Marquez. A sucessão, no entanto, parece ter ocorrido sem maiores conturbações, não acarretando, em todo caso, nenhuma divisão esancarada. Definitivamente, o nomeado para o comando da guerrilha foi Alfonso Cano.

Este, porém, assumiu o comando numa fase de evidentes dificuldades das FARC. As comunicações entre as frentes mostram-se cada vez mais incertas. Durante todo o ano de 2008 continuaram ocorrendo deserções e desmobilizações de combatentes, inclusive de comandos intermediários e de guerrilheiros com dez anos ou mais de antiguidade. Algumas das frentes históricas mais importantes ficaram extremamente enfraquecidas, entre as quais a Frente Oriental de “el Mono Jojoy”, às voltas com uma ofensiva ininterrupta das Forças Armadas. Outras, como as das regiões pacíficas de Nariño e Chocó, estão cada vez mais implicadas no tráfico de drogas, com tudo o que isso comporta de vínculos com as redes de narcotraficantes e com novos grupos paramilitares. Por trás da fachada unitária, a coesão das FARC mostra-se assim frequentemente ameaçada.

Ao mesmo tempo, porém, elas tentam recuperar-se de seus reveses. Para garantir sua continuidade, Alfonso Cano lança o plano *Renacer*. Para solucionar o problema das deserções, são feitos recrutamentos locais de jovens. As FARC demonstram conservar a capacidade de pressão sobre os habitantes de certas regiões, arregimentando-os em *paros cívicos*, paralisias de todas as atividades locais. Desenvolvem estratégias defensivas, como a instalação de inúmeras minas terrestres que conseguem frear as ações das Forças Armadas e lhes acarretam grandes perdas; em 2009, mais de mil militares ou policiais foram mortos ou feridos. As FARC estão conseguindo preservar sua implantação em grande parte das zonas limítrofes com a Venezuela e o Equador, bem como no conjunto das regiões das costas do Pacífico. Ao longo do segundo semestre de 2009 e do primeiro trimestre 2010, chegaram a provar que continu-

am tendo meios de realizar ações ofensivas, ao montar emboscadas mortíferas contra destacamentos militares ou mesmo ao mobilizar um efetivo considerável para atacar em duas ocasiões uma guarnição militar no departamento de Cauca. Esse departamento de população indígena, por onde passam as estradas que levam ao Pacífico, tornou-se um dos principais teatros de suas ações.

Em janeiro de 2010, por outro lado, as FARC comunicaram que tinham chegado a um acordo com o ELN. Os confrontos entre as duas organizações, que às vezes se aliavam a grupos rivais de narcotraficantes, fizeram centenas de vítimas em 2008 e 2009. Ademais, havia suspeitas de que o ELN colaborava com as Forças Armadas em Arauca, para poder enfrentar as FARC. Essas hostilidades, evidentemente, não eram capazes de melhorar a imagem política das guerrilhas.

O verdadeiro desafio para Alfonso Cano e o Secretariado das FARC é mais que militar: trata-se de restaurar uma imagem política muitíssimo deteriorada. Isso passa em primeiro lugar pela renúncia quase total à prática dos sequestros, agora rechaçada até entre as fileiras cada vez mais esparsas dos setores civis de extrema esquerda. Mesmo exigindo a conclusão de uma “troca humanitária” para libertar os cerca de vinte membros da força pública, detidos como reféns há dez anos ou mais, as FARC soltaram em março de 2010 o mais antigo deles, sequestrado havia mais de doze anos. Ampla campanha nacional e internacional fora promovida em favor dele por seu pai e pela senadora Piedad Cordoba. Ao concordarem em libertá-lo, as FARC deram a impressão de estar menos insensíveis à opinião pública. Sua principal intenção parece ter sido atender ao pedido de Chávez, que se sente pouco à vontade para expressar a simpatia que elas lhe inspiram enquanto elas mantêm reféns de que todos falam.

Mais que nunca, de fato, as FARC parecem contar com a solidariedade bolivariana do governo de Chávez para sair de seu isolamento político. As autoridades colombianas acusam a Venezuela de acolher ocasionalmente dirigentes das FARC como Iván Marquez, e em diversas ocasiões as organizações chavistas prestaram homenagem a Manuel Marulanda Vélez e a Alfonso Cano. Enquanto vão sendo restabelecidas, ao menos parcialmente, as relações da Colômbia com o governo equatoriano, rompidas em consequência da operação contra Raul Reyes no território do Equador, suas relações com o governo venezuelano não param



de piorar. Não contente em prosseguir com suas diatribes contra Álvaro Uribe e seu ministro da Defesa, Juan Manuel Santos, o governo venezuelano suspendeu grande parte das relações comerciais com a Colômbia. A conclusão do acordo militar entre a Colômbia e os Estados Unidos em 2009, segundo o qual estes teriam a possibilidade de utilizar sete bases aéreas colombianas, foi recebida pela Venezuela como uma provocação que ameaça sua segurança e justifica suas compras de armamento moderno. Em tal clima, as FARC têm boas razões para esperar que, fortalecendo seu alinhamento com o bloco bolivariano, cedo ou tarde lhes seja dado algum acesso ao plano internacional.

Ao fazer o jogo de Chávez, porém, as FARC estão longe de recuperar prestígio entre a opinião pública colombiana. Mesmo os setores mais hostis à política de Álvaro Uribe, inclusive no plano internacional, não estão dispostos a apoiar o discurso chavista contra a Colômbia. Uma personalidade como a senadora Piedad Córdoba figura como exceção quando mantém contatos estreitos com o presidente venezuelano, que lhe parece capaz de desempenhar papel fundamental na realização da troca humanitária e, ademais, numa possível negociação com as FARC. O Polo Democrático, grupo que pretende unificar a esquerda, mostra-se, ao contrário, profundamente dividido nesse assunto. Enquanto a ala ligada ao partido comunista apoia o movimento bolivariano e abstém-se de condenar abertamente a luta armada, o mesmo não ocorre com outras tendências que progressivamente passam a prevalecer. No fim de 2009, o partido precisou escolher o candidato que defenderia suas cores nas eleições presidenciais de 2010. Ora, a maioria voltou-se para o senador Gustavo Petro, ex-membro do M19, que manifesta claramente sua rejeição à luta armada e sua desconfiança em relação às orientações de Chávez, depois de haver permanecido muito tempo próximo a ele.

Isso significa que o isolamento político interno das FARC não parece prestes a resolver-se. Durante as eleições parlamentares de março de 2010 e a campanha presidencial de maio, nenhum grupo político mencionou abertamente a eventualidade de retomar negociações com elas.

A reorientação política das FARC esbarra em outra dificuldade: muitos de seus combatentes poderiam ser tentados a integrar pura e simplesmente as redes de narcotráfico. A economia da droga não parece dar sinais de estar perdendo terreno. Nesse aspecto, o Plano Colômbia é um fracasso. As áreas de plantação de coca de fato diminuíram: de 102 mil hectares





em 2001, passaram para 80 mil em 2004. Mas essa diminuição não tem relação com a extensão das superfícies atingidas pelas pulverizações aéreas: em 2006, ano recorde, estas atingiram 172 mil hectares (só por si, esse número, igual a várias vezes a superfície de plantações de coca recenseada, mostra que as folhas não demoram a regenerar-se, e que, por outro lado, as culturas são muito móveis: 70% das plantações identificadas em 2006 situavam-se em novas zonas). Desde 2006, no entanto, a superfície das plantações diminuiu nitidamente. Mas a produção de cocaína continua quase inalterada, graças à melhoria da produtividade (seleção das plantas, melhor rendimento dos laboratórios). Muitos guerrilheiros podem ser cada vez mais tentados a passar para o lado dos narcotraficantes ou mesmo dos novos bandos paramilitares. Poderiam tomar consciência de que compartilham com os membros dessas redes não só interesses imediatos, mas o ódio pelas elites colombianas tradicionais e pelos Estados Unidos. E daí chegar à conclusão de que têm mais a ganhar juntando-se a elas do que preparando uma hipotética transformação política.



Ressurgimento do paramilitarismo, escândalo da “parapolítica”, crise institucional



Ao longo de sua história, as FARC nunca deixaram de esperar uma crise do regime que lhes deixasse o campo livre para empreender a obra de “reconstrução nacional”. Em vez de frustrar essa esperança, a eleição de Álvaro Uribe em 2002 a fortaleceu: para elas, um governo de tendência tão marcada para a direita e inteiramente voltado para o esforço militar mais cedo ou mais tarde só pode ruir.

A previsão não se confirmou. Os índices de popularidade sem precedentes de que Uribe goza ao cabo de oito anos de mandato são prova disso. A excepcional taxa de crescimento do país nos últimos anos – 7,5% em 2007 – traduziu-se em melhoria da situação do emprego, que tornou menos perceptível a insuficiência dos gastos sociais. A queda do número de homicídios, especialmente em Bogotá e Medellín, contribuiu para aumentar a sensação de segurança. Os sucessos obtidos contra as FARC levam uma parte da opinião pública a acreditar que sua extinção não tardará. Raras são as vozes que se ergueram contra a operação que redundou na morte de Reyes.





A partir de 2009, porém, as FARC podem voltar a ter esperanças. A política de “segurança democrática” mostrou suas limitações, e o escândalo da “parapolítica” desembocou numa crise institucional latente.

A desmobilização de 30 mil paramilitares, negociada em 2005, não impediu, pouco depois, o aparecimento de novos grupos paramilitares. Segundo várias estimativas, em 2009, esses grupos, qualificados como “emergentes”, reuniam 10 mil membros, recrutados algumas vezes entre os paramilitares desmobilizados, outras entre novos setores. Esses bandos estão mais que nunca diretamente a serviço dos narcotraficantes. A extradição maciça da maioria dos antigos chefes do narcotráfico não atrapalhou a manutenção de múltiplas redes que, sendo mais discretas do que as anteriores, manejam os “grupos emergentes” e exercem domínio sobre numerosas regiões. Sem dúvida as novas organizações renunciaram à prática das chacinas, mas continuam realizando vários assassinatos seletivos. Portanto, o terror e as migrações populacionais continuam assolando uma parte do país. Os frequentes conluíus com as guerrilhas só fazem aumentar a confusão.

Por outro lado, a redução dos índices de homicídios nas aglomerações urbanas, um dos resultados de que o governo mais se gabava, também parece mais frágil que o previsto. Em 2009, esses índices voltaram a crescer de maneira preocupante em Medellín e outras cidades, sem dúvida em razão das rivalidades entre as novas redes de narcotraficantes para dominar os mercados ilegais.

Esses fenômenos, porém, podem aparecer como sequelas inevitáveis da violência dos anos anteriores.

De importância bem diferente é o escândalo da “parapolítica”. Sucedem-se em cascata revelações de que ampla parcela da classe política e várias instituições sofreram de fato a infiltração dos grupos narcoparamilitares.

Contido por muito tempo, como se só dissesse respeito a alguns departamentos secundários, o escândalo da parapolítica assume dimensões cada vez mais espetaculares. Como foi dito, a ação da Corte Suprema de Justiça em três meses levou ao indiciamento e à prisão de um número cada vez mais considerável de membros do Congresso. No fim de abril de 2008, sessenta deles já foram indiciados e vinte estão presos. Por mais que Álvaro Uribe questione a Corte, de nada adianta. Uma análise detalhada das eleições de 2006 prova que numerosos políticos



eleitos, integrantes de grupos que apoiam Uribe, devem seu sucesso aos acordos que fizeram com os paramilitares. Vários partidos regionais que integram a maioria uribista no Congresso surgiram de maneira improvisada graças ao apoio de setores estreitamente ligados aos paramilitares. As provas são tão esmagadoras, que muitos de seus dirigentes logo foram presos. O escândalo atinge personalidades de primeiro escalão, como a presidente do Congresso. Afeta até o círculo imediato do presidente: em meados de abril, o senador Mario Uribe, primo que o acompanhou em toda a sua carreira política, foi preso depois de, numa atitude absurda, ter pedido asilo político à Embaixada da Costa Rica. Posto em liberdade, foi preso de novo no início de 2010. O irmão do Ministro do Interior e da Justiça, responsável pela polícia judiciária em Antioquia, também foi preso em decorrência da descoberta de seus vínculos com uma das mais poderosas organizações de narcotraficantes.

O escândalo não afeta apenas indivíduos, mas também instituições inteiras. O serviço de inteligência (DAS, Departamento Administrativo de Seguridad) aparece como totalmente influenciado pelos grupos paramilitares. O diretor nomeado por Uribe em 2006 e a maior parte dos chefes de departamentos da instituição são acusados de trabalhar diretamente para eles. Diversos depoimentos esclarecem que o DAS esteve por trás do assassinato de vários defensores dos direitos humanos e das ameaças contra a oposição. A prisão do diretor e de outros responsáveis não bastou para abafar o escândalo. Depois de longas tergiversações, sob a pressão dos Estados Unidos, em 2009 o governo foi obrigado a prometer a dissolução do DAS. Mas nem de longe essa instituição foi a única infiltrada pelo paramilitarismo. Suspeita-se que setores inteiros da Fiscalía, encarregada da polícia judiciária, estão no mesmo caso.

O impacto da parapolítica manifesta-se simultaneamente na extensão da corrupção para as instituições regionais e nacionais. A corrupção não é nova, mas nunca atingiu semelhante magnitude.

Até as Forças Armadas estão na berlinda. Por mais raros que sejam os chefes paramilitares que confessaram seus crimes, os que o fizeram confirmaram terem gozado da tolerância e até do apoio dos militares para perpetrar chacinas e provocar deslocamentos da população civil. Isso é corroborado pelos estudos feitos pelo Grupo de Memória Histórica em torno das chacinas mais clamorosas. Os fatos foram suficientemente verificados para obrigar vários dos mais conhecidos generais a



demitir-se de suas funções, para que se abrisse inquérito contra cerca de dois mil militares e duzentos fossem presos. Desde 2008, o Ministério da Defesa parece esforçar-se para pôr fim a essas transgressões. Apesar disso, em 2009, explodiu um novo escândalo, denominado como “falsos positivos”: em certas unidades, alguns militares teriam executado civis premeditadamente, fazendo-os passar por guerrilheiros, para mostrar mais resultados; desde 2002, o número de vítimas dessa prática pode atingir várias centenas. Essas acusações e incriminações não deixam de provocar perturbação entre os militares. E essas perturbações podem ter contribuído para a aparente desaceleração de suas operações contra as guerrilhas a partir do início de 2009.

Simultaneamente, as relações de Álvaro Uribe com os Estados Unidos entram numa fase mais delicada. Uribe fez do alinhamento incondicional com Bush o eixo de sua política exterior. Como retribuição, foi pago com o financiamento regular do Plano Colômbia e o constante apoio nas instâncias internacionais. O resultante isolamento diplomático da Colômbia na América Latina, sobretudo depois da guinada à esquerda, pouco o preocupou. Mas a ascensão da maioria democrata nos Estados Unidos traduziu-se numa mudança de atitude daquele país. Alegando a contínua violação dos direitos humanos na Colômbia e, em especial, o prosseguimento dos assassinatos de sindicalistas, essa maioria tem obtido o adiamento da assinatura de um tratado de livre comércio entre os dois países, uma das prioridades de Uribe no plano internacional.

Não há dúvida de que a popularidade de Álvaro Uribe consegue dissimular a crise institucional latente. O aspecto plebiscitário de seu poder é acompanhado pelo enfraquecimento de todas as instâncias de representação política e das encarregadas do Estado de direito.

O sistema de partidos políticos está em plena degenerescência. Os partidos tradicionais tendem a tornar-se rótulos vazios de conteúdo. A maioria das facções nas quais se dividem visa apenas a obter os favores do poder executivo.

Álvaro Uribe trava luta incessante para neutralizar os dois principais supremos tribunais de justiça, empenhando-se em nomear magistrados que lhe sejam fiéis ou criticando suas decisões. Durante o segundo mandato, seu alvo principal foi a Corte Suprema de Justiça à qual competem os inquéritos referentes aos vínculos entre congressistas e a



parapolítica. Em vista do sistema de nomeação de seus membros, um terceiro mandato lhe possibilitaria o controle absoluto sobre o conjunto das instituições judiciárias.

A revisão constitucional que lhe permitiu a reeleição em 2006 proíbe expressamente um terceiro mandato. Para superar esse obstáculo, Uribe invoca, desde 2009, um “Estado de opinião” que justificaria a faculdade do povo soberano de modificar essa disposição por referendo. Tudo parece garantir-lhe fácil vitória caso isso ocorra.

A decisão da Corte Constitucional, porém, frustra esse projeto. Apesar de tudo, a continuidade da política de Uribe não parece despertar dúvidas no momento. Na falta de Uribe, seu ex-Ministro da Defesa, Juan Manuel Santos, figura como grande favorito. Daí a surpresa causada pelo fato de um azarão, Antanas Mockus, chegar a superar Juan Manuel Santos nas pesquisas de intenção em abril de 2010, depois de algumas semanas de campanha, e parecer capaz de vencer a eleição. Ex-reitor da principal universidade pública, Mockus não é novato em política: foi eleito prefeito de Bogotá duas vezes e realizou uma gestão muito notável nesse posto. Mas sua notoriedade não ultrapassava as grandes cidades, e ele fracassara lastimavelmente em 2006 numa outra tentativa de concorrer à presidência. A súbita mudança na opinião pública a seu favor em 2010 é mais surpreendente porque ele não é respaldado por nenhum dos grupos políticos.

Quatro fatores parecem favorecê-lo. Em primeiro lugar, o balanço social do governo Uribe. Em vez de se traduzir na redução das desigualdades, o crescimento econômico ocorrido entre 2004 e 2008 as exacerbou, e a Colômbia agora aparece como um dos países em que elas são mais profundas. A concentração de quatro milhões de hectares das melhores terras nas mãos dos narcoparamilitares e a existência de três milhões de pessoas deslocadas evidentemente não são fatores estranhos a esse fenômeno. Em segundo lugar, o escândalo da parapolítica e da corrupção: Mockus goza de incontestável reputação de honestidade. Em terceiro lugar, o fato de que ele nunca questionou a política de segurança de Uribe diante das guerrilhas e não parece disposto a iniciar negociações com elas sob qualquer condição. Por fim, há um fator aparentemente contraditório: a aspiração à paz por parte de uma parcela ampla da população. Em 1998, isso se manifestou no apoio ao programa de negociação de Pastrana com as FARC; a partir de 2002, levou à adesão à

política de firmeza de Uribe. Oito anos depois, o desejo de paz toma outro caminho, que consistiria numa abertura democrática que não se desse em detrimento da segurança, mas garantisse o respeito ao Estado de direito e possibilitasse a melhora das relações entre a Colômbia e os países vizinhos.

Caso ele vencesse, as FARC estariam contra a parede. Elas sempre afirmaram ser impensável concordar em discutir uma eventual solução política com o governo de Uribe. Seria provável a confirmação dessa posição caso Juan Manuel Santos fosse eleito: toda a trajetória deste mostra que ele não estaria disposto à menor concessão, e suas relações com Chávez são piores ainda que as de Uribe. Não é maior a simpatia das FARC por Mockus, no qual veem um continuador da política neoliberal e da “segurança democrática”. No entanto, seria difícil ignorar as transformações da opinião pública que se constituíram por trás dele e, caso ele fosse eleito, manter o imobilismo político que fez as vezes de orientação política. Seria grande o risco de queda ainda maior do moral e de aumento da desorganização.



Conclusão

“Uma guerrilha sem fins?” As FARC expressaram pelo menos duas finalidades. Nos anos 1960, reivindicaram a profunda transformação agrária. No fim dos anos 1990, visavam a uma mudança radical das estruturas políticas. Ao longo daquelas décadas, estenderam seu domínio sobre grande parte do país e deram mostras de terem capacidade militar para ameaçar o regime. No intervalo, porém, envolveram-se na economia da droga, transformaram os sequestros em prática rotineira, desenvolveram formas de dominação que já não consistiam em proteção, mas em intimidação, quando não terror. A “combinação de todas as formas de luta” deixou de designar apenas complementaridade entre aspectos políticos e militares para abranger a gama de todas as formas de pressão. A impressão era de que os meios substituíam os fins, com o risco de acarretar a diluição destes.

“Uma guerrilha sem fim”? As FARC pareceram frequentemente convencidas disso, a ponto de fazer de sua longevidade a garantia de inelutável sucesso. Adotaram seu próprio relógio. Projetando seu passado sobre o presente, haurindo no ressentimento herdado da humilhação de *La Violencia* aquilo que manteria intacto seu *ethos* campesino, preservando sua unidade graças à figura do líder lendário, não duvidaram que a “oligarquia” desmoronaria bem antes que elas se ressentissem dos estragos do tempo.





Assim, puderam ignorar que o país já não era aquele em que haviam nascido. As desigualdades sociais não retrocederam, mas se transformaram. A “oligarquia” já não é a de antes, tornou-se a oligarquia dos narcotraficantes, que adquiriram as melhores terras e boa parte dos cargos políticos. As antigas elites políticas cederam lugar a uma classe política improvisada. O mundo rural já não é aquele dos camponeses tradicionais, passou a ser o mundo da sobrevivência pela coca, marcada pela instabilidade permanente. A Colômbia urbanizou-se aceleradamente, abriu-se para o exterior, passou a participar de todas as modalidades de modernidade cultural. As FARC parecem não ter percebido essas mudanças. Tal como os passageiros de dois trens que se encontram na estação, elas acharam que estavam em movimento, quando era todo o restante que se movia ao redor.

Nos últimos anos de Marulanda Vélez, o imobilismo das FARC estava assumindo feições mais marcadas. Em muitos aspectos, tinha-se a impressão de que elas haviam ingressado numa fase “brejneviana”, na qual nada se pode fazer enquanto o líder está vivo. Não sendo um teórico da ação revolucionária – coisa que nunca pretendeu –, contribuiu para forjar uma visão da história que influenciou em grande parte da opinião pública colombiana. Uma visão muito mais voltada para o passado do que orientada para o futuro, mais retrospectiva que prospectiva. O que contava era a origem. Esta tinha nome: Marquetalia, e diante dos olhos de Marulanda tudo o que se seguira estava marcado pelo selo da repetição. Durante esse período, a impopularidade da guerrilha tornara-se quase unânime, mais ainda depois que perderam a oportunidade política oferecida pelas negociações de Caguán. Definitivamente, o fracasso de sua estratégia é militar apenas em parte; o fracasso é, acima de tudo, político.

Contudo, o que está claro desde já é que, mesmo que sob a direção de Alfonso Cano se chegasse a uma saída política negociada para o conflito, ela não poria termo a todos os fenômenos de violência. O conflito armado entre as guerrilhas e o regime é apenas um de seus aspectos. As inumeráveis ramificações da economia da droga não se reduzem à lógica desse conflito, muito pelo contrário. As zonas cinzentas que ela engendrou são numerosas e disseminadas demais para poder ser absorvidas de pronto. Sem contar que o agravamento das desigualdades sociais e o desarraigamento de milhões de pessoas não são de índole a facilitar



a pacificação da sociedade. Com sessenta anos de intervalo, ocorreu outra experiência de humilhação e sofrimento. Embora não tenha poupado quase ninguém, mais uma vez afetou principalmente os setores populares. E, dessa vez, as FARC têm sua parte de responsabilidade.

Em 1958, o acordo da Frente Nacional pôs fim à fase mais política de *La Violencia*, fase definida pelo conflito entre os dois partidos tradicionais. Ele não impediu que os fenômenos de violência perdurassem por anos ainda. É provável que o atual conflito armado não tenha outra saída que não seja política, mas há motivos para se temer que, mesmo se concretizando, essa saída já não bastaria para pôr fim ao conjunto dos fenômenos de violência. Muitos guerrilheiros poderiam naufragar no simples banditismo ou preferir mudar-se para outras redes ilegais, do narcotráfico ou paramilitares, como já começa a ocorrer.

As marcas do trauma de 1950 nunca desapareceram. Só foram reavivadas pelo trauma que a Colômbia vem sofrendo de novo há trinta anos. Este, por sua vez, deixa marcas já bem visíveis, que se sobrepõem às anteriores. Seria preciso mais que um acordo político para começar a apagá-las.



Anexo

Pseudônimos e nomes verdadeiros dos guerrilheiros citados

Manuel Marulanda Vélez: Pedro Antonio Marín Marín
Jacobó Arenas: Luis Morantes
Efraín Guzmán: Noel Matta
Raúl Reyes: Edgar Devia Silva
Alfonso Cano: Guillermo León Sáenz
El Mono Jojoy ou Jorge Briceño: Julio Suárez
Timoleon Jiménez: Rodrigo Londoño Echeverri
Iván Marquez: Luciano Marín Arango
Iván Rios: Manuel Muñoz
Joaquín Gómez: Milton de Jesús Toncel Redondo
Mauricio: Jaime Parra
Braulio Herrera: Carlos Cardona
Carlos Antonio Lozada: Luis Lozada Gallo
J.J.: Milton Sierra Gómez
Martín Caballero: Gustavo Rueda Díaz
Negra Karina: Nelly Avila
Negro Acacio: Tomás Medina Caracas
Romaña: Henry Castellanos
Simón Trinidad: Ricardo Palmera
Sonia: Anayibe Rojas





Bibliografía

- Alape, A. *Tirofijo: los sueños y las montañas, 1964-1984*, Bogotá, Planeta, 1998.
- Arenas, J. *Cese el fuego, Una historia política de las FARC*, Bogotá, Editorial La Oveja Negra, 1985.
- Collier, P. "Economic causes of civil conflict and their implications for policy", Banco Mundial, 15 de junho de 2000.
- Cubides, F.; Olaya, A.C., e Ortiz, C.M. *La violencia y el municipio colombiano, 1980-1997*, Bogotá, CES, 1998.
- Ferro Medina, J.G., e Uribe Ramón, G. *El orden de la guerra: las FARC-EP, entre la organización y la política*, Bogotá, CEJA, 2002.
- Echandia Castilla, C. *El conflicto armado y las manifestaciones de violencia en las regiones de Colombia*, 2 vol., Bogotá, Observatoria de Violencia.
- Echandia Castilla, C. *Dos décadas de escalamiento del conflicto armado en Colombia, 1986-2006*, Bogotá, Universidad Externado de Colombia, 2006.
- Gambetta, D. *The Sicilian Mafia, The Business of Private Protection*, Cambridge Mass, 1993.
- González Arias, J.J., e Marulanda Alvarez, E. *El estigma de las repúblicas independientes, 1955-1965*, Bogotá, CINEP, 1998.
- González, F.; Bolívar, I. e Vásquez T. *Violencia política en Colombia. De la nación a la construcción del Estado*, Bogotá, 2002.





- Guzmán Campos, G.; Fals Borda, O., e Umaña Luna, E. *La violencia en Colombia*, Bogotá, Ediciones Tercer Mundo, 2 vol., 1ª ed. 1962.
- León, J. *País de plomo, Crónicas de guerra*, Bogotá, 2005.
- Marulanda Vélez, M. *Cuadenos de campaña*, Bogotá, Abejón Mono, 1973.
- Molano, A. *Siguiendo el corte, Relatos de guerra y tierras*, Bogotá, El Ancora, 1987.
- Ortiz Sarmineto, C.M. *La violence en Colombie, Racines historiques et sociales*, Paris, L'Harmattan, 1990
- Pécaut, D. *L'ordre et la Violence, Évolution sociopolitique de la Colombie entre 1930 et 1953*, Paris, Éditions de l'EHESS, 1987.
- Pécaut, D. *Guerra contra la sociedad*, Bogotá, 2002.
- Pizarro Leóngomez, E. *Las FARC (1949-1966): de la autodefensa a la combinación de todas las formas de lucha*, Bogotá, 1991.
- Ramírez Tobón, W. "Guerrilla rural en Colombia: una vía a la colonización armada?" in *Estado, Violencia y Democracia*, Bogotá, 1990.
- Rangel Suarez, A. *Colombia: guerra en fin de siglo*, Bogotá, Tercer Mundo, 1998.
- Richani, N. *Sistemas de guerra, la economía política del conflicto en Colombia*, Bogotá, IEPRI, 2003.
- Salamanca, M.E, e Castilla Brieva, D. *Complejidad y conflicto armado*, Bogotá, Fundación Seguridad y Democracia, 2005.
- Salazar, B. e Castillo, Maria del Pilar. *La hora de los dinosaurios, Conflicto y depredación en Colombia*, Cali, CEREC-CIDSE, 2001.
- Sánchez F. e Chacón M. "Conflicto, Estado y Descentralización: del progreso social a la disputa armada por el control local, 1974-2002", in Gutierrez F, Wills M.E. e Sánchez Gómez G. (org.), *Nuestra guerra sin número: transformaciones del conflicto en Colombia*, Bogotá, Norma, 2006.
- Sánchez, G. e Meertens, D. *Bandoleros, gamonales y campesinos, el caso de la violencia en Colombia*, Bogotá, El Ancora, 2ª ed., 1994.
- Suarez, Andrés Fernando. *Identidades políticas y exterminio reciproco. Masacres y guerra en Uraba 1991-2001*, Bogotá, La Carreta, 2007.
- Valencia, L. *Adios a la política, bienvenida a la guerra. Secretos de un malogrado proceso de paz*, Bogotá, Intermedio, 2002.
- Vargas Meza, R. *Drogas, conflicto armado y desarrollo alternativo*, Bogotá, Acción Andina, 2003.
- Vargas Meza, R. *Narcotrafico, guerra y política antidrogas*, Bogotá, Acción Andina, 2005.





